

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	4
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	6
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	7
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	8
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2015 à 30/06/2015	10
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2014 à 30/06/2014	11
--------------------------------	----

Demonstração do Valor Adicionado	12
----------------------------------	----

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	13
---------------------------	----

Balanço Patrimonial Passivo	14
-----------------------------	----

Demonstração do Resultado	16
---------------------------	----

Demonstração do Resultado Abrangente	18
--------------------------------------	----

Demonstração do Fluxo de Caixa	19
--------------------------------	----

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2015 à 30/06/2015	21
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2014 à 30/06/2014	22
--------------------------------	----

Demonstração do Valor Adicionado	23
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	24
--------------------------	----

Notas Explicativas	56
--------------------	----

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes	137
---	-----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	138
--	-----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 30/06/2015
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	286.155
Preferenciais	572.317
Total	858.472
Em Tesouraria	
Ordinárias	55.860
Preferenciais	102.151
Total	158.011

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2015	Exercício Anterior 31/12/2014
1	Ativo Total	53.652.749	51.083.642
1.01	Ativo Circulante	12.023.713	10.413.904
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	915.612	354.084
1.01.02	Aplicações Financeiras	19.534	24.437
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	19.534	24.437
1.01.02.01.01	Títulos para Negociação	19.534	24.437
1.01.03	Contas a Receber	2.332.075	1.978.558
1.01.03.01	Clientes	2.332.075	1.978.558
1.01.04	Estoques	27.518	28.347
1.01.06	Tributos a Recuperar	230.818	219.681
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	230.818	219.681
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	8.498.156	7.808.797
1.01.08.03	Outros	8.498.156	7.808.797
1.01.08.03.01	Créditos com Controladas	0	2.444.054
1.01.08.03.02	Instrumentos Financeiros Derivativos	89.862	141.096
1.01.08.03.03	Outros Tributos	245.570	247.507
1.01.08.03.04	Depósitos e Bloqueios Judiciais	910.029	881.595
1.01.08.03.05	Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio	882.818	854.231
1.01.08.03.06	Ativos Relacionados aos Fundos de Pensão	3.920	1.623
1.01.08.03.08	Despesas Antecipadas	66.053	27.040
1.01.08.03.09	Ativos Mantidos para Venda	5.862.549	2.821.322
1.01.08.03.10	Demais Ativos	437.355	390.329
1.02	Ativo Não Circulante	41.629.036	40.669.738
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	18.772.040	15.668.373
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	19.418	18.465
1.02.01.01.03	Caixa Restrito	19.418	18.465
1.02.01.06	Tributos Diferidos	4.923.586	4.381.261
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	4.923.586	4.381.261
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	2.339.475	707.802
1.02.01.08.02	Créditos com Controladas	2.339.475	707.802
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	11.489.561	10.560.845
1.02.01.09.03	Depósitos e Bloqueios Judiciais	8.237.220	7.886.194
1.02.01.09.04	Outros Tributos	192.488	198.768
1.02.01.09.05	Ativos Relacionados aos Fundos de Pensão	35.336	42.149
1.02.01.09.06	Instrumentos Financeiros Derivativos	2.710.586	2.114.364
1.02.01.09.07	Despesas Antecipadas	7.797	20.412
1.02.01.09.08	Demais Ativos	306.134	298.958
1.02.02	Investimentos	17.007.090	19.186.213
1.02.02.01	Participações Societárias	17.007.090	19.186.213
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	16.981.400	19.160.523
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	25.690	25.690
1.02.03	Imobilizado	5.606.496	5.575.321
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	5.153.558	5.105.094
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	452.938	470.227
1.02.04	Intangível	243.410	239.831
1.02.04.01	Intangíveis	243.410	239.831

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2015	Exercício Anterior 31/12/2014
1.02.04.01.02	Software	105.250	88.006
1.02.04.01.03	Intangível em Formação	110.121	123.250
1.02.04.01.06	Outros	28.039	28.575

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2015	Exercício Anterior 31/12/2014
2	Passivo Total	53.652.749	51.083.642
2.01	Passivo Circulante	6.396.961	6.217.257
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	159.215	203.686
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	159.215	203.686
2.01.02	Fornecedores	1.343.586	1.397.610
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	1.343.586	1.397.610
2.01.03	Obrigações Fiscais	56.621	71.877
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	56.621	71.877
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	56.621	71.877
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	1.944.453	1.901.051
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	1.944.453	1.901.051
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	1.680.785	1.789.332
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	263.668	111.719
2.01.05	Outras Obrigações	2.223.080	1.876.388
2.01.05.02	Outros	2.223.080	1.876.388
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	88.799	181.477
2.01.05.02.04	Outros Tributos	758.864	810.513
2.01.05.02.05	Programa de Refinanciamento Fiscal	54.464	52.590
2.01.05.02.06	Instrumentos Financeiros Derivativos	967.300	444.106
2.01.05.02.07	Autorizações e Concessões a Pagar	0	40.052
2.01.05.02.08	Demais Obrigações	353.653	347.650
2.01.06	Provisões	670.006	766.645
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	670.006	766.645
2.01.06.01.01	Provisões Fiscais	25.552	48.937
2.01.06.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	56.956	68.302
2.01.06.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	22.657	129.401
2.01.06.01.04	Provisões Cíveis	564.841	520.005
2.02	Passivo Não Circulante	30.249.661	27.064.093
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	25.539.700	22.740.381
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	25.539.700	22.740.381
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	8.175.046	11.209.701
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	17.364.654	11.530.680
2.02.02	Outras Obrigações	2.171.289	1.672.095
2.02.02.02	Outros	2.171.289	1.672.095
2.02.02.02.03	Programa de Refinanciamento Fiscal	436.423	467.327
2.02.02.02.04	Instrumentos Financeiros Derivativos	107.024	127.730
2.02.02.02.05	Outros Tributos	92.885	88.613
2.02.02.02.06	Demais Obrigações	1.534.957	988.425
2.02.04	Provisões	2.538.672	2.651.617
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	2.538.672	2.651.617
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	25.619	49.885
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	528.919	544.634
2.02.04.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	332.750	346.789
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	1.651.384	1.710.309
2.03	Patrimônio Líquido	17.006.127	17.802.292
2.03.01	Capital Social Realizado	21.438.374	21.438.220

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2015	Exercício Anterior 31/12/2014
2.03.02	Reservas de Capital	379.731	1.610.071
2.03.02.02	Reserva Especial de Ágio na Incorporação	767.726	767.726
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	-5.531.092	-2.367.552
2.03.02.07	Doações e Subvenções para Investimento	123.558	123.558
2.03.02.08	Outras Reservas de Capital	1.933.200	0
2.03.02.09	Reserva Especial de Incorporação - Acervo Líquido	2.309.296	2.309.296
2.03.02.10	Juros sobre Obras em Andamento	745.756	745.756
2.03.02.11	Correção Monetária Lei 8.200/91	31.287	31.287
2.03.04	Reservas de Lucros	0	1.933.354
2.03.04.10	Reserva de Investimentos	0	1.933.354
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-4.513.117	-4.024.184
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-305.676	-305.676
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	6.815	-2.849.493

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2015 à 30/06/2015	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 30/06/2015	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2014 à 30/06/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 30/06/2014
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	1.559.356	3.149.440	1.641.952	3.293.989
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-498.365	-1.175.277	-698.525	-1.465.530
3.03	Resultado Bruto	1.060.991	1.974.163	943.427	1.828.459
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-1.197.478	-1.837.884	-700.037	-769.965
3.04.01	Despesas com Vendas	-273.015	-551.723	-317.882	-630.935
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-438.074	-761.999	-321.671	-642.446
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	132.198	189.999	63.927	139.774
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-234.777	-441.203	-251.576	-427.376
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-383.810	-272.958	127.165	791.018
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-136.487	136.279	243.390	1.058.494
3.06	Resultado Financeiro	-471.566	-1.359.890	-655.454	-1.378.390
3.06.01	Receitas Financeiras	559.063	740.434	244.004	422.675
3.06.02	Despesas Financeiras	-1.030.629	-2.100.324	-899.458	-1.801.065
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-608.053	-1.223.611	-412.064	-319.896
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	115.364	362.050	224.080	359.425
3.08.01	Corrente	-1.743	-12.512	11.671	-1.177
3.08.02	Diferido	117.107	374.562	212.409	360.602
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-492.689	-861.561	-187.984	39.529
3.10	Resultado Líquido de Operações Descontinuadas	1.112.506	1.080.061	-32.875	-32.875
3.10.01	Lucro/Prejuízo Líquido das Operações Descontinuadas	1.112.506	1.080.061	-32.875	-32.875
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	619.817	218.500	-220.859	6.654
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,88000	0,28000	-0,36000	0,02000
3.99.01.02	PN	0,88000	0,28000	-0,36000	0,02000
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	0,88000	0,28000	-0,36000	0,02000
3.99.02.02	PN	0,88000	0,28000	-0,36000	0,02000

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2015 à 30/06/2015	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 30/06/2015	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2014 à 30/06/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 30/06/2014
4.01	Lucro Líquido do Período	619.817	218.500	-220.859	6.654
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-792.898	-38.312	-509.671	-381.874
4.02.01	Ganho (Perda) de Contabilidade de "hedge"	-37.160	-19.968	8.250	110.432
4.02.02	Ganho (Perda) Reflexa de Contabilidade de "hedge"	22.385	8.203	-7.247	18.368
4.02.03	Ganho (Perda) Atuarial	-4.811	6.913	-36.316	-36.316
4.02.04	Outros Resultados Abrangentes no Período	-77.518	-78.478	0	0
4.02.05	Varição Cambial sobre Investimentos no Exterior	-351.058	0	0	0
4.02.06	Varição Cambial sobre Investimentos no Exterior Reflexa	-144.062	0	0	0
4.02.07	Resultado Abrangente de Operações Descontinuadas	-200.674	45.018	-474.358	-474.358
4.03	Resultado Abrangente do Período	-173.081	180.188	-730.530	-375.220

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 30/06/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 30/06/2014
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-1.801.453	-392.186
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	1.067.533	1.170.090
6.01.01.01	Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	-1.223.611	-352.771
6.01.01.02	Encargos, rendimentos financeiros e atualizações monetárias	2.927.175	245.134
6.01.01.03	Depreciação e amortização	458.262	417.375
6.01.01.04	Perdas sobre contas a receber	49.006	43.935
6.01.01.05	Provisões	258.048	138.231
6.01.01.06	Provisão para fundos de pensão	4.498	4.397
6.01.01.07	Equivalência patrimonial	272.958	-758.143
6.01.01.08	Perda na baixa de ativo permanente	1.889	759
6.01.01.09	Taxa de prorrogação do contrato de concessão - ANATEL	12.119	20.506
6.01.01.10	Participação de empregados e administradores	0	97.461
6.01.01.11	Operações de instrumentos financeiros derivativos	-1.258.503	1.082.439
6.01.01.12	Atualização monetária de créditos com partes relacionadas e debêntures privadas	-112.067	-17.294
6.01.01.13	Atualização monetária de provisões	20.418	112.297
6.01.01.14	Atualização monetária do programa de refinanciamento fiscal	27.380	27.446
6.01.01.15	Dividendos prescritos	-92.336	-30.295
6.01.01.16	Outros	-277.703	138.613
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-1.581.909	-959.710
6.01.02.01	Contas a receber	-392.820	-17.328
6.01.02.02	Estoques	829	-6.525
6.01.02.03	Tributos	-199.836	99.426
6.01.02.04	Aplicações financeiras mantidas para negociação	-919.648	-556.356
6.01.02.05	Resgate de aplicações financeiras mantidas para negociação	927.419	518.784
6.01.02.06	Despesas antecipadas	-80.957	-102.560
6.01.02.07	Fornecedores	-253.701	-611.234
6.01.02.08	Salários, encargos sociais e benefícios	-44.471	-147.245
6.01.02.09	Provisões	-224.490	-126.747
6.01.02.10	Provisão para fundos de pensão	-139.325	-131.156
6.01.02.11	Varição dos ativos e passivos mantidos para venda	-763.422	0
6.01.02.12	Outras contas ativas e passivas	508.513	121.231
6.01.03	Outros	-1.287.077	-602.566
6.01.03.01	Encargos financeiros pagos	-1.291.813	-935.063
6.01.03.02	Imposto de renda e contribuição social pagos - Empresa	-1.938	-6.396
6.01.03.03	Imposto de renda e contribuição social pagos - Terceiros	-19.555	-40.435
6.01.03.04	Dividendos recebidos	26.229	379.328
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-150.620	-2.583.397
6.02.01	Aquisições de bens do ativo imobilizado e intangível	-293.791	-414.849
6.02.02	Créditos com partes relacionadas e debêntures - Liberação	-2.066.444	-1.670.836
6.02.03	Créditos com partes relacionadas e debêntures - Recebimento	1.919.138	1.885.812
6.02.04	Aumento de capital em controladas	0	-3.849.423

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 30/06/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 30/06/2014
6.02.05	Recursos obtidos na venda de investimentos, imobilizado e intangível	42	1.780.791
6.02.06	Depósitos e bloqueios judiciais	-761.380	-518.175
6.02.07	Resgates judiciais de depósitos e bloqueios judiciais	376.199	175.470
6.02.08	Aumento/Redução de investimentos permanentes	-7.065	27.813
6.02.09	Caixa recebido pela venda de PT Portugal	682.681	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	2.529.556	5.752.888
6.03.01	Captações líquidas de custos	5.229.211	841.801
6.03.02	Pagamento de principal de empréstimos e financiamentos e derivativos	-3.831.584	-2.984.999
6.03.03	Aumento de capital	0	8.230.606
6.03.04	Programa de refinanciamento fiscal	-30.616	-29.173
6.03.05	Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio	-342	-1.845
6.03.06	Recebimentos (Pagamentos) de operações com instrumentos financeiros derivativos	1.212.552	-303.502
6.03.07	Autorizações e concessões	-49.665	0
6.04	Variação Cambial s/ Caixa e Equivalentes	-15.955	1.402
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	561.528	2.778.707
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	354.084	442.016
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	915.612	3.220.723

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 30/06/2015**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	21.438.220	1.610.071	1.933.354	-4.024.184	-3.155.169	17.802.292
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	21.438.220	1.610.071	1.933.354	-4.024.184	-3.155.169	17.802.292
5.04	Transações de Capital com os Sócios	154	-1.230.340	-1.933.354	0	3.163.540	0
5.04.01	Aumentos de Capital	154	1.933.200	-1.933.354	0	0	0
5.04.08	Permuta de Ações em Tesouraria	0	-3.163.540	0	0	3.163.540	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-488.933	-307.232	-796.165
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	218.500	0	218.500
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	-707.433	-307.232	-1.014.665
5.05.02.06	Perda de Contabilidade de "hedge"	0	0	0	0	-19.968	-19.968
5.05.02.07	Ganho de Contabilidade de "hedge" Reflexa	0	0	0	0	8.203	8.203
5.05.02.08	Ganho Atuarial	0	0	0	0	6.913	6.913
5.05.02.09	Ganho Atuarial Reflexo Transferido para Prejuízos Acumulados	0	0	0	-707.433	714.654	7.221
5.05.02.10	Variação Cambial sobre Investimento no Exterior	0	0	0	0	451.004	451.004
5.05.02.11	Variação Cambial sobre Investimento no Exterior Reflexa	0	0	0	0	365.495	365.495
5.05.02.12	Obrigações em Instrumentos Patrimoniais	0	0	0	0	-268.921	-268.921
5.05.02.13	Outros Resultados Abrangentes no Período	0	0	0	0	144.735	144.735
5.05.02.14	Resultado Abrangente Transferido para o Resultado do Período	0	0	0	0	-1.709.347	-1.709.347
5.07	Saldos Finais	21.438.374	379.731	0	-4.513.117	-298.861	17.006.127

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 30/06/2014**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	7.471.209	1.873.099	2.323.992	0	-144.162	11.524.138
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	7.471.209	1.873.099	2.323.992	0	-144.162	11.524.138
5.04	Transações de Capital com os Sócios	13.967.011	-263.028	-7.111	0	-200.245	13.496.627
5.04.01	Aumentos de Capital	13.959.900	0	0	0	0	13.959.900
5.04.02	Gastos com Emissão de Ações	0	0	0	0	-200.245	-200.245
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	-263.028	0	0	0	-263.028
5.04.08	Aumento de Capital com Incentivos Fiscais de Reinvestimento	7.111	0	-7.111	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	6.654	-381.874	-375.220
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	6.654	0	6.654
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-381.874	-381.874
5.05.02.07	Ganho de Contabilidade de "hedge"	0	0	0	0	110.432	110.432
5.05.02.08	Ganho de Contabilidade de "hedge" Reflexa	0	0	0	0	18.368	18.368
5.05.02.09	Ganhos (Perdas) Atuariais	0	0	0	0	-36.316	-36.316
5.05.02.10	Ganhos (Perdas) Atuariais Reflexa	0	0	0	0	-278.440	-278.440
5.05.02.11	Variação Cambial sobre Investimento no Exterior	0	0	0	0	-210.623	-210.623
5.05.02.12	Variação Cambial sobre Investimento no Exterior Reflexa	0	0	0	0	14.705	14.705
5.07	Saldos Finais	21.438.220	1.610.071	2.316.881	6.654	-726.281	24.645.545

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 30/06/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 30/06/2014
7.01	Receitas	4.269.144	4.492.144
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	4.134.805	4.390.716
7.01.02	Outras Receitas	183.345	145.363
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-49.006	-43.935
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-1.621.805	-1.837.674
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-430.357	-589.458
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-1.163.421	-1.210.030
7.02.04	Outros	-28.027	-38.186
7.03	Valor Adicionado Bruto	2.647.339	2.654.470
7.04	Retenções	241.710	-842.939
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-458.262	-417.375
7.04.02	Outras	699.972	-425.564
7.04.02.01	Provisões (Inclui atualização monetária)	-246.304	-250.528
7.04.02.02	Resultado de Operações descontinuadas	1.080.061	-32.875
7.04.02.03	Outras Despesas	-133.785	-142.161
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	2.889.049	1.811.531
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	467.476	1.213.693
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-272.958	791.018
7.06.02	Receitas Financeiras	740.434	422.675
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	3.356.525	3.025.224
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	3.356.525	3.025.224
7.08.01	Pessoal	262.737	337.976
7.08.01.01	Remuneração Direta	188.430	281.518
7.08.01.02	Benefícios	47.033	38.606
7.08.01.03	F.G.T.S.	22.178	10.608
7.08.01.04	Outros	5.096	7.244
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	586.666	714.844
7.08.02.01	Federais	-216.862	-164.130
7.08.02.02	Estaduais	788.459	867.028
7.08.02.03	Municipais	15.069	11.946
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	2.288.622	1.965.750
7.08.03.01	Juros	2.089.222	1.674.260
7.08.03.02	Aluguéis	199.400	291.490
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	218.500	6.654
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	218.500	6.654

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2015	Exercício Anterior 31/12/2014
1	Ativo Total	93.310.158	102.789.122
1.01	Ativo Circulante	38.040.861	49.286.795
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	13.495.588	2.449.206
1.01.02	Aplicações Financeiras	3.021.978	171.415
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	3.021.978	171.415
1.01.02.01.01	Títulos para Negociação	3.021.978	171.415
1.01.03	Contas a Receber	7.831.073	7.450.040
1.01.03.01	Clientes	7.831.073	7.450.040
1.01.04	Estoques	446.794	478.499
1.01.06	Tributos a Recuperar	576.720	1.097.189
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	576.720	1.097.189
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	12.668.708	37.640.446
1.01.08.03	Outros	12.668.708	37.640.446
1.01.08.03.01	Instrumentos Financeiros Derivativos	390.576	340.558
1.01.08.03.02	Depósitos e Bloqueios Judiciais	1.231.144	1.133.639
1.01.08.03.03	Outros Tributos	956.691	1.054.255
1.01.08.03.05	Ativo Relacionado aos Fundos de Pensão	4.257	1.744
1.01.08.03.07	Despesas Antecipadas	737.109	301.181
1.01.08.03.08	Ativos Mantidos para Venda	8.448.512	33.926.592
1.01.08.03.09	Demais Ativos	900.419	882.477
1.02	Ativo Não Circulante	55.269.297	53.502.327
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	26.139.404	23.992.912
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	118.816	111.285
1.02.01.01.03	Caixa Restrito	118.816	111.285
1.02.01.06	Tributos Diferidos	8.530.022	7.625.772
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	8.530.022	7.625.772
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	17.490.566	16.255.855
1.02.01.09.03	Depósitos e Bloqueios Judiciais	12.757.554	12.260.028
1.02.01.09.04	Outros Tributos	696.882	741.911
1.02.01.09.05	Ativo Relacionado aos Fundos de Pensão	38.611	45.752
1.02.01.09.06	Instrumentos Financeiros Derivativos	3.680.931	2.880.923
1.02.01.09.08	Despesas Antecipadas	87.828	104.398
1.02.01.09.09	Demais Ativos	228.760	222.843
1.02.02	Investimentos	142.964	148.411
1.02.02.01	Participações Societárias	142.964	148.411
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	142.964	148.411
1.02.03	Imobilizado	25.522.099	25.670.026
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	23.547.745	23.012.617
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	1.974.354	2.657.409
1.02.04	Intangível	3.464.830	3.690.978
1.02.04.01	Intangíveis	3.464.830	3.690.978
1.02.04.01.02	Software	1.447.834	1.435.313
1.02.04.01.04	Intangível em Formação	121.136	156.718
1.02.04.01.05	Licenças Regulatórias	1.494.137	1.646.790
1.02.04.01.06	Ágio	154.074	154.074
1.02.04.01.07	Outros	247.649	298.083

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2015	Exercício Anterior 31/12/2014
2	Passivo Total	93.310.158	102.789.122
2.01	Passivo Circulante	18.260.916	42.556.832
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	520.153	744.439
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	520.153	744.439
2.01.02	Fornecedores	4.035.580	4.336.566
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	4.035.580	4.336.566
2.01.03	Obrigações Fiscais	259.114	477.282
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	259.114	477.282
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	259.114	477.282
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	6.955.931	4.463.728
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	6.955.931	4.463.728
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	3.580.975	3.501.295
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	3.374.956	962.433
2.01.05	Outras Obrigações	5.383.033	31.346.634
2.01.05.02	Outros	5.383.033	31.346.634
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	113.026	185.138
2.01.05.02.04	Instrumentos Financeiros Derivativos	1.037.410	523.951
2.01.05.02.05	Outros Tributos	1.434.876	1.667.599
2.01.05.02.06	Programa de Refinanciamento Fiscal	96.211	94.041
2.01.05.02.07	Autorizações e Concessões a Pagar	821.976	675.965
2.01.05.02.08	Passivos Associados a Ativos Mantidos para Venda	1.043.416	27.178.221
2.01.05.02.09	Demais Obrigações	836.118	1.021.719
2.01.06	Provisões	1.107.105	1.188.183
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	1.107.105	1.188.183
2.01.06.01.01	Provisões Fiscais	62.311	115.560
2.01.06.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	229.266	220.930
2.01.06.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	22.956	129.662
2.01.06.01.04	Provisões Cíveis	792.572	722.031
2.02	Passivo Não Circulante	56.583.470	40.920.801
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	47.251.307	31.385.667
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	47.251.307	31.385.667
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	13.479.873	17.566.859
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	33.771.434	13.818.808
2.02.02	Outras Obrigações	4.974.390	5.115.014
2.02.02.02	Outros	4.974.390	5.115.014
2.02.02.02.03	Outros Tributos	902.160	874.727
2.02.02.02.04	Instrumentos Financeiros Derivativos	107.024	142.971
2.02.02.02.05	Autorizações e Concessões a Pagar	8.716	685.975
2.02.02.02.06	Programa de Refinanciamento Fiscal	874.890	896.189
2.02.02.02.07	Demais Obrigações	3.081.600	2.515.152
2.02.04	Provisões	4.357.773	4.420.120
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	4.357.773	4.420.120
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	444.558	417.061
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	909.150	934.094
2.02.04.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	332.835	346.873
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	2.671.230	2.722.092

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2015	Exercício Anterior 31/12/2014
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	18.465.772	19.311.489
2.03.01	Capital Social Realizado	21.438.374	21.438.220
2.03.02	Reservas de Capital	379.731	1.610.071
2.03.02.02	Reserva Especial de Ágio na Incorporação	767.726	767.726
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	-5.531.092	-2.367.552
2.03.02.07	Doações e Subvenções para Investimento	123.558	123.558
2.03.02.08	Outras Reservas de Capital	1.933.200	0
2.03.02.09	Reserva Especial de Incorporação - Acervo Líquido	2.309.296	2.309.296
2.03.02.10	Juros Sobre Obras em Andamento	745.756	745.756
2.03.02.11	Correção Monetária Lei 8.200/91	31.287	31.287
2.03.04	Reservas de Lucros	0	1.933.354
2.03.04.10	Reserva de Investimentos	0	1.933.354
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-4.513.117	-4.024.184
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-305.676	-305.676
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	6.815	-2.849.493
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	1.459.645	1.509.197

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2015 à 30/06/2015	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 30/06/2015	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2014 à 30/06/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 30/06/2014
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	6.783.786	13.823.721	7.079.588	13.956.091
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-3.708.018	-7.502.780	-3.680.056	-7.441.532
3.03	Resultado Bruto	3.075.768	6.320.941	3.399.532	6.514.559
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-2.449.258	-4.901.560	-2.642.894	-3.948.991
3.04.01	Despesas com Vendas	-1.223.383	-2.371.149	-1.494.086	-2.850.571
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-997.035	-1.946.430	-920.109	-1.815.696
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	362.392	547.170	451.414	1.962.983
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-591.314	-1.131.665	-679.997	-1.242.980
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	82	514	-116	-2.727
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	626.510	1.419.381	756.638	2.565.568
3.06	Resultado Financeiro	-1.209.600	-2.478.687	-1.037.628	-2.231.471
3.06.01	Receitas Financeiras	570.383	877.304	374.099	653.114
3.06.02	Despesas Financeiras	-1.779.983	-3.355.991	-1.411.727	-2.884.585
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-583.090	-1.059.306	-280.990	334.097
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	141.123	203.243	96.379	-291.195
3.08.01	Corrente	-126.561	-397.604	-2.096	-399.731
3.08.02	Diferido	267.684	600.847	98.475	108.536
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-441.967	-856.063	-184.611	42.902
3.10	Resultado Líquido de Operações Descontinuadas	1.112.506	1.080.061	-32.875	-32.875
3.10.01	Lucro/Prejuízo Líquido das Operações Descontinuadas	1.112.506	1.080.061	-32.875	-32.875
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	670.539	223.998	-217.486	10.027
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	619.817	218.500	-220.859	6.654
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	50.722	5.498	3.373	3.373
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,88000	0,28000	-0,36000	0,02000
3.99.01.02	PN	0,88000	0,28000	-0,36000	0,02000
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2015 à 30/06/2015	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 30/06/2015	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2014 à 30/06/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 30/06/2014
3.99.02.01	ON	0,88000	0,28000	-0,36000	0,02000
3.99.02.02	PN	0,88000	0,28000	-0,36000	0,02000

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2015 à 30/06/2015	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 30/06/2015	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2014 à 30/06/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 30/06/2014
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	670.539	223.998	-217.486	10.027
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-792.898	-38.312	-524.349	-396.552
4.02.01	Ganho (Perda) de Contabilidade de "hedge"	-14.775	-11.765	1.003	128.800
4.02.02	Ganho (Perda) Atuarial	-4.811	6.913	-36.316	-36.316
4.02.03	Varição Cambial sobre Investimento no Exterior	-495.120	0	0	0
4.02.04	Outros Resultados Abrangentes no período	-77.518	-78.478	0	0
4.02.05	Resultado Abrangente de Operações Descontinuadas	-200.674	45.018	-489.036	-489.036
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	-122.359	185.686	-741.835	-386.525
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-173.081	180.188	-730.530	-375.220
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	50.722	5.498	-11.305	-11.305

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 30/06/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 30/06/2014
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-3.835.369	1.479.205
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	5.352.694	5.109.317
6.01.01.01	Lucro (Prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	-1.059.306	334.097
6.01.01.02	Encargos, rendimentos financeiros e atualizações monetárias	3.780.256	410.082
6.01.01.03	Depreciação e amortização	2.392.679	2.189.649
6.01.01.04	Perdas sobre contas a receber	324.148	380.603
6.01.01.05	Provisões	524.202	357.291
6.01.01.06	Provisão para fundos de pensão	4.544	4.448
6.01.01.07	Perda na baixa de ativo permanente	2.470	23.543
6.01.01.08	Taxa de prorrogação do contrato de concessão - ANATEL	35.338	60.104
6.01.01.09	Participação de empregados e administradores	6.087	160.370
6.01.01.10	Operações de instrumentos financeiros derivativos	-1.722.051	1.356.600
6.01.01.11	Equivalência patrimonial	-514	2.727
6.01.01.12	Atualização monetária de provisões	115.362	203.791
6.01.01.13	Atualização monetária do programa de refinanciamento fiscal	52.864	52.337
6.01.01.14	Dividendos prescritos	-93.257	-40.411
6.01.01.15	Outros	989.872	-385.914
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-6.781.149	-1.727.708
6.01.02.01	Contas a receber	-1.109.336	-806.285
6.01.02.02	Estoques	32.725	-64.948
6.01.02.03	Tributos	-290.334	-86.482
6.01.02.04	Aplicações financeiras mantidas para negociação	-4.575.807	-2.276.385
6.01.02.05	Resgate de aplicações financeiras mantidas para negociação	1.702.865	2.542.292
6.01.02.06	Despesas antecipadas	-1.774.461	-1.082.728
6.01.02.07	Fornecedores	-426.672	-614.740
6.01.02.08	Salários, encargos sociais e benefícios	-230.373	-246.806
6.01.02.09	Provisões	-491.609	-322.663
6.01.02.10	Provisões para fundos de pensão	-139.324	-131.156
6.01.02.11	Varição de ativos e passivos mantidos para venda	-808.167	0
6.01.02.12	Dividendos e juros sobre o capital próprio	48.076	0
6.01.02.13	Participações minoritárias	-49.552	0
6.01.02.14	Fluxo das Atividades Operacionais das Operações Descontinuadas	485.342	545.782
6.01.02.15	Outras contas ativas e passivas	845.478	816.411
6.01.03	Outros	-2.406.914	-1.902.404
6.01.03.01	Encargos financeiros pagos	-2.183.166	-1.553.487
6.01.03.02	Imposto de renda e contribuição social pagos - Empresa	-126.228	-187.949
6.01.03.03	Imposto de renda e contribuição social pagos - Terceiros	-97.520	-160.968
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	14.847.201	476.100
6.02.01	Aquisições de bens do ativo imobilizado e intangível	-1.880.384	-2.638.395
6.02.03	Recursos obtidos na venda de investimentos, imobilizado e intangível	29.251	3.281.879
6.02.04	Depósitos e bloqueios judiciais	-1.010.161	-691.325

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 30/06/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 30/06/2014
6.02.05	Resgates judiciais de depósitos e bloqueios judiciais	483.512	218.619
6.02.06	Aumento/Redução de investimentos permanentes	-144	-1.329
6.02.07	Aquisição de investimento na PT Portugal em 5 de maio de 2014	0	1.087.904
6.02.08	Caixa e equivalentes transferidos para ativos mantidos para venda	0	-684.128
6.02.09	Caixa recebido pela venda da PT Portugal	17.218.275	0
6.02.10	Variação de caixa e equivalentes de caixa no período	201.591	0
6.02.11	Fluxo das Atividades de Investimento das Operações Descontinuadas	-194.739	-97.125
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-121.521	442.744
6.03.01	Captações Líquidas de custos	4.711.333	1.373.336
6.03.02	Pagamento de principal de empréstimos e financiamentos e derivativos	-5.279.028	-3.788.594
6.03.03	Aumento de capital	0	8.230.606
6.03.04	Autorizações e concessões	-347.215	-203.449
6.03.05	Programa de refinanciamento fiscal	-46.000	-92.912
6.03.06	Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio	-26.931	-1.875
6.03.07	Recebimentos (Pagamentos) de operações com instrumentos financeiros derivativos	1.358.514	-372.512
6.03.08	Fluxo das Atividades de Financiamento das Operações Descontinuadas	-492.194	-4.701.856
6.04	Variação Cambial s/ Caixa e Equivalentes	156.071	24.132
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	11.046.382	2.422.181
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	2.449.206	2.424.830
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	13.495.588	4.847.011

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 30/06/2015**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	21.438.220	1.610.071	1.933.354	-4.024.184	-3.155.169	17.802.292	1.509.197	19.311.489
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	21.438.220	1.610.071	1.933.354	-4.024.184	-3.155.169	17.802.292	1.509.197	19.311.489
5.04	Transações de Capital com os Sócios	154	-1.230.340	-1.933.354	0	3.163.540	0	0	0
5.04.01	Aumentos de Capital	154	1.933.200	-1.933.354	0	0	0	0	0
5.04.08	Permuta de Ações em Tesouraria	0	-3.163.540	0	0	3.163.540	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-488.933	-307.232	-796.165	-49.552	-845.717
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	218.500	0	218.500	5.498	223.998
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	-707.433	-307.232	-1.014.665	-55.050	-1.069.715
5.05.02.06	Perda de Contabilidade de "hedge"	0	0	0	0	-19.968	-19.968	0	-19.968
5.05.02.07	Ganho de Contabilidade de "hedge" Reflexa	0	0	0	0	8.203	8.203	0	8.203
5.05.02.08	Ganho Atuarial	0	0	0	0	6.913	6.913	0	6.913
5.05.02.09	Ganho Atuarial Reflexo Transferido para Prejuízos Acumulados	0	0	0	-707.433	714.654	7.221	0	7.221
5.05.02.10	Varição Cambial sobre Investimento no Exterior	0	0	0	0	451.004	451.004	-55.050	395.954
5.05.02.11	Varição Cambial sobre Investimento no Exterior Reflexa	0	0	0	0	365.495	365.495	0	365.495
5.05.02.12	Obrigações em Instrumentos Patrimoniais	0	0	0	0	-268.921	-268.921	0	-268.921
5.05.02.13	Outros Resultados Abrangentes no Período	0	0	0	0	144.735	144.735	0	144.735
5.05.02.14	Resultado Abrangente Transferido para o Resultado do Período	0	0	0	0	-1.709.347	-1.709.347	0	-1.709.347
5.07	Saldos Finais	21.438.374	379.731	0	-4.513.117	-298.861	17.006.127	1.459.645	18.465.772

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 30/06/2014**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	7.471.209	1.873.099	2.323.992	0	-144.162	11.524.138	0	11.524.138
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	7.471.209	1.873.099	2.323.992	0	-144.162	11.524.138	0	11.524.138
5.04	Transações de Capital com os Sócios	13.967.011	-263.028	-7.111	0	-200.245	13.496.627	1.431.592	14.928.219
5.04.01	Aumentos de Capital	13.959.900	0	0	0	0	13.959.900	0	13.959.900
5.04.02	Gastos com Emissão de Ações	0	0	0	0	-200.245	-200.245	0	-200.245
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	-263.028	0	0	0	-263.028	0	-263.028
5.04.06	Dividendos	0	0	0	0	0	0	-37.010	-37.010
5.04.08	Aumento de Capital com Incentivos Fiscais de Reinvestimento	7.111	0	-7.111	0	0	0	0	0
5.04.09	Aquisição de Participação - PT Portugal	0	0	0	0	0	0	1.468.602	1.468.602
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	6.654	-381.874	-375.220	-11.305	-386.525
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	6.654	0	6.654	3.373	10.027
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-381.874	-381.874	-14.678	-396.552
5.05.02.07	Ganho de Contabilidade de "hedge"	0	0	0	0	110.432	110.432	0	110.432
5.05.02.08	Ganho de Contabilidade de "hedge" Reflexa	0	0	0	0	18.368	18.368	0	18.368
5.05.02.09	Ganhos (Perdas) Atuariais	0	0	0	0	-36.316	-36.316	0	-36.316
5.05.02.10	Ganhos (Perdas) Atuariais Reflexa	0	0	0	0	-278.440	-278.440	0	-278.440
5.05.02.11	Varição Cambial sobre Investimento no Exterior	0	0	0	0	-210.623	-210.623	-14.678	-225.301
5.05.02.12	Varição Cambial sobre Investimento no Exterior Reflexa	0	0	0	0	14.705	14.705	0	14.705
5.07	Saldos Finais	21.438.220	1.610.071	2.316.881	6.654	-726.281	24.645.545	1.420.287	26.065.832

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 30/06/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 30/06/2014
7.01	Receitas	18.154.820	19.807.491
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	17.984.190	18.497.468
7.01.02	Outras Receitas	522.194	1.690.626
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-351.564	-380.603
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-6.611.566	-7.174.234
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-1.179.998	-1.749.579
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-5.011.695	-4.880.622
7.02.04	Outros	-419.873	-544.033
7.03	Valor Adicionado Bruto	11.543.254	12.633.257
7.04	Retenções	-2.142.258	-2.924.410
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-2.490.872	-2.189.649
7.04.02	Outras	348.614	-734.761
7.04.02.01	Provisões (Inclui atualização monetária)	-607.403	-561.082
7.04.02.02	Resultado de Operações Descontinuadas	1.080.061	-32.875
7.04.02.03	Outras Despesas	-124.044	-140.804
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	9.400.996	9.708.847
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	877.818	650.387
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	514	-2.727
7.06.02	Receitas Financeiras	877.304	653.114
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	10.278.814	10.359.234
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	10.278.814	10.359.234
7.08.01	Pessoal	1.156.177	1.242.804
7.08.01.01	Remuneração Direta	821.487	929.795
7.08.01.02	Benefícios	219.250	207.601
7.08.01.03	F.G.T.S.	84.555	65.739
7.08.01.04	Outros	30.885	39.669
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	3.929.917	4.857.041
7.08.02.01	Federais	570.814	1.152.997
7.08.02.02	Estaduais	3.281.611	3.633.478
7.08.02.03	Municipais	77.492	70.566
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	4.968.722	4.249.362
7.08.03.01	Juros	3.259.544	2.673.264
7.08.03.02	Aluguéis	1.709.178	1.576.098
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	223.998	10.027
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	218.500	6.654
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	5.498	3.373

2T15

Relações com Investidores



RELATÓRIO TRIMESTRAL

Informações e Resultados Consolidados (Não Auditados)

Este relatório contempla o desempenho operacional e financeiro da Oi S.A. e de suas controladas diretas e indiretas no segundo trimestre de 2015.

Oi S.A. | www.oi.com.br/ri





Destaques

RESULTADOS DO 2T15 EM LINHA PARA ENTREGAR GUIDANCE DE 2015

- Em meio a um cenário macroeconômico desafiador, a Oi mais uma vez entregou resultados consistentes e em linha com seu compromisso com o mercado. A Companhia reitera o *guidance* para 2015 de EBITDA de rotina entre R\$ 7,0 e 7,4 bilhões e melhoria no Fluxo de Caixa Operacional (FCO) entre R\$ 1,2 e 1,8 bilhão, ambos para as operações brasileiras.
- O EBITDA de rotina das operações brasileiras aumentou 10,7% em relação ao 2T14, atingindo R\$ 1.816 milhões no trimestre, como resultado da transformação do nosso negócio. Apesar da inflação de 8,9% no 2T15 (maior que o 8,1% do 1T15), a Oi reduziu seus custos e despesas operacionais das operações brasileiras em 10,5% em relação ao 2T14, acelerando a redução de custos em relação ao trimestre anterior. Custos e despesas operacionais atingiram R\$ 4.739 milhões no 2T15, resultando em uma margem EBITDA de rotina das operações brasileiras de 27,7%, um aumento de 4,1 p.p. em relação ao mesmo período do ano anterior. Estamos confiantes de que ainda há grandes oportunidades pela frente.
- No Brasil, o FCO (EBITDA de rotina menos Capex) atingiu R\$ 775 milhões no trimestre, um aumento de 198% em relação ao mesmo trimestre do ano anterior, como resultado do crescimento de EBITDA, da transformação do negócio e do foco na eficiência da alocação de investimentos. Neste trimestre, o Capex das operações brasileiras foi de R\$ 1.041 milhões (-24,5% em relação ao 2T14), dos quais 88% foram destinados para a melhoria e expansão de rede. Os principais projetos de infraestrutura da Companhia estão evoluindo a frente do previsto e abaixo do orçamento, apesar do atual ambiente desafiador. Como resultado, estamos não apenas reduzindo nosso Capex, mas também proporcionando melhorias objetivas na rede. Na móvel, a taxa de queda de dados caiu 1,3 p.p. na comparação anual, enquanto o tráfego de dados aumentou 20% na rede 2G e 67% na rede 3G. Na banda larga fixa, as velocidades médias aumentaram 21,4% em um ano e, neste mês, será lançado um serviço de VDSL.
- Receita Líquida total no Brasil alcançou R\$ 6.555 milhões (-5,5% na comparação anual), impactada principalmente pela queda da VU-M e pela redução na receita de aparelhos. Em abril, a Oi terceirizou a operação de *handsets*, gerando uma queda de aproximadamente R\$ 140 milhões na receita de aparelhos da Mobilidade Pessoal. Importante destacar que, por outro lado, esta iniciativa irá melhorar a margem e o capital de giro.
- A receita líquida de serviços, que exclui a receita de vendas de aparelhos, atingiu R\$ 6.486 milhões, apresentando redução anual de 3,3%, principalmente impactada pela queda da tarifa de interconexão (VU-M) na móvel e pelo cenário macroeconômico mais desafiador, especialmente no segmento Corporativo / PMEs.
- A receita líquida do segmento Residencial atingiu R\$ 2.460 milhões, -2,4% na comparação anual, apresentando uma tendência estável em relação ao trimestre anterior, sustentada pelo crescimento da receita de banda larga e TV paga (+8,0% e +50,9%, respectivamente) como resultado do reposicionamento de ofertas e do melhor *mix* de vendas, além do foco em ofertas convergentes e *upselling*. O foco na rentabilização da base resultou em mais um trimestre de crescimento de ARPU em todos os produtos, com a aceleração do crescimento do ARPU residencial, que atingiu R\$ 78,5 (+6,2% na comparação anual).
- Na Mobilidade Pessoal, a receita líquida de clientes (excluindo as receitas de uso de rede e de aparelhos) somou R\$ 1.757 milhões, um aumento de 3,5% em relação ao 2T14, devido ao crescimento de 2,7% nas recargas pré-pagas, combinado ao aumento anual de 7,4% no ARPU pós-pago (ex-VU-M), ambos impulsionados pelo crescimento da utilização de dados. O crescimento de 51% nas receitas de dados continua sustentando o sucesso da Companhia. A Oi aumentou a penetração de *smartphones* em sua base e



Destaques

a migração de clientes para as redes 3G e 4G, melhorando o serviço e a experiência do cliente. Como resultado, a receita de dados representou no 2T15 40% do total da receita de clientes.

- A receita líquida do segmento Corporativo / PMEs diminuiu 4,5% no trimestre em relação ao mesmo período do ano anterior, impactada, principalmente, pelo ambiente macroeconômico no Brasil.
- O fluxo de caixa de rotina da operação permaneceu estável no trimestre. A dívida líquida aumentou para R\$ 34.644 milhões, principalmente impactada pelo pagamento anual da licença 3G, pagamento da taxa bianual da concessão e pelo resultado financeiro. Para o segundo semestre, espera-se uma redução no consumo de caixa, dado que os pagamentos não recorrentes do primeiro semestre não se repetirão. A Companhia iniciou o *liability management* com a venda da PT Portugal e continua focada na venda de ativos, na redução das despesas financeiras, no alongamento da dívida e no fortalecimento de seu balanço patrimonial.



Resultados Operacionais

Sumário

em R\$ milhões ou indicado de outra forma	2T15	2T14	1T15	Δ Ano	Δ Tri.	1S15	1S14	Δ Ano
Oi S.A. Pro-forma ⁽¹⁾								
Receita Líquida Total	6.784	7.154	7.040	-5,2%	-3,6%	13.824	14.255	-3,0%
EBITDA	1.899	1.833	2.011	3,6%	-5,6%	3.910	4.907	-20,3%
Margem EBITDA (%)	28,0%	25,6%	28,6%	2,4 p.p.	-0,6 p.p.	28,3%	34,4%	-6,1 p.p.
EBITDA de Rotina	1.947	1.754	2.011	11,0%	-3,2%	3.958	3.581	10,5%
Margem EBITDA de Rotina (%)	28,7%	24,5%	28,6%	4,2 p.p.	0,1 p.p.	28,6%	25,1%	3,5 p.p.
Lucro (Prejuízo) Líquido Consolidado ⁽²⁾	671	-217	-447	n.m.	n.m.	224	10	2134%
Dívida Líquida	34.644	46.239	32.557	-25,1%	6,4%	34.644	46.239	-25,1%
Caixa Disponível	16.636	5.988	2.079	177,8%	700,0%	16.636	5.988	177,8%
CAPEX	1.069	1.427	1.025	-25,1%	4,3%	2.093	2.700	-22,5%

em R\$ milhões ou indicado de outra forma	2T15	2T14	1T15	Δ Ano	Δ Tri.	1S15	1S14	Δ Ano
BRASIL								
Unidades Geradoras de Receita (Mil)	72.975	74.895	73.577	-2,6%	-0,8%	72.975	74.895	-2,6%
Residencial	16.791	17.514	17.148	-4,1%	-2,1%	16.791	17.514	-4,1%
Mobilidade Pessoal	47.756	48.618	47.940	-1,8%	-0,4%	47.756	48.618	-1,8%
Corporativo / PMEs	7.778	8.108	7.836	-4,1%	-0,7%	7.778	8.108	-4,1%
Telefones públicos	651	656	653	-0,6%	-0,2%	651	656	-0,6%
Receita Líquida Total	6.555	6.935	6.841	-5,5%	-4,2%	13.396	13.811	-3,0%
Receita Líquida de Serviços ⁽³⁾	6.486	6.711	6.639	-3,3%	-2,3%	13.125	13.465	-2,5%
Residencial	2.460	2.519	2.491	-2,4%	-1,2%	4.951	5.072	-2,4%
Mobilidade Pessoal	1.950	2.023	2.060	-3,6%	-5,3%	4.009	4.075	-1,6%
Clientes ⁽⁴⁾	1.757	1.698	1.799	3,5%	-2,3%	3.557	3.352	6,1%
Corporativo / PMEs	2.001	2.080	2.019	-3,8%	-0,9%	4.019	4.163	-3,5%
EBITDA de Rotina	1.816	1.640	1.928	10,7%	-5,8%	3.745	3.350	11,8%
Margem EBITDA de Rotina (%)	27,7%	23,7%	28,2%	4,1 p.p.	-0,5 p.p.	28,0%	24,3%	3,7 p.p.
CAPEX	1.041	1.380	984	-24,5%	5,8%	2.025	2.588	-21,7%
EBITDA de Rotina - CAPEX	775	260	944	197,6%	-17,9%	1.719	762	125,6%

(1) Os números apresentados são pro-forma, a exceção dos dados de lucro líquido, dívida líquida e caixa disponível.

(2) O lucro líquido consolidado inclui a descontinuação das operações da PT Portugal SGPS, S.A. ("PT Portugal"). O lucro líquido de Operações Descontinuadas inclui o efeito positivo referente à variação cambial sobre valor contábil da PT Portugal, que estava registrada no patrimônio líquido no 4T14. Com a conclusão da operação de venda da PT Portugal no 2T15, esse valor foi reclassificado para resultado líquido de operações descontinuadas, juntamente com despesas associadas à venda.

(3) Exclui receita de aparelhos. A terceirização da operação de aparelhos no trimestre teve um impacto negativo de aproximadamente R\$ 140 milhões em receita de aparelhos no segmento de Mobilidade Pessoal.

(4) Inclui: assinaturas, chamadas originadas, longa distância móvel, roaming e serviços de valor adicionado.



Resultados Operacionais

Receita Líquida:

Tabela 1 – Composição da Receita Líquida

R\$ Milhões	Trimestre					Semestre			Composição %	
	2T15	2T14	1T15	Δ Ano	Δ Tri.	1S15	1S14	Δ Ano	2T15	2T14
Receita Líquida Total (Pro-forma)	6.784	7.154	7.040	-5,2%	-3,6%	13.824	14.255	-3,0%	100,0%	100,0%
Brasil	6.555	6.935	6.841	-5,5%	-4,2%	13.396	13.811	-3,0%	96,6%	96,9%
Residencial	2.460	2.519	2.491	-2,4%	-1,2%	4.951	5.072	-2,4%	36,3%	35,2%
Mobilidade Pessoal	2.018	2.231	2.259	-9,6%	-10,7%	4.276	4.397	-2,8%	29,7%	31,2%
Serviços	1.950	2.023	2.060	-3,6%	-5,3%	4.009	4.075	-1,6%	28,7%	28,3%
Clientes	1.757	1.698	1.799	3,5%	-2,3%	3.557	3.352	6,1%	25,9%	23,7%
Uso de Rede	193	324	260	-40,6%	-26,0%	453	723	-37,4%	2,8%	4,5%
Material de Revenda	68	208	199	-67,4%	-65,9%	267	322	-17,0%	1,0%	2,9%
Corporativo / PMEs	2.001	2.096	2.021	-4,5%	-1,0%	4.022	4.187	-3,9%	29,5%	29,3%
Outros serviços	76	89	70	-14,2%	8,2%	146	155	-5,8%	1,1%	1,2%
Outros	229	219	199	4,7%	15,0%	428	444	-3,5%	3,4%	3,1%

No 2T15, a receita líquida consolidada foi de R\$ 6.784 milhões, uma queda de 5,2% em relação ao 2T14 e de 3,6% em relação ao trimestre anterior. A receita total das operações brasileiras recuou 5,5% contra o 2T14 (embora parte dessa redução, no montante de R\$ 140 milhões, tenha ocorrido em função da terceirização da operação), enquanto a receita das outras operações internacionais (África e Timor Leste) cresceu 4,7% no comparativo anual e 15,0% no trimestre, principalmente, devido à performance da MTC e efeitos cambiais relacionados às operações na Namíbia.

BRASIL

A receita líquida total de serviços, que exclui a receita de aparelhos, atingiu R\$ 6.486 milhões no trimestre, uma variação anual de -3,3%. No 2T15, a receita líquida das operações brasileiras (“Brasil”) totalizou R\$ 6.555 milhões, uma redução de 5,5% em relação ao 2T14 e de 4,2% em relação ao trimestre anterior. Na comparação anual, a queda é reflexo da queda na receita de aparelhos devido à terceirização da operação de *handsets*, menor receita de uso de rede devido principalmente ao corte das tarifas reguladas de interconexão do serviço móvel (“VU-M”) de 33,3% em 24 de fevereiro de 2015, com respectiva queda nas tarifas fixo-móvel (“VCs”), e menor receita de voz fixa devido à queda da base de clientes. Parte da queda foi compensada pelo crescimento de 8,0% das receitas de banda larga e de 50,9% de TV paga no segmento Residencial, assim como o crescimento de 50,7% da receita de dados do segmento de Mobilidade Pessoal.

Na comparação com o 1T15, a queda na receita foi impactada principalmente pela terceirização da operação de aparelhos (um impacto negativo de R\$ 140 milhões na receita do segmento de mobilidade) no início de abril e ao corte de VU-M que impactou o período completo do 2T15 contra um mês de impacto no primeiro trimestre.

Além disso, a deterioração do ambiente macroeconômico brasileiro também impactou as receitas da Companhia, especialmente, no segmento Corporativo / PMEs.

2T15 Relações com Investidores

www.oi.com.br/ri



Resultados Operacionais



Residencial

	2T15	2T14	1T15	Δ Ano	Δ Tri.	1S15	1S14	Δ Ano
Residencial								
Receita Líquida (R\$ Milhões)	2.460	2.519	2.491	-2,4%	-1,2%	4.951	5.072	-2,4%
Unidades Geradoras de Receitas (UGRs) - Mil	16.791	17.514	17.148	-4,1%	-2,1%	16.791	17.514	-4,1%
Linhas fixas em serviço	10.440	11.360	10.703	-8,1%	-2,5%	10.440	11.360	-8,1%
Banda Larga Fixa	5.167	5.268	5.213	-1,9%	-0,9%	5.167	5.268	-1,9%
TV Paga	1.184	887	1.232	33,5%	-3,9%	1.184	887	33,5%
ARPU - Residencial (R\$)	78,5	73,9	77,6	6,2%	1,2%	78,1	73,8	5,8%

A receita líquida do segmento Residencial somou R\$ 2.460 milhões no 2T15 (-2,4% em comparação ao 2T14), estável em relação a variação do 1T15 (vs. 1T14). O segmento continua sendo impactado negativamente pela redução das tarifas fixo-móvel (VC) e pela menor base de clientes de telefonia fixa. No entanto, é importante destacar o crescimento de receita de banda larga e de TV paga no período, compensando parcialmente a queda da receita na telefonia fixa. A maior receita com esses serviços na comparação com o 2T14 reflete os esforços da Companhia em melhorar o *mix* de vendas através de ofertas de mais alto-valor em conjunto com a estratégia de convergência de produtos. O foco na melhoria da qualidade das vendas e nas ações de *upgrade* de velocidade da banda larga e *upselling* da TV têm se traduzido de forma consistente em melhoria de rentabilidade, com um melhor desempenho da receita quando comparado ao desempenho das UGRs, que se reflete diretamente em um maior ARPU.

Em bases sequenciais, a receita líquida do segmento apresentou redução de 1,2%, basicamente em função do serviço de telefonia fixa, dada a queda da base de clientes e das tarifas fixo-móvel ("VCs"). As UGRs atingiram 16.791 mil neste trimestre (-4,1% versus 2T14), impactada pela redução de 8,1% nas UGRs de telefonia fixa e parcialmente compensada pelo aumento de 33,5% nas UGRs de TV paga. Em relação ao trimestre anterior, houve uma queda de 2,1% nas UGRs, resultado do foco da Oi na rentabilização da base existente e qualidade das vendas.

As estratégias definidas pela Companhia no final de 2014 de rentabilizar a base existente através de *upselling* e *cross selling* de serviços, assim como de buscar novos clientes com melhor *mix* de aquisição, por meio da venda de serviços *multiple-play*, e de reposicionar ofertas do segmento Residencial têm apresentado resultados positivos quando observado a trajetória da receita média por cliente no período. O ARPU individual de cada um dos produtos (telefonia fixa, banda larga e TV paga) continuou apresentando uma melhora sequencial evidenciando o sucesso da estratégia de rentabilização da base de clientes.

ARPU Residencial

No 2T15, O ARPU residencial atingiu R\$ 78,5, representando um crescimento de 6,2% em relação ao 2T14 e de 1,2% na comparação sequencial. O principal fator responsável por esse aumento foi o foco da Companhia em oferecer mais serviços e de mais-alto valor aos clientes novos e atuais, aliando iniciativas de *cross selling* e *upselling*. Com isso, a penetração de ofertas convergentes na base aumentou, e clientes com mais de um produto Oi passaram a representar 62,5% dos domicílios (+2,4 p.p. em relação ao 2T14). Com mais produtos por cliente, a Companhia consegue uma maior fidelização da sua base e, conseqüentemente, estabilidade nas suas taxas de *churn*.



Resultados Operacionais

Fixo

A Companhia encerrou o 2T15 com 10.440 mil clientes de telefonia fixa no segmento Residencial (-8,1% contra 2T14 e -2,5% na comparação sequencial). As desconexões líquidas totalizaram 263 mil linhas fixas no trimestre, impactadas por um aumento da inadimplência, o que afeta as desconexões involuntárias. Por outro lado, o ARPU do serviço fixo aumentou 0,4% em comparação com o 1T15. Ao oferecer e vender mais produtos para a base existente, a Companhia aumenta o grau de fidelização de seus clientes e consegue, além de aumentar o ARPU do segmento, reduzir as taxas de *churn*. Isso pode ser verificado através da comparação entre as taxas de *churn* dos produtos avulsos e das ofertas convergentes, em que as últimas apresentam taxas significativamente inferiores às primeiras. Nesse contexto de convergência dos serviços, a TV paga e a banda larga aparecem como produtos-chave nas ofertas *multiple-play* que combinam os serviços de telefonia fixa, banda larga, TV paga e serviços móveis.

Os pacotes de ofertas convergentes já existentes, Oi Conta Total (“OCT”) e Oi Voz Total (“OVT”), têm obtido êxito em aumentar o ARPU e reduzir o *churn* do segmento. No 2T15, a oferta OCT correspondeu a 10,7% da base de telefonia fixa do Residencial, um aumento de 1,4 p.p. em relação ao 2T14 com uma taxa de *churn* 11,4% menor que o *churn* da linha fixa avulsa. No mesmo período, o *mix* de ofertas de baixo valor (*low-end*) nas adições brutas apresentou redução significativa, caindo 23,6 p.p. A oferta OVT, que integra linha fixa e móvel, correspondeu a 15,0% da base de telefonia fixa do Residencial no 2T15, um aumento de 2,5 p.p. em relação ao mesmo trimestre do ano anterior. Adicionalmente, a penetração média de *chips* por cliente da oferta OVT foi de 1,6 no 2T15. Esta oferta apresentou uma taxa de *churn* 24,4% inferior à da oferta avulsa de linha fixa.

Em linha com o processo de *turnaround* do negócio, do fortalecimento da estratégia convergente e de melhoria da qualidade da base, a Oi iniciou o *softlaunch* de novos pacotes convergentes, o “Oi Total”, combinando ofertas exclusivas com telefonia fixa, banda larga, TV e mobilidade. Este modelo prevê a instalação conjunta de fixo e banda larga e futuramente TV, bem como a cobrança integrada em única fatura, além de atendimento único, gerando impacto positivo em toda a cadeia de valor.

No trimestre, houve redução dos *gross adds* (adições brutas) na comparação anual, em função do reposicionamento de ofertas e do foco na qualidade das vendas com o objetivo de reduzir os custos associados às vendas e buscar maior eficiência operacional. A redução do *gross* foi acompanhada de uma taxa de *churn* praticamente estável. No período, cabe destacar o declínio de 47,4 p.p. no *mix* de ofertas de baixo valor (*low-end*) nas adições brutas no serviço de telefonia fixa.

Banda Larga

A Oi registrou 5.167 mil UGRs de banda larga fixa no segmento Residencial ao final de junho de 2015, uma queda de 1,9% em relação ao 2T14 e de 0,9% em relação ao trimestre anterior. No entanto, tal como ocorrido no serviço de telefonia fixa, o ARPU de banda larga aumentou 1,8% em relação ao 1T15, com destaque para a comparação anual, que foi de 9,9%, reflexo do foco atual da Companhia em melhorar a qualidade e aumentar a rentabilidade da base de clientes.

Esse aumento de ARPU está associado principalmente ao aumento da velocidade de banda larga, viabilizado pelo foco da Companhia em investimentos em infraestrutura nos últimos trimestres. No 2T15, a banda larga também apresentou uma melhora no *mix* das adições brutas, com queda de 19,3 p.p. na participação das ofertas de baixo valor (*low-end*) na comparação anual. Cabe destacar a performance da velocidade média da banda larga no segmento Residencial, que aumentou 21,4% em relação ao 2T14, atingindo 4,9 Mbps. A participação de UGRs com velocidade a partir de 5 Mbps aumentou 11,6 p.p. para 54,5%, enquanto a participação



Resultados Operacionais

de UGRs com velocidade a partir de 10 Mbps subiu 6,8 p.p. para 26,6%, ambas na comparação com o mesmo trimestre do ano anterior. A velocidade média das adições brutas foi de 7,1 Mbps (+57,9% na comparação com o 2T14 e +6,6% contra 1T15). Atualmente, cerca de 74,5% das adições brutas possuem velocidade a partir de 5 Mbps e 52,1% possuem velocidade a partir de 10 Mbps.

No 2T15, houve redução do *gross* como consequência da estratégia na qualidade das vendas e do reposicionamento de preços ocorrido ao fim de 2014, com respectiva taxa de *churn* estável, resultando em 47 mil desconexões líquidas no trimestre. A penetração da banda larga atingiu 49,5% das residências que possuem serviços Oi, 3,1 p.p. acima do registrados no 2T14 e 0,8 p.p. acima do registrado no 1T15.

TV Paga

A Oi encerrou o trimestre com a base de TV paga totalizando 1.184 mil UGRs (+33,5% em relação ao 2T14 e -3,9% na comparação sequencial). A redução na base de clientes no trimestre é justificada pelo reposicionamento de ofertas da Oi TV e maior foco na rentabilização da base existente associado à qualidade do *gross*. Já o ARPU da TV paga apresentou um aumento de 6,7% em relação ao 2T14 e de 4,7% quando comparado ao trimestre anterior, enquanto a taxa de *churn* se manteve estável, refletindo a melhoria no *mix* de vendas e dos processos de pós-venda, da redução do *payback* do produto e das ações de *cross selling*. O serviço de TV paga apresentou uma redução substancial no *mix* de ofertas de baixo valor (*low-end*) nas adições brutas, reduzindo em 28,4 p.p. na comparação anual.

Adicionalmente, no 2T15, a penetração da Oi TV atingiu 11,3% das residências com produtos Oi, um crescimento de 3,5 p.p. em relação ao 2T14. Esse aumento é reflexo da participação das novas aquisições de TV para clientes associada a pelo menos mais outro produto Oi e do contínuo investimento da Companhia no produto, que oferece um conteúdo completo com a oferta mais atrativa do mercado. A Oi TV possui conteúdo em HD diferenciado, com HD em todos os planos, além de uma grande quantidade de canais, incluindo canais abertos em HD em todas as ofertas, variedade de canais regionais, novos serviços *pay per view* e gravador de vídeo digital (DVR – *Digital Video Recording*). Reforçando os atributos de inovação da Oi TV, a Companhia lançou recentemente o “Oi Play”, que é o serviço de TV *Everywhere*, em que os clientes podem assistir ao conteúdo de diversos programadores onde e quando quiserem, por qualquer dispositivo (*smartphone*, *tablet* ou PC) com conexão à internet. O serviço não tem custo adicional para o consumidor e oferece programação ao vivo e *on demand*, oferecendo flexibilidade e mobilidade compatíveis com as demandas atuais dos clientes.

A qualidade diferenciada do produto Oi TV permite avançar com a estratégia de *upselling* e, conseqüentemente, elevar o ARPU do segmento Residencial, retendo base. A taxa de *churn* em residências com 3 produtos Oi (3P) foi menor em 3,0 p.p. comparada às residências que adquiriram apenas a Oi TV.

2T15 Relações com Investidores

www.oi.com.br/ri



Resultados Operacionais



Mobilidade Pessoal

	2T15	2T14	1T15	Δ Ano	Δ Tri.	1S15	1S14	Δ Ano
Mobilidade Pessoal								
Receita Líquida (R\$ Milhões)	2.018	2.231	2.259	-9,6%	-10,7%	4.276	4.397	-2,8%
Serviços	1.950	2.023	2.060	-3,6%	-5,3%	4.009	4.075	-1,6%
Clientes ⁽¹⁾	1.757	1.698	1.799	3,5%	-2,3%	3.557	3.352	6,1%
Uso de Rede	193	324	260	-40,6%	-26,0%	453	723	-37,4%
Material de Revenda	68	208	199	-67,4%	-65,9%	267	322	-17,0%
Unidades Geradoras de Receitas (UGRs) - Mil	47.756	48.618	47.940	-1,8%	-0,4%	47.756	48.618	-1,8%
Pré-Pago	40.719	41.801	40.824	-2,6%	-0,3%	40.719	41.801	-2,6%
Pós-Pago ⁽²⁾	7.037	6.817	7.116	3,2%	-1,1%	7.037	6.817	3,2%

Obs: (1) Inclui: assinaturas, chamadas originadas, longa distância móvel, *roaming* e serviços de valor adicionado.

(2) Inclui: pós-pago de alto valor, Oi Controle, serviços móveis convergentes (Oi Conta Total e Oi Internet Total) e 3G (mini-modem).

A receita líquida do segmento de Mobilidade Pessoal foi de R\$ 2.018 milhões no trimestre, uma queda de 9,6% em relação ao 2T14 e de 10,7% na comparação sequencial, devido principalmente ao impacto do corte nas tarifas de VU-M nas receitas de uso de rede e à redução na receita de venda de aparelhos, como resultado da terceirização da maioria do nosso *business* de aparelhos.

No 2T15, a receita de clientes foi de R\$ 1.757 milhões, 3,5% maior que no 2T14, principalmente em função do crescimento de 50,7% na receita de dados, que atingiu R\$ 709 milhões no trimestre, o equivalente a 40,4% do total da receita de clientes (+12,7 p.p. na comparação com o 2T14). O aumento anual de 3,2% da base pós-paga e de 2,7% no volume de recargas também contribuiu para este desempenho positivo. A redução sequencial de 2,3% da receita de clientes se deveu basicamente a desaceleração do crescimento das recargas já mencionada acima.

A receita de uso de rede reduziu 40,6% na comparação com o mesmo período do ano anterior e 26,0% em bases sequenciais, atingindo R\$ 193 milhões no trimestre, devido aos cortes nas tarifas de VU-M implementados neste ano e à queda do tráfego *off-net*. Em 24 de fevereiro de 2015, as tarifas de interconexão (VU-M) foram reduzidas para R\$ 0,15517, R\$ 0,15897 e R\$ 0,15485 nas Regiões I, II e III, respectivamente, uma queda de 33,3% em relação às tarifas estabelecidas em fevereiro do ano anterior.

Cortes adicionais nas tarifas de VU-M foram aprovados pela ANATEL, em 2014, como segue: (i) em 2016: R\$ 0,09317, R\$ 0,10309 e R\$ 0,11218; (ii) em 2017: R\$ 0,04928, R\$ 0,05387 e R\$ 0,06816; (iii) em 2018: R\$ 0,02606, R\$ 0,02815 e R\$ 0,04141; e (iv) em 2019: R\$ 0,01379, R\$ 0,01471 e R\$ 0,02517 respectivamente nas Regiões I, II e III.

As vendas de aparelhos registraram R\$ 68 milhões no 2T15 (-67,4% contra 2T14 e -65,9% versus 1T15), resultado da terceirização da operação logística e financeira de aparelhos implementada em abril deste ano. Esta redução da receita de aparelhos foi acompanhada por queda correspondente no custo de mercadorias vendidas e teve um impacto positivo na margem EBITDA ao reduzir os custos de armazenagem e logística. Neste modelo, a Oi segue responsável pela gestão estratégica da cadeia de aparelhos, pelo relacionamento com os canais de venda, assim como pela escolha e definição do portfólio de aparelhos enquanto o parceiro Allied, o maior distribuidor em operação atualmente no Brasil, é responsável pela compra, distribuição e venda de aparelhos.

A mudança no modelo de distribuição tem como principais objetivos: (i) acelerar ainda mais a venda e a migração da base para *smartphones* 3G/4G; (ii) aumentar a eficiência logística e melhorar o abastecimento de aparelhos aos canais de venda; (iii) reduzir os custos logísticos e de mercadorias vendidas; e (iv) reduzir o capital de giro



Resultados Operacionais

empregado na operação de aparelhos.

As vendas de *smartphones* no trimestre representaram 77% das vendas totais. A penetração de aparelhos 3G/4G atingiu 54% da base total, um aumento de 23 p.p. em relação ao 2T14 e 5 p.p. na comparação sequencial. A Oi vem estimulando a migração da tecnologia 2G para 3G, onde a experiência de uso de dados é melhor para o cliente. Como será discutido mais à frente, a Oi vem investindo de forma significativa para alavancar sua infraestrutura única de transporte e transmissão e se beneficiar do movimento de migração de voz para dados que temos observado no mercado.

A base de clientes no segmento de Mobilidade Pessoal encerrou o trimestre com 47.756 mil UGRs (-1,8% versus 2T14 e -0,4% contra 1T15). Nos últimos 12 meses, as desconexões líquidas atingiram 862 mil, sendo 1.082 mil desconexões líquidas no pré-pago e 220 mil adições líquidas no pós-pago. O desempenho do pré-pago é consequência da política mais rígida de limpeza da base pré-paga com foco na rentabilização do negócio.

No 2T15, a base de clientes móveis (Mobilidade Pessoal + Corporativo / PMEs) da Oi atingiu 50.253 mil UGRs, 47.756 mil no segmento de Mobilidade Pessoal e 2.497 mil no segmento Corporativo / PMEs. A Companhia registrou 5,4 milhões de adições brutas e 157 mil desconexões líquidas no 2T15.

Pré-pago

No 2T15, a base de clientes do pré-pago alcançou 40.719 mil UGRs no segmento de Mobilidade Pessoal, uma queda de 2,6% em relação ao 2T14 devido à continuação da política de limpeza da base. Na comparação sequencial, a queda foi de 0,3%, com 105 mil desconexões líquidas no trimestre.

Apesar do impacto da desaceleração econômica, as recargas apresentaram crescimento de 2,7% em relação ao 2T14, devido às medidas lançadas no fim de 2014, como reposicionamento das ofertas, simplificação do portfólio de recargas (aumentando o valor médio de recargas) e o fim da navegação em velocidade reduzida pós franquia nos pacotes semanais e mensais de internet.

A receita de internet móvel do pré-pago (excluindo receitas de SMS e serviços de valor adicionado) aumentou 43,1% em relação ao mesmo período do ano anterior. No mesmo período, o tráfego de dados no pré-pago cresceu 64,2% e a participação do uso de dados no consumo de recargas aumentou 38,3%. Na comparação anual, a receita de serviços de valor adicionado aumentou 62,3%, devido à oferta de serviços com foco em *smartphones* e de alta relevância para o cliente além do aumento de canais de venda dos serviços.

Tendo em vista o cenário atual, de aumento da inadimplência no país e alto custo de capital, o pré-pago passa a ter um papel ainda mais importante, já que apresenta impacto favorável no capital de giro, custos baixos de aquisição e manutenção de clientes e inexistência de inadimplência.

Pós-pago

A base de clientes do pós-pago alcançou 7.037 mil UGRs no trimestre (+3,2% em relação ao 2T14 e -1,1% comparado ao 1T15), o equivalente a 14,7% da base total de Mobilidade Pessoal. O plano Oi Controle atingiu 43,1% da base pós-paga (+2,0 p.p em relação ao 2T14) no trimestre, um crescimento anual de 8,1%. Este plano possui um valor estratégico para Companhia, já que combina vantagens características do pré-pago, como a ausência de inadimplência e impacto favorável no capital de giro, com vantagens características do pós-pago, como um perfil de consumo mais robusto. Com isto, o plano possui taxa de *churn* menor e ARPU mais elevado do que planos pré-pagos.



Resultados Operacionais

A receita de internet móvel no segmento pós-pago cresceu 24,6% em relação ao 2T14, devido ao aumento da penetração de *smartphones* 3G/4G e pacotes de dados.

Cobertura 2G, 3G e 4G LTE

A cobertura 2G da Oi alcançou um total de 3.399 municípios no trimestre, o equivalente a 93% da população urbana do país. A cobertura 3G expandiu para 248 novos municípios (+26,0% em relação ao 2T14), totalizando 1.185 municípios ou 78% da população urbana brasileira. Visando atender às demandas crescentes de uso de dados e aproveitar as oportunidades no segmento de dados móveis, a Companhia tem melhorado a qualidade de sua cobertura e capacidade de rede 3G. A Oi oferece acesso de dados pela tecnologia 4G LTE em 45 municípios, que representam 36% da população urbana brasileira.

ARPU Móvel

O ARPU móvel considera a receita total de serviços da móvel (Mobilidade Pessoal + Corporativo / PMEs) na visão de uma empresa móvel separada, ou seja, a receita oriunda do tráfego entre as divisões móvel e fixa (*intercompany*), mas exclui a receita de chamadas de longa distância de origem móvel que pertence à licença do STFC (concessão de voz fixa). Esse valor é então dividido pela base média de clientes para se chegar ao ARPU móvel.

O ARPU móvel atingiu R\$ 16,3 no 2T15 (-8,0% versus 2T14 e -8,0% na comparação sequencial), impactado principalmente pela redução nas tarifas de VU-M, parcialmente compensado pelo aumento na receita de dados e pelo volume de recargas no pré-pago.

Excluindo a receita de interconexão, o ARPU móvel apresentou um aumento anual de 7,0%, como resultado dos esforços da Companhia em rentabilizar sua base de clientes. Com o foco na simplificação de seu portfólio e redução no número de ofertas de planos e recargas menos rentáveis, e ao combinar pacotes de voz e dados em todo o portfólio, o ARPU de novos clientes melhorou e os custos operacionais reduziram devido à simplificação do processo de vendas.

Na comparação sequencial, o ARPU se manteve estável como resultado do aumento de vendas de *SIM cards M2M (Machine-to-Machine)* no segmento Corporativo, que possuem um ARPU menor.

É importante destacar a performance do ARPU e a queda no *churn* no trimestre. Este comportamento é resultado dos esforços iniciados no final de 2014, visando melhorar o perfil da base de clientes, tornando-a mais rentável e com menores taxas de *churn*.

2T15 Relações com Investidores

www.oi.com.br/ri



Resultados Operacionais



Corporativo / PMEs

	2T15	2T14	1T15	Δ Ano	Δ Tri.	1S15	1S14	Δ Ano
Corporativo / PMEs								
Receita Líquida (R\$ Milhões)	2.001	2.096	2.021	-4,5%	-1,0%	4.022	4.187	-3,9%
Unidades Geradoras de Receitas (UGRs) - Mil	7.778	8.108	7.836	-4,1%	-0,7%	7.778	8.108	-4,1%
Fixa	4.677	4.995	4.754	-6,4%	-1,6%	4.677	4.995	-6,4%
Banda larga	604	628	612	-3,9%	-1,4%	604	628	-3,9%
Móvel	2.497	2.485	2.470	0,5%	1,1%	2.497	2.485	0,5%

Obs: PMEs significa pequenas e médias empresas.

A receita líquida do segmento Corporativo / PMEs foi de R\$ 2.001 milhões no trimestre, uma redução de 4,5% na comparação anual e de 1,0% em bases sequenciais, devido ao corte nas tarifas fixo-móvel (VC) e de interconexão (VU-M), à redução do tráfego de voz, além do cenário econômico mais enfraquecido, que tem impactado empresas e governos. Na comparação anual, deve-se considerar ainda a base de comparação mais expressiva do 2T14 devido às receitas do segmento Corporativo relacionadas ao contrato FIFA naquele período. Cabe destacar ainda que, em linha com o foco na rentabilização do negócio, a Oi não oferece subsídios em aparelhos para novos contratos no segmento Corporativo/PMEs.

No 2T15, a Oi registrou 7.778 mil UGRs no segmento Corporativo / PMEs (-4,1% em relação ao 2T14 e -0,7% versus 1T15). Esta queda é resultado da redução no número de UGRs fixas e de banda larga, parcialmente compensada pelo aumento de UGRs móveis, relacionado ao alto volume de vendas de *SIM cards* M2M (*Machine-to-Machine*) no trimestre. Adicionalmente, a planta de circuitos de dados também apresentou crescimento no período, enquanto a base de Voz Avançada se manteve estável.

Corporativo

Além do cenário macro, o segmento Corporativo foi impactado pela tendência global de redução no volume de voz. A Companhia tem obtido êxito em reduzir a dependência dos serviços de voz através da oferta mais intensa de serviços de dados, TI e SVAs, como serviços gerenciados, soluções de segurança, serviços em *Cloud*, ICT e *Datacenter* e *M2M (Machine-to-Machine)*. Com isso, a participação de serviços não-voz aumentou 1,7 p.p. em relação ao mesmo período do ano anterior, representando 63% do total da receita líquida do segmento. Ao desconsiderar o efeito pontual do contrato FIFA, a participação teria aumentado em 3,3 p.p. A receita de serviços não tradicionais no segmento aumentou 22,6% na comparação anual, não considerando as receitas relacionadas ao contrato FIFA.

PMEs

O segmento PMEs foi impactado de forma mais intensa pela retração da economia neste trimestre. Algumas medidas estruturantes, no sentido de reduzir custos e melhorar processos, vêm resultando em aumento de margens, como: (i) utilização de franquias como único canal presencial de vendas; (ii) simplificação do portfólio para dar maior eficiência e qualidade à cadeia de produtos; (iii) revisão da estrutura do pós-venda, a fim de melhorar a gestão da entrega, do reparo e das contas; (iv) revisão da política de crédito, a fim de reduzir inadimplência; e (v) fim dos subsídios de aparelhos.



Resultados Operacionais

Custos e Despesas Operacionais

Tabela 2 – Composição dos Custos e Despesas Operacionais

Item - R\$ Milhões	2T15	2T14	1T15	Δ Ano	Δ Tri.	1S15	1S14	Δ Ano
Custos e Despesas Operacionais (Pro-forma)								
Brasil	4.739	5.295	4.912	-10,5%	-3,5%	9.651	10.462	-7,7%
Pessoal	596	708	592	-15,8%	0,7%	1.188	1.367	-13,1%
Interconexão	427	671	504	-36,4%	-15,2%	931	1.427	-34,8%
Serviços de terceiros	1.574	1.525	1.532	3,2%	2,7%	3.106	3.017	3,0%
Serviço de manutenção da rede	490	436	451	12,4%	8,6%	942	911	3,4%
Custos de aparelhos e outros	36	173	138	-79,4%	-74,2%	174	275	-37,0%
Publicidade e Propaganda	91	182	33	-50,1%	173,8%	124	297	-58,2%
Aluguéis e seguros	811	793	876	2,3%	-7,4%	1.687	1.570	7,5%
Provisões para contingências	269	211	223	27,4%	20,5%	492	357	37,7%
Provisão para devedores duvidosos	179	173	146	3,1%	22,7%	324	376	-13,9%
Tributos e outras despesas (receitas)	266	422	417	-36,9%	-36,2%	683	863	-20,8%
Outros	98	105	116	-5,9%	-15,3%	215	212	1,2%
OPEX de rotina	4.837	5.399	5.029	-10,4%	-3,8%	9.866	10.674	-7,6%

As despesas operacionais de rotina consolidadas apresentaram no trimestre uma redução significativa de 10,4% em relação ao 2T14, atingindo R\$ 4.837 milhões. Na comparação sequencial, a Companhia reduziu seus custos e despesas operacionais em 3,8%.

O Opex de rotina das operações brasileiras atingiu R\$ 4.739 milhões no 2T15, representando uma redução anual de 10,5% e de 3,5% em bases sequenciais. Isso demonstra a execução bem-sucedida do *turnaround* operacional da Companhia por meio do plano de redução de custos que, ao longo de 2015, vem apresentando resultados mesmo em um cenário de valorização do dólar, alta das tarifas de energia elétrica e inflação acumulada de 8,9% nos últimos doze meses, que pressionam negativamente os custos.

Para o cumprimento deste plano de transformação, foi criada uma diretoria responsável pelo acompanhamento, monitoramento e suporte à execução das iniciativas do plano, apoiado por consultores externos especializados neste tipo de projeto.

Pessoal

Os custos e despesas de pessoal das operações brasileiras totalizaram R\$ 596 milhões no 2T15, uma queda de 15,8% em relação ao 2T14, resultado da redução do quadro de funcionários ocorrida em abril deste ano, além de uma série de medidas adotadas com o objetivo de aumentar produtividade e eficiência, controlar horas extras e sobreaviso dos colaboradores, aliado a uma política de contratação mais restritiva. Em relação ao trimestre anterior, essa linha de custos se manteve praticamente estável, visto que a redução do quadro de funcionários, nesse caso, foi compensada pelo efeito da sazonalidade do período de férias que ocorre no primeiro trimestre do ano.

Interconexão

Os custos de interconexão das operações brasileiras totalizaram R\$ 427 milhões no trimestre, queda significativa de 36,4% na comparação anual e de 15,2% em bases sequenciais, justificada pela redução das tarifas de VU-M e do tráfego *off-net* (voz e SMS).



Resultados Operacionais

Serviços de Terceiros

Os custos e despesas com serviços de terceiros das operações brasileiras totalizaram R\$ 1.574 milhões no trimestre, uma elevação de 3,2% em relação ao 2T14, impactada pelos reajustes tarifários de energia elétrica e maiores gastos com conteúdo de TV e com serviços de valor adicionado (SVA), estes últimos em função do crescimento da base de clientes em TV paga e do aumento do tráfego de dados. Por outro lado, gastos com comissões de vendas, fretes, viagens e *call center* declinaram como consequência dos esforços em redução de custos. Os custos com terceiros cresceram 2,7% na comparação com o 1T15, devido basicamente ao aumento da tarifa de energia elétrica.

Serviços de Manutenção de Rede

No 2T15, os custos e despesas com serviços de manutenção de rede no Brasil alcançaram R\$ 490 milhões. O crescimento dessa linha de despesa de 12,4% na comparação anual e de 8,6% na comparação com o 1T15 decorre principalmente ao reajuste contratual dos prestadores de serviço de rede (PSR). Importante destacar que esta linha de despesa está associada à qualidade dos serviços prestados aos clientes, que também é uma prioridade para a Companhia, apesar do foco em redução de custos e ganho de eficiência. O aumento desta linha de despesa mostra que a Oi não está sacrificando suas operações para entregar resultados de curto prazo.

Custos de Aparelhos / Outros (CPV)

Os custos de aparelhos nas operações brasileiras apresentaram quedas expressivas em relação ao 2T14 (-79,4%) e ao 1T15 (-74,2%), atingindo R\$ 36 milhões no trimestre, que se deve à nova estratégia da Companhia na terceirização de vendas e gestão de estoques de aparelhos, implementada no início do trimestre, conforme explicada anteriormente.

Publicidade e Propaganda

As despesas com publicidade e propaganda somaram R\$ 91 milhões no 2T15, o que corresponde à metade dos gastos realizados no mesmo período do ano passado, quando ocorreu um maior volume pontual de gastos com as campanhas da Copa do Mundo. Em bases sequenciais, houve uma variação positiva de 173,8%, que se deve ao reduzido patamar de gastos com propagandas institucionais no 1T15.

Aluguéis e Seguros

A Companhia apresentou despesas com aluguéis e seguros no Brasil no valor de R\$ 811 milhões no 2T15, valor superior ao do 2T14 em 2,3%, resultado da valorização da moeda americana e de reajustes contratuais, que impacta diretamente os contratos de *leasing* operacional, principalmente da GlobeNet e do satélite SES-6, aumento de capacidade alugada da GlobeNet, além do crescimento nos custos com o aluguel da infraestrutura de rede, decorrente da venda de um lote de torres móveis concluída em dezembro de 2014. Em bases sequenciais, houve queda de 7,4%, devido às renegociações contratuais anuais.

Provisões para Contingências

As despesas com provisões para contingências nas operações brasileiras somaram R\$ 269 milhões no trimestre, aumento de 27,4% comparado ao 2T14 e de 20,5% na comparação sequencial, explicado pela maior quantidade de novos processos junto ao Juizado Especial Cível (JEC), com relativo aumento do pagamento médio.



Resultados Operacionais

Provisões para Devedores Duvidosos – PDD

No 2T15, as provisões para devedores duvidosos totalizaram R\$ 179 milhões, representando um aumento de 3,1% e de 22,7% em relação ao 2T14 e 1T15, respectivamente. O aumento das provisões reflete a deterioração do cenário econômico brasileiro, em que a queda do consumo, da produção e do emprego impactou diretamente a taxa de inadimplência para empresas de todos os setores da economia. Na Oi, os maiores impactos foram sentidos no serviço de telefonia fixa do Residencial e no segmento de pequenas e médias empresas (PMEs). As provisões para devedores duvidosos corresponderam a 2,7% da receita líquida das operações brasileiras (+0,2 p.p. na comparação anual).

EBITDA

Tabela 3 – EBITDA e Margem EBITDA

	2T15	2T14	1T15	Δ Ano	Δ Tri.	1S15	1S14	Δ Ano
Oi S.A. Pro-forma								
EBITDA (R\$ milhões)	1.899	1.833	2.011	3,6%	-5,6%	3.910	4.907	-20,3%
Brasil	1.768	1.719	1.928	2,9%	-8,3%	3.697	4.675	-20,9%
Outros	131	114	83	14,4%	57,5%	213	231	-7,8%
Margem EBITDA (%)	28,0%	25,6%	28,6%	2,4 p.p.	-0,6 p.p.	28,3%	34,4%	-6,1 p.p.
Itens Não Rotina	48	-78	0	-161%	-	48	-1.326	-
OPEX reportado	4.885	5.321	5.029	-8,2%	-2,9%	9.913	9.348	6,0%
EBITDA de Rotina (R\$ milhões)	1.947	1.754	2.011	11,0%	-3,2%	3.958	3.581	10,5%
Brasil	1.816	1.640	1.928	10,7%	-5,8%	3.745	3.350	11,8%
Outros	131	114	83	14,4%	57,5%	213	231	-7,8%
Margem EBITDA de Rotina (%)	28,7%	24,5%	28,6%	4,2 p.p.	0,1 p.p.	28,6%	25,1%	3,5 p.p.
Brasil	27,7%	23,7%	28,2%	4,1 p.p.	-0,5 p.p.	28,0%	24,3%	3,7 p.p.
Outros	57,0%	52,2%	41,6%	4,8 p.p.	15,4 p.p.	49,8%	52,2%	-2,3 p.p.

O EBITDA consolidado de rotina alcançou R\$ 1.947 milhões no 2T15, crescimento de 11,0% na comparação anual e queda de 3,2% em relação ao 1T15.

O EBITDA de rotina das operações no Brasil alcançou R\$ 1.816 milhões, um crescimento de 10,7% em comparação com o mesmo período do ano anterior, consequência da disciplina em custos e foco em eficiência operacional. A margem EBITDA de rotina das operações brasileiras alcançou 27,7%, contra 23,7% no 2T14 (+4,1 p.p.). Em bases sequenciais, o EBITDA de rotina do Brasil caiu 5,8% devido principalmente à redução de 4,2% das receitas líquidas no período.

No trimestre, os itens de Opex não rotina totalizaram R\$ 48 milhões, que se deve aos custos de rescisão trabalhista incorridos com a demissão de funcionários em abril deste ano.

O EBITDA de rotina de outras operações internacionais (África e Timor Leste) alcançou R\$ 131 milhões no período (+14,4% na comparação anual e +57,5% em bases sequenciais) devido ao impacto positivo nas receitas das operações na Namíbia e à redução dos custos de PDD em Angola.



Resultados Operacionais

Capex

Tabela 4 – Capex

R\$ Milhões	2T15	2T14	1T15	Δ Ano	Δ Tri.	1S15	1S14	Δ Ano
Investimentos (Pro-forma)								
Brasil	1.041	1.380	984	-24,5%	5,8%	2.025	2.588	-21,7%
Outros	27	47	41	-41,8%	-33,2%	68	113	-39,5%
Total	1.069	1.427	1.025	-25,1%	4,3%	2.093	2.700	-22,5%

O Capex consolidado da Companhia totalizou R\$ 1.069 milhões no período, uma redução de 25,1% em relação ao 2T14 e um aumento de 4,3% na comparação com o trimestre anterior. No mesmo período, os investimentos das operações no Brasil atingiram R\$ 1.041 milhões, 24,5% abaixo do registrado no 2T14 e 5,8% acima do registrado no primeiro trimestre de 2015.

A Companhia manteve o foco na alocação de capital mais eficiente, investindo no aumento da capacidade da rede de transporte e na melhoria das redes móvel 3G e banda larga fixa. Como consequência, a Oi tem apresentado melhor qualidade dos serviços prestados com o avanço contínuo nos indicadores de qualidade da Anatel na móvel e a redução no congestionamento da rede de banda larga fixa, mesmo com o aumento no volume de tráfego de dados.

Entre os exemplos dos investimentos na capacidade de transporte de rede estão (i) a construção de uma nova malha de transmissão, que interliga atualmente 12 capitais do nordeste ao sul do Brasil, constituída de mais de 30.000 km de fibras óticas, utilizando equipamentos OTN-100G, tecnologia das mais modernas disponíveis no mercado, o que assegura capacidade de transporte para todo o tráfego IP, que cresce de forma consistente ano a ano. Este investimento também assegurará capacidade de crescimento de forma rápida e com menores custos para os próximos anos, além de trazer uma maior resiliência para a rede; e, (ii) a implantação de equipamentos do tipo Single Edge em todos os estados do Brasil, o que trará uma nova arquitetura de rede IP mais simples e mais próxima dos clientes. A rede atual conta com acessos diferentes para os clientes corporativos, móveis e residenciais. Com o Single Edge, que já é utilizado por grandes operadoras na Europa e nos Estados Unidos, o tráfego de dados será agrupado, trazendo importantes ganhos operacionais e de recursos, como, por exemplo, a possibilidade de expansão mais rápida da rede, redução no consumo de energia e de custos de reparo, mais facilidade de manutenção e operação e simplificação da capacitação técnica de engenharia e operações.

Neste trimestre, R\$ 916 milhões dos investimentos das operações brasileiras foram destinados a investimentos em rede, o equivalente a 88,0% do Capex total.



Resultados Operacionais

Fluxo de Caixa Operacional (EBITDA - Capex)

Tabela 5 - Fluxo de Caixa Operacional

R\$ Milhões	2T15	2T14	1T15	Δ Ano	Δ Tri.	1S15	1S14	Δ Ano
Oi S.A. - Pro-forma								
EBITDA de Rotina	1.947	1.754	2.011	11,0%	-3,2%	3.958	3.581	10,5%
Capex	1.069	1.427	1.025	-25,1%	4,3%	2.093	2.700	-22,5%
Fluxo de Caixa Operacional de Rotina (EBITDA - Capex)	878	328	986	168,0%	-11,0%	1.865	881	111,7%

Tabela 6 - Fluxo de Caixa Operacional das Operações Brasileiras

R\$ Milhões	2T15	2T14	1T15	Δ Ano	Δ Tri.	1S15	1S14	Δ Ano
Oi S.A.								
EBITDA de Rotina	1.816	1.640	1.928	10,7%	-5,8%	3.745	3.350	11,8%
Capex	1.041	1.380	984	-24,5%	5,8%	2.025	2.588	-21,7%
Fluxo de Caixa Operacional de Rotina (EBITDA - Capex)	775	260	944	197,6%	-17,9%	1.719	762	125,6%

O fluxo de caixa operacional consolidado de rotina (EBITDA de rotina menos Capex) somou R\$ 878 milhões no trimestre, valor substancialmente maior ao reportado no 2T14, quando atingiu R\$ 328 milhões, e 11,0% inferior comparado ao 1T15.

No 2T15, o EBITDA de rotina menos Capex das operações brasileiras totalizou R\$ 775 milhões, crescimento de 197,6% na comparação anual em função do aumento no EBITDA de rotina e a melhor eficiência nos investimentos. Na comparação sequencial, a redução de 17,9% se resulta principalmente ao menor EBITDA de rotina no período.

Depreciação / Amortização

A Companhia registrou, no 2T15, despesas com depreciação e amortização de R\$ 1.272 milhões, crescimento de 20,9% em relação ao 2T14 e de 4,4% quando comparado ao 1T15.

Tabela 7 - Depreciação e Amortização

R\$ Milhões	2T15	2T14	1T15	Δ Ano	Δ Tri.	1S15	1S14	Δ Ano
Depreciação e Amortização Pro-forma								
Total	1.272	1.053	1.218	20,9%	4,4%	2.491	2.257	10,4%



Resultados Financeiros

Resultados Financeiros

Tabela 8 – Resultado Financeiro (Oi S.A. Consolidado)

R\$ Milhões	2T15	2T14	1T15	1S15	1S14
Oi S.A. Consolidado					
Juros Líquido (s/ Aplicações Fin. e Emprést. e Financ.)	-876	-579	-853	-1,730	-1,242
Resultado Cambial Líquido (s/ Aplicações Fin. e Emprést. e Financ.)	-399	-249	-144	-543	-492
Outras Receitas / Despesas Financeiras	66	-209	-271	-206	-497
Resultado Financeiro Líquido Consolidado	-1,210	-1,038	-1,269	-2,479	-2,231

A Companhia registrou despesas financeiras líquidas de R\$ 1.210 milhões no 2T15, uma redução de 4,7% no trimestre e um aumento de 16,6% em relação ao mesmo trimestre do ano anterior. Cabe ressaltar que o resultado do 2T15 inclui um mês de despesas financeiras líquidas da Portugal Telecom International Finance (PTIF), cujas dívidas deixaram de ser classificadas como passivos associados a ativos disponíveis para a venda, passando a contribuir para o resultado consolidado da Companhia.

O aumento do item “juros líquidos” em R\$ 23 milhões, neste trimestre, comparado ao 1T15, e do item “resultado cambial” em R\$ 255 milhões foi mais do que compensado pela redução do item “outras receitas/despesas financeiras”, que no 2T15 registrou receita financeira líquida no valor de R\$ 66 milhões.

A variação nos juros líquidos decorre, principalmente, do impacto de um mês adicional de juros líquidos da PTIF associado ao maior CDI no período, consequência das sucessivas elevações da Selic pelo Banco Central. O aumento no resultado cambial reflete, basicamente, o impacto do maior CDI sobre o custo de *hedge* da Companhia, bem como da elevação da dívida média atrelada à moeda estrangeira, fruto dos últimos desembolsos e da emissão do *Eurobond* com vencimento em 2021. A reversão da rubrica de outras despesas para receitas financeiras líquidas foi decorrente do ganho financeiro com o pré-pagamento das debêntures no trimestre (aproximadamente R\$ 250 milhões, líquidos das baixas de custos de captação) como parte do processo de *liability management* após a entrada do caixa da venda da PT Portugal, além de menores despesas com variação monetária sobre outros passivos, associado a uma maior receita com juros sobre depósitos judiciais.

Lucro (Prejuízo) Líquido

Tabela 9 – Lucro (Prejuízo) Líquido (Oi S.A. Consolidado)

R\$ Milhões	2T15	2T14	1T15	Δ Ano	Δ Tri.	1S15	1S14	Δ Ano
Lucro Líquido								
Lucro antes do resultado financeiro e dos tributos (EBIT)	627	757	793	-17,2%	-21,0%	1.419	2.566	-44,7%
Resultado Financeiro	-1.210	-1.038	-1.269	16,6%	-4,7%	-2.479	-2.231	11,1%
Imposto de Renda e Contribuição Social	141	96	62	46,4%	127,2%	203	-291	n.m.
Lucro (Prejuízo) Líquido das Operações Continuadas	-442	-185	-414	139,4%	6,7%	-856	43	n.m.
Resultado Líquido das Operações Descontinuadas	1.113	-33	-32	n.m.	n.m.	1.080	-33	n.m.
Lucro (Prejuízo) Líquido Consolidado	671	-217	-447	n.m.	n.m.	224	10	2133,8%
-atribuído aos acionistas controladores	620	-221	-401	n.m.	n.m.	219	7	3183,6%
-atribuído aos acionistas não controladores	51	3	-45	1403,6%	n.m.	5	3	63,0%



Resultados Financeiros

O lucro operacional da Oi antes do resultado financeiro e dos tributos (EBIT) foi de R\$ 627 milhões no trimestre, redução de 17,4% em comparação ao 2T14 e de 21,0% versus o trimestre anterior em função das despesas com depreciação e amortização. Com a variação negativa do resultado financeiro, a Companhia registrou no 2T15 um prejuízo de R\$ 442 milhões nas operações continuadas.

Nesse período, a Oi reportou lucro líquido consolidado de R\$ 671 milhões, incluindo o ajuste contábil de R\$ 1.113 milhões referentes aos resultados apurados com as operações descontinuadas da PT Portugal que fazem parte do contrato de venda à Altice S.A. Conforme havia sido mencionado no final de 2014, este valor inclui o efeito positivo referente à variação cambial sobre valor contábil da PT Portugal, que à época estava registrada no Patrimônio Líquido. Com a conclusão da operação de venda da PT Portugal no 2T15, esse valor foi reclassificado para resultado líquido de operações descontinuadas, juntamente com despesas associadas à venda.



Endividamento & Liquidez

Endividamento & Liquidez

Tabela 10 - Dívida

R\$ Milhões	jun/15	jun/14	mar/15	% Dívida Bruta
Endividamento				
Curto Prazo	7.603	7.294	4.969	14,8%
Longo Prazo	43.677	44.933	29.668	85,2%
Dívida Total	51.280	52.228	34.637	100,0%
Em moeda nacional	17.061	19.908	21.022	33,3%
Em moeda estrangeira	37.146	33.037	17.940	72,4%
Swap	-2.927	-718	-4.325	-5,7%
(-) Caixa	-16.636	-5.988	-2.079	-32,4%
(=) Dívida Líquida	34.644	46.239	32.557	67,6%

A Oi S.A. apresentou dívida bruta consolidada de R\$ 51.280 milhões no 2T15, comparado com R\$ 34.637 milhões no trimestre imediatamente anterior. É importante destacar que em 2 de junho deste ano, a Companhia concluiu o processo de venda da PT Portugal à Altice. Como resultado, o endividamento da Portugal Telecom International Finance (PTIF), que vinha sendo classificado como passivos associados a ativos disponíveis para venda foram reclassificados para o endividamento consolidado da Oi S.A. Isto não considera os R\$ 3 bilhões de dívida que ficou na PT Portugal para posterior pagamento por eles. Ao mesmo tempo, como as dívidas da PTIF no montante de aproximadamente R\$ 17 bilhões foram reclassificadas, a Companhia recebeu um caixa resultante do desinvestimento aproximadamente no mesmo valor, não afetando, portanto, a dívida líquida da Companhia.

Ao final do trimestre, as dívidas da PTIF contribuíram com R\$ 16.263 milhões para a dívida bruta consolidada. Imediatamente após o recebimento dos recursos da venda da PT Portugal, a Companhia iniciou um processo de *liability management*, tendo pré-pago dívidas que totalizaram o montante de R\$ 3,2 bilhões, referente a debêntures detidas pela Oi S.A.

O caixa foi recebido em Euros, atuando como *hedge* natural para as dívidas da PTIF, denominadas também em Euros. A Companhia tem o compromisso com o Conselho de Administração de contratação de *hedges* para as dívidas em moeda estrangeira, caso se decida internalizar qualquer parcela destes recursos em Euros para pré-pagamentos de dívidas que não estejam denominadas em Euros.

Em junho, a Companhia realizou uma captação de 600 milhões de euros, com vencimento em 2021. A transação estava vinculada a recompra de *Bonds* já existentes de Oi e PTIF com vencimentos em 2016 e 2017 e faz parte da estratégia da Companhia para alongar o prazo médio de dívidas, suavizando seu cronograma de vencimentos (*liability management*). Adicionalmente, em abril e maio, a Companhia realizou desembolsos de sua linha de *Revolver Credit Facility* no valor de USD 700 milhões.

A Companhia encerrou o 2T15 com caixa de R\$ 16.636 milhões, resultando em uma dívida líquida de R\$ 34.644 milhões, um aumento de 6,4% em relação ao 1T15. O aumento no trimestre ocorreu principalmente



Endividamento & Liquidez

em função de pagamentos com obrigações regulatórias (licença 3G e taxa bianual da concessão do STFC) e do resultado financeiro.

Considerando que a totalidade das dívidas provenientes da Portugal Telecom está atrelada ao Euro, a parcela da dívida bruta em moeda estrangeira passou a representar 68,7% do total da dívida bruta no 2T15. Excluídas as dívidas provenientes da PTIF, a parcela da dívida em moeda estrangeira encerrou o trimestre em 55,4% (contra 46,4% no 1T15), praticamente sem exposição às flutuações cambiais.

O prazo médio consolidado da dívida manteve-se em 3,7 anos no 2T15. Este valor encontra-se, ainda, influenciado por vencimentos de curto prazo da Oi S.A. e da PTIF, principalmente o *Bond* Euro 2016 (543 milhões de Euros com vencimento em fevereiro de 2016), *Retail Bonds* (400 milhões de Euros com vencimento em julho de 2016), *Revolver* em BRL (R\$ 1.300 milhões com vencimento em dezembro de 2015), *Revolver* em USD (USD 700 milhões com vencimento em outubro de 2016) e o *Bond* BRL 9,75% (R\$ 1.100 milhões com vencimento em setembro de 2016).

Tabela 11 – Variação da Dívida Líquida

R\$ Milhões	2T15	2T14	1T15
Dívida Líquida Inicial	32.557	30.291	30.563
(-) EBITDA de Rotina	1.816	2.207	1.928
(-) Receitas (Despesas) Não Recorrentes ⁽¹⁾	-37	78	0
(+) Capex ⁽²⁾	1.041	1.573	984
(+) Depósitos Judiciais	237	280	191
(+) IR/CS	79	278	114
(+) Var. Capital de Giro ⁽³⁾	463	-587	645
(+) Licenças 3G/4G	554	0	0
(+) Taxas Anatel	325	0	753
(+) Resultado Financeiro	1.167	934	1.080
(+) Imposto sobre JCP Intercompany	0	0	155
(-) Aumento de Capital	0	7.956	0
(+) Dívidas PT	0	21.277	0
(+) Título RioForte	0	2.763	0
(+) Variação Cambial	0	-433	0
(+) Outros movimentos	0	104	1
Dívida Líquida Final	34.644	46.239	32.557

(1) Exclui as vendas de ativos

(2) Capex econômico do período

(3) Inclui diferença entre Capex econômico e desembolso de Capex

A Oi S.A. encerrou o 2T15 com uma dívida líquida de R\$ 34.644 milhões, aumento de 6,4% em relação ao 2T14, impactada principalmente pelo pagamento anual da licença 3G, o pagamento da taxa bianual da concessão, além da despesa financeira. Para o segundo semestre, espera-se uma redução no consumo de caixa, dado que os pagamentos não recorrentes do primeiro semestre não se repetirão, como por exemplo, os pagamentos de taxas regulatórias no montante de R\$ 1,6 bilhão realizados na primeira metade do ano.



Endividamento & Liquidez

Tabela 12 - Cronograma de Amortização da Dívida Bruta

(R\$ milhões)	2015	2016	2017	2018	2019	2020 em diante	Total
Cronograma de Amortização da Dívida Bruta							
Amortização da Dívida em Reais	2.227	4.044	3.469	2.945	2.411	1.965	17.061
Amortização da Dívida em Euros + swap	273	3.253	4.318	2.601	2.621	7.355	20.422
Amortização da Dívida em outras moedas + swap	1.149	3.554	766	692	192	7.445	13.798
Amortização da Dívida Bruta	3.649	10.851	8.554	6.238	5.223	16.766	51.280

Tabela 13 – Composição da Dívida Bruta

Distribuição da Dívida Bruta	2T15
Mercado de Cap. Inter.	32.187
Mercado de Cap. Nacional	4.688
ECAs e Bancos de Desenv. Inter.	4.374
Bancos de desenvolv. Nacionais	6.025
Bancos Comerciais	7.474
Hedge e Custo de Captação	-3.467
Dívida Bruta Total	51.280

Em 30 de junho de 2015, a Companhia mantinha linhas de crédito já contratadas e disponíveis para desembolso conforme abaixo:

- BNB: linha de crédito de R\$ 371 milhões
- Linhas de crédito rotativo com bancos comerciais:
 - R\$ 931 milhões em dólares
 - R\$ 200 milhões
- ECAs: R\$ 1,5 bilhão em dólares/euros



Endividamento & Liquidez

Venda de Ativos

Desde 2012, a Oi assinou contratos para a venda de alguns de seus ativos não estratégicos. O objetivo dessas operações é monetizar ativos que não são essenciais para as atividades operacionais da Companhia, com o propósito de trazer maior flexibilidade financeira para a Oi e gerar economias, uma vez que a Companhia contrata os respectivos serviços em condições financeiras mais favoráveis, além de criar valor para os acionistas.

Estas operações, entretanto, geram custos adicionais de aluguel para a Companhia, que naturalmente deixa de contar com eventuais receitas provenientes desses ativos. Por outro lado, economiza em investimentos e em custos de manutenção relativos a esses ativos. Portanto, após a conclusão de cada operação, os resultados da Companhia passam a ser afetados pelos impactos acima citados, líquidos de seus efeitos tributários.

Vale destacar que o custo dessas operações (incluindo custos, despesas, investimentos e efeitos tributários) é inferior ao seu custo médio de captação, o que demonstra a disciplina financeira da Oi e a melhoria do perfil do fluxo de caixa.

A tabela abaixo mostra com maiores detalhes essas operações previamente anunciadas:

Tabela 14 – Alienação de Ativos

Números Pro-Forma	Torres Fixas	Imóveis ¹	Torres Fixas	GlobeNet	Torres Móveis	Torres Móveis
Data da assinatura do contrato	abr/13	jul/13	jul/13	jul/13	dez/13	jun/14
Período de arrendamento (anos)	20 - 40	-	20 -40	13	15	15
Quantidade	4.226	1	2.113	-	2.007	1.641
Data de fechamento do negócio	ago/13	set/13	nov/13	dez/13	mar/14	dez/14
Valor da operação (R\$ bilhões)	1,1	0,2	0,7	1,8	1,5	1,2
Impacto das alienações no EBITDA (R\$ bilhões)	n.m.	0,2	n.m.	1,5	1,3	1,1

1 - Entrada no caixa ainda pendente

A tabela acima reflete a visão atual da administração, e está sujeita a diversos riscos e incertezas, inclusive de natureza econômica, regulatória e de defesa da concorrência. Quaisquer alterações nestas premissas ou fatores poderão resultar em diferenças entre os resultados reais e as estimativas atuais.



Informações Complementares

Oi S.A. Consolidado

Demonstração do Resultado do Exercício - R\$ Milhões	2T15	2T14	1T15	1S15	1S14
Receita Operacional Líquida	6.784	7.080	7.040	13.824	13.956
Custos e Despesas Operacionais	-4.885	-5.278	-5.029	-9.913	-9.201
Pessoal	-622	-726	-617	-1.239	-1.386
Interconexão	-451	-673	-506	-956	-1.429
Serviços de terceiros	-1.619	-1.541	-1.553	-3.173	-3.033
Serviço de manutenção da rede	-501	-439	-460	-961	-914
Custo de aparelhos e outros	-48	-179	-149	-197	-281
Publicidade e propaganda	-98	-189	-39	-137	-307
Aluguéis e seguros	-823	-799	-886	-1.709	-1.576
Provisões para contingências	-269	-211	-223	-492	-357
Provisão para devedores duvidosos	-182	-177	-169	-352	-381
Tributos e outras receitas (despesas)	-224	-421	-426	-651	-862
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	-48	78	0	-48	1.326
EBITDA	1.899	1.802	2.011	3.910	4.755
Margem %	28,0%	25,5%	28,6%	28,3%	34,1%
Depreciações e Amortizações	-1.272	-1.045	-1.218	-2.491	-2.190
EBIT	627	757	793	1.419	2.566
Despesas Financeiras	-1.780	-1.412	-1.576	-3.356	-2.885
Receitas Financeiras	570	374	307	877	653
Lucro Antes dos Impostos e Particip.	-583	-281	-476	-1.059	334
Imposto de Renda e Contribuição Social	141	96	62	203	-291
Lucro (Prejuízo) Líquido das Operações Continuadas	-442	-185	-414	-856	43
Resultado Líquido das Operações Descontinuadas	1.113	-33	-32	1.080	-33
Lucro (Prejuízo) Líquido Consolidado	671	-217	-447	224	10
Margem %	9,9%	-3,1%	-6,3%	1,6%	0,1%
Lucro (Prejuízo) líquido atribuído aos controladores	620	-221	-401	219	7
Lucro (Prejuízo) líquido atribuído aos não controladores	51	3	-45	5	3
Quantidade de Ações em Mil (ex-tesouraria)	700.461	616.512	842.766	771.614	390.257
Lucro atribuído aos controladores por ação (R\$)	0,8849	-0,3582	-0,4762	0,2832	0,0171

2T15 Relações com Investidores

www.oi.com.br/ri



Informações Complementares

Oi S.A. Consolidado

Balanco Patrimonial - R\$ Milhões	30/06/2015	31/03/2015	30/06/2014
TOTAL DO ATIVO	93.310	106.984	107.832
Ativo Circulante	38.041	51.075	25.493
Caixa e Equivalentes de Caixa	13.496	1.822	5.531
Aplicações Financeiras	3.022	142	268
Instrumentos Financeiros Derivativos	391	650	123
Contas a Receber	7.831	8.092	9.681
Estoques	447	458	787
Tributos Correntes e a Recuperar	577	536	825
Outros Tributos	957	962	1.123
Depósitos e Bloqueios Judiciais	1.231	1.163	1.112
Ativos Mantidos para Venda	8.449	35.531	119
Outros Ativos	1.642	1.721	5.924
Ativo Não Circulante	55.269	55.909	82.339
Realizável a Longo Prazo	26.139	26.597	26.624
.Tributos Diferidos e a Recuperar	8.530	8.228	8.114
.Outros Tributos	697	724	779
.Aplicações Financeiras	119	116	189
.Depósitos e Bloqueios Judiciais	12.758	12.560	11.809
.Instrumentos Financeiros Derivativos	3.681	4.600	1.343
.Ativo Financeiro Disponível para Venda	0	0	4.003
.Outros Ativos	355	369	387
Investimentos	143	146	299
Imobilizado	25.522	25.557	35.880
Intangível	3.465	3.610	19.536
TOTAL DO PASSIVO	93.310	106.984	107.832
Passivo Circulante	18.261	43.835	21.448
Fornecedores	4.036	4.347	6.460
Empréstimos e Financiamentos	6.956	4.910	6.819
Instrumentos Financeiros	1.037	709	599
Pessoal, Encargos Sociais e Benefícios	520	667	927
Provisões	1.084	1.038	1.297
Provisões para Fundo de Pensão	23	150	95
Tributos a Recolher e Diferidos	259	194	436
Outros Tributos	1.435	1.509	1.733
Dividendos e Juros sobre Capital Próprio	113	184	235
Passivos Associados a Ativos Mantidos para Venda	1.043	28.276	0
Autorizações e Concessões a Pagar	822	763	585
Outras Contas a Pagar	932	1.087	2.262
Passivo Não Circulante	56.583	43.760	60.319
Empréstimos e Financiamentos	47.251	34.052	46.127
Instrumentos Financeiros	107	215	149
Outros Tributos	902	897	1.536
Provisões	4.025	4.097	4.537
Provisões para Fundo de Pensão	333	334	3.410
Autorizações e Concessões a Pagar	9	726	672
Outras Contas a Pagar	3.956	3.438	3.634
Patrimônio Líquido	18.466	19.390	26.066
Participação de Acionistas Controladores	17.006	17.887	24.646
Participação de Acionistas Não Controladores	1.460	1.503	1.420



Informações Complementares

Em tempo

As principais tabelas divulgadas neste Relatório Trimestral em formato Excel estarão disponíveis no website da Companhia (www.oi.com.br/ri), na seção “Informações Financeiras / Resultados Trimestrais”.

As definições de termos utilizados neste Relatório Trimestral também estão disponíveis no glossário do website da Companhia: http://ri.oi.com.br/oi2012/web/conteudo_pt.asp?idioma=0&conta=28&tipo=44320



Informações Complementares

Anuência Prévia da ANATEL e Convocação da Assembleia Geral

No dia 30 de Julho de 2015, a Oi informou aos seus acionistas e ao mercado em geral, que, em reunião ocorrida em 30 de julho de 2015, o Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL deferiu o pedido de Anuência Prévia, condicionada à comprovação da regularidade fiscal da Oi, para as operações e medidas divulgadas nos Fatos Relevantes de 31 de março e 22 de julho de 2015, notadamente a incorporação da Telemar Participações S.A. ("TmarPart") pela Oi ("Incorporação").

Tendo em vista a obtenção da referida anuência, será convocada nesta data para ser realizada em 1º de setembro de 2015, às 11hs, na sede da Companhia, a assembleia geral extraordinária de acionistas da Companhia ("Assembleia") para deliberar, principalmente, sobre (1) a Incorporação; (2) a aprovação de novo estatuto social da Oi, refletindo a adoção de elevados padrões de governança corporativa na Oi; (3) a eleição de novo Conselho de Administração na Oi; e (4) a abertura do prazo para conversão voluntária de ações preferenciais da Oi em ações ordinárias, conforme aprovado em Reunião do Conselho de Administração da Oi realizada em 22 de julho de 2015 e divulgado no Fato Relevante de mesma data.

Os documentos e as informações relativas às matérias que serão deliberadas na Assembleia, notadamente as informações exigidas na Instrução nº 481/09, estão à disposição dos acionistas da Oi na sede da Companhia e na página de Relações com Investidores da Companhia (www.oi.com.br/ri). Cópia desse material também está disponível no Sistema IPE da CVM (www.cvm.gov.br), além do website da BM&FBovespa (www.bmfbovespa.com.br).

Para mais informações, por favor acesse o Comunicado ao Mercado:

http://ri.oi.com.br/oi2012/web/conteudo_pt.asp?idioma=0&tipo=43085&conta=28&id=215942

Finalização de leilão para a alienação de ações formadas

No dia 03 de Julho de 2015, a Oi informou aos seus acionistas e ao mercado em geral, que em 30 de junho de 2015 foi realizado o último leilão para a alienação das ações formadas pelo agrupamento de frações de ações resultantes do grupamento de ações aprovado pelos acionistas na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 18 de novembro de 2014.

Como resultado dos três leilões realizados, foram alienadas 1.069.131 ações ordinárias e 1.162.652 ações preferenciais de emissão da Companhia ("Ações"), que representam a totalidade das ações formadas pelo agrupamento das frações.

Os valores líquidos apurados com a alienação das Ações foram creditados, no dia 10 de julho de 2015, em nome dos titulares das frações, proporcionalmente às frações por eles detidas, da seguinte forma: (a) os acionistas correntistas do Banco do Brasil S.A. ("Banco do Brasil") terão seu crédito efetuado automaticamente em conta-corrente de sua titularidade no Banco do Brasil, desde que tenham manifestado seu interesse em receber em conta-corrente os valores a que tiverem direito e que seu cadastro junto ao Banco do Brasil se encontre atualizado; (b) os acionistas com ações custodiadas na Central Depositária da BM&FBovespa terão os valores a que fizerem jus creditados diretamente à BM&FBovespa, que se encarregará de repassá-los aos acionistas através dos agentes de custódia; e, (c) os demais acionistas elegíveis deverão solicitar na agência do Banco do Brasil de seu relacionamento ou preferência a emissão de aviso de pagamento para recebimento no caixa ou por meio de crédito em conta-corrente de outros bancos, às expensas desses acionistas, mediante a apresentação dos dados bancários pertinentes (banco, agência e número de conta-corrente).



Informações Complementares

Para mais informações, por favor acesse o Comunicado ao Mercado:

http://www.mzweb.com.br/oi2012/web/conteudo_pt.asp?idioma=0&tipo=43085&conta=28&id=215122

Conclusão da emissão de notas representativas de dívida no exterior

No dia 22 de Junho de 2015, a Oi comunicou aos seus acionistas e ao mercado em geral que concluiu a emissão de notas representativas de dívida no exterior, denominadas "5.625% Senior Notes due to 2021", por meio de sua subsidiária integral, Oi Brasil Holdings Coöperatief UA ("Oi Holanda"), no valor de €600.000.000 ("Notes"), com vencimento em 2021 e cupom (juros) de 5,625% ao ano, o qual será pago anualmente ("Notes"). As Notes são garantidas, incondicional e irrevogavelmente, pela Companhia e listadas na Bolsa de Valores da Irlanda (Global Exchange Market of Irish Stock Exchange) ("Emissão").

A Companhia utilizou ou utilizará parte dos recursos captados na Emissão (i) para recomprar parte do saldo em circulação das (i.1) 5,625% Notes com vencimento em 2016 emitidas pela Portugal Telecom International Finance B.V. ("PTIF"); (i.2) 4,375% Notes com vencimento em 2017 emitidas pela PTIF; (i.3) 5,242% Fixed Rate Notes com vencimento em 2017 emitidas pela PTIF; e (i.4) 5,125% Notes com vencimento em 2017 emitidas pela Companhia (em conjunto, "Antigas Notas") e, (ii) o saldo remanescente, para pré-pagamento ou refinanciamento de outras dívidas da Companhia.

As Notes não foram objeto de registro nos Estados Unidos da América, conforme as normas da legislação norte-americana de mercado de capitais, e não podem ser ofertadas ou vendidas nos Estados Unidos da América ou para pessoas norte-americanas a menos que sejam registradas ou sejam isentas de registro segundo a legislação norte-americana. Não houve intenção de que seja efetuado tal registro de oferta de títulos nos Estados Unidos da América, nem foi conduzida uma oferta pública desses títulos nos Estados Unidos da América. Uma vez que as Notes não foram ofertadas ou colocadas no Brasil, também não foi realizado nenhum registro de oferta na Comissão de Valores Mobiliários.

Este comunicado não constitui uma oferta de venda das Notes, nem uma solicitação de compra das Notes, e não deverá haver qualquer venda destas Notes em qualquer estado ou jurisdição no qual tal oferta seja proibida, de acordo com as leis de valores imobiliários daquele estado ou jurisdição.

Para mais informações, por favor acesse o Comunicado ao Mercado:

http://ri.oi.com.br/oi2012/web/conteudo_pt.asp?idioma=0&tipo=43085&conta=28&id=214315

Conclusão da Operação de Alienação das Ações da PT Portugal para a Altice

No dia 02 de Junho de 2015, a Oi informou aos seus acionistas e ao mercado em geral que, após o cumprimento de todas as condições contratuais precedentes, foi efetivada a alienação pela Oi à Altice Portugal, S.A. ("Altice Portugal") da integralidade da participação societária detida pela Oi na PT Portugal SGPS, S.A. ("PT Portugal"), envolvendo substancialmente as operações conduzidas pela PT Portugal em Portugal e na Hungria, conforme divulgado nos Fatos Relevantes da Companhia de 08 e 09 de dezembro de 2014 e em 22 de janeiro e 22 de abril de 2015.

Pela aquisição da PT Portugal, a Altice Portugal desembolsou o valor total de 5,789 bilhões de Euros, dos quais 4,920 bilhões de Euros foram recebidos, em caixa, pela Oi e 869 milhões de Euros foram destinados a imediatamente quitar dívidas da PT Portugal em Euros. O preço final está sujeito a eventuais ajustes pós fechamento a serem apurados nos próximos meses em função de alterações nas posições de caixa, dívida e capital de giro na data de fechamento.



Informações Complementares

Para mais informações, por favor acesse o Fato Relevante:

http://ri.oi.com.br/oi2012/web/conteudo_pt.asp?idioma=0&tipo=43085&conta=28&id=214315

Relatório Anual de Sustentabilidade Oi S.A. 2014

No dia 29 de Maio de 2015, a Oi divulgou o Relatório Anual de Sustentabilidade 2014, elaborado pelo quarto ano com base nas diretrizes da Global Reporting Initiative (GRI).

Comprometida com o desenvolvimento do relato, este ano a Oi adotou a versão G4 da GRI, aprimorando seu processo de materialidade e focando seu relato nos temas mais materiais para suas partes interessadas. A análise desses temas serviu de base para a seleção dos indicadores levantados.

Outra novidade foi à elaboração da versão resumida do relatório, nas versões português e inglês, cujo objetivo é levar às partes interessadas, de forma objetiva, os destaques de seu desempenho social, econômico e ambiental do exercício 2014.

Para mais informações, por favor acesse o Comunicado ao Mercado:

http://www.mzweb.com.br/oi2012/web/conteudo_pt.asp?idioma=0&tipo=43085&conta=28&id=213793

Oi anuncia o Resultado da Assembleia Geral dos Titulares dos Valores mobiliários da PT Portugal

No dia 19 de Maio de 2015, a Oi informou aos seus acionistas e ao mercado em geral que, em Assembleia Geral dos titulares dos valores mobiliários representativos da dívida de €400.000.000,00, com taxa de juros de 6,25% ao ano, com vencimento previsto para 2016, emitidas pela PT Portugal, SGPS, S.A. ("Emissora") e garantidas pela Oi ("Notes"), realizada nesta data (uma vez que a Assembleia Geral convocada para 04 de maio de 2015 foi suspensa por falta de quórum), na sede da Emissora, na Avenida Fontes Pereira de Melo, 40, Lisboa, foi aprovada a Deliberação Extraordinária relacionada à Solicitação de Consentimento. A aprovação para a Deliberação Extraordinária foi solicitada de acordo com os termos e condições dispostos no "Memorandum Relativo à Solicitação de Consentimento" datado de 09 de abril de 2015 ("Memorandum"). Este Comunicado ao Mercado deve ser lido em conjunto com o Memorandum. Termos iniciados em letra maiúscula neste Comunicado e que não sejam definidos aqui de outra forma terão o significado a eles atribuído no Memorandum.

Para mais informações, por favor acesse o Comunicado ao Mercado:

http://www.mzweb.com.br/oi2012/web/conteudo_pt.asp?idioma=0&tipo=43085&conta=28&id=213069



Informações Complementares

INSTRUÇÃO CVM 358, ART. 12: Acionistas controladores direta ou indiretamente e acionistas que elegem membros do Conselho de Administração ou do Conselho Fiscal, bem como qualquer outra pessoa física ou jurídica, ou grupo de pessoas, agindo como um grupo ou que representem os mesmos interesses, que atinge um interesse direto ou indireto representando cinco por cento (5%) ou mais de espécie ou classe de ações do capital de uma sociedade anônima de capital aberto, devem notificar a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e da Companhia do fato, de acordo com o artigo acima.

A Oi recomenda que seus acionistas cumpram com os termos do artigo 12 da Instrução CVM 358, mas não assume qualquer responsabilidade pela divulgação ou não de aquisições ou alienações de terceiros de interesse correspondentes a 5% ou mais de qualquer tipo ou classe de sua participação ou de direitos sobre essas ações ou outros valores mobiliários de sua emissão.

	Ações do Capital Social	Em Tesouraria	TmarPart	Acionistas TmarPart ⁽¹⁾	Pharol SGPS	Em circulação
Ordinárias	286.155.319	55.859.940	29.054.978	20.254.384	57.145.521	123.838.872
Preferenciais	572.316.691	102.150.550	1.828.991	67.812.357	77.155.529	323.364.851
Total	858.472.010	158.010.490	30.883.969	88.066.741	134.301.050	447.203.723

Posição acionária em 30 de junho de 2015.

Obs: (1) AG Telecom, Andrade Gutierrez, BNDES, Funcef, La Fonte Telecom, LF TEL, Petros e Previ.



Detalhes da Audioconferência

Português

Data: Quinta, 13 de agosto de 2015
11h00 (Brasília) / 10h00 (NY) / 15h00 (UK)

Acesso: Fone: +55 (11) 2188-0155

Webcast: [Clique aqui](#)

Replay: +55 (11) 2188-0400
Disponível até 19/08/2015
Senha: Oi

Inglês

Data: Quinta, 13 de agosto de 2015
09h00 (Brasília) / 08h00 (NY) / 13h00 (UK)

Acesso: Fone: 1-877-883-0383 (EUA)
1-412-902-6506 (outros países)

Webcast: [Clique aqui](#)

Replay: 1-877-344-7529 (EUA)
1-412-317-0088 (outros países)
Disponível até 20/08/2015
Senha: 10068318



Disclaimer

Este relatório contempla informações financeiras e operacionais consolidadas da Oi S.A. e suas controladas diretas e indiretas em 30 de junho de 2015 que, seguindo instrução da CVM, estão sendo apresentadas de acordo com as normas internacionais de contabilidade (IFRS).

No dia 02 de Junho de 2015, a Oi S.A. informou aos seus acionistas e ao mercado em geral que, após o cumprimento de todas as condições contratuais precedentes, foi efetivada a alienação pela Oi S.A. à Altice Portugal, S.A. ("Altice Portugal") da integralidade da participação societária detida pela Oi S.A. na PT Portugal SGPS, S.A. ("PT Portugal"), envolvendo substancialmente as operações conduzidas pela PT Portugal em Portugal e na Hungria. Para mais detalhes sobre o tratamento contábil e impacto nas demonstrações financeiras, acesse as Informações Trimestrais (ITRs) do período findo em 30 de junho de 2015.

A fim de proporcionar uma compreensão mais clara do desempenho da Companhia, foram apresentadas informações consolidadas pró-forma de indicadores operacionais, receitas, custos e despesas (EBITDA), depreciação/amortização e investimentos.

Em função da sazonalidade do setor de serviços de telecomunicações em seus resultados trimestrais, a Companhia irá focar a comparação dos seus resultados financeiros com o mesmo período do ano anterior.

Este relatório contém projeções e/ou estimativas de eventos futuros. As projeções aqui disponíveis foram preparadas de maneira criteriosa, considerando a atual conjuntura baseadas em trabalhos em andamento e suas respectivas estimativas. O uso dos termos "projeta", "estima", "antecipa", "prevê", "planeja", "espera", entre outros, pretende sinalizar possíveis tendências e declarações prospectivas que, evidentemente, envolvem incertezas e riscos, sendo que os resultados futuros podem diferir das expectativas atuais. Estas declarações baseiam-se em diversos pressupostos e fatores, inclusive nas condições econômicas, de mercado e do setor, além de fatores operacionais. Quaisquer alterações nesses pressupostos e fatores podem levar a resultados práticos diferentes das expectativas atuais. Não se deve confiar plenamente nessas declarações prospectivas.

Declarações prospectivas se aplicam somente à data em que foram preparadas, não se obrigando a Companhia a atualizá-las à luz de novas informações ou desenvolvimentos futuros. A Oi não se responsabiliza por operações que sejam realizadas ou por decisões de investimentos que sejam feitos com base nessas projeções e estimativas. As informações financeiras contidas neste documento não foram auditadas, e, portanto, podem diferir dos resultados finais.

Oi – Relações com Investidores

Marcelo Ferreira	55 (21) 3131-1314	marcelo.asferreira@oi.net.br
Cristiano Grangeiro	55 (21) 3131-1629	cristiano.grangeiro@oi.net.br

Oi S.A. e sociedades controladas

Notas Explicativas

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Oi S.A. (“Companhia” ou “Oi”), controlada pela Telemar Participações S.A. (“TmarPart”), é uma concessionária do STFC - Serviço Telefônico Fixo Comutado e atua desde julho de 1998 na Região II do PGO - Plano Geral de Outorgas, que abrange os estados brasileiros do Acre, Rondônia, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Tocantins, Goiás, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, além do Distrito Federal, na prestação do STFC nas modalidades local e de longa distância intra-regional. A partir de janeiro de 2004, a Companhia passou também a explorar os serviços de longa distância nacional e longa distância internacional em todas as Regiões e na modalidade local o serviço fora da Região II passou a ser ofertado a partir de janeiro de 2005. A prestação desses serviços é efetuada com base nas concessões outorgadas pela ANATEL - Agência Nacional de Telecomunicações, órgão regulador do setor brasileiro de telecomunicações.

A Companhia é sediada no Brasil, na cidade do Rio de Janeiro, no bairro do Centro, na Rua do Lavradio, 71 – 2º andar.

A Companhia ainda possui: (i) através da subsidiária integral Telemar Norte Leste S.A. (“TMAR”) a concessão para prestação de serviços de telefonia fixa na Região I e serviço de LDI - Longa Distância Internacional em todo o território brasileiro; e (ii) através da controlada indireta Oi Móvel S.A. (“Oi Móvel”) a autorização para prestação de serviços de telefonia móvel nas Regiões I, II e III.

Os contratos de concessão do STFC nas modalidades local e longa distância nacional, firmados pela Companhia e sua controlada TMAR junto à ANATEL vão até 31 de dezembro de 2025. Estes contratos de concessão preveem revisões quinquenais e no geral possuem um maior grau de intervenção na gestão dos negócios do que os instrumentos de outorga relativos aos serviços prestados no regime privado, contendo ainda vários dispositivos de defesa dos interesses do consumidor, conforme percebido pelo órgão regulador.

A Companhia é registrada na CVM - Comissão de Valores Mobiliários e na SEC - “*Securities and Exchange Commission*” dos EUA, tendo suas ações negociadas na BM&FBOVESPA – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros e negociando seus ADR’s - “*American Depositary Receipts*” na NYSE – “*New York Stock Exchange*”.

Em abril de 2014, no âmbito da operação de combinação de negócios e união das bases acionárias da Companhia e da Pharol SGPS S.A. (nova denominação da Portugal Telecom, SGPS, S.A. - “Pharol”), foi aprovado um aumento de capital da Companhia, o qual foi parcialmente integralizado mediante a conferência, pela Pharol, da totalidade das ações de emissão da PT Portugal SGPS, S.A. (“PT Portugal”).

Em 2 de junho de 2015 foi efetivada a venda da totalidade das ações da PT Portugal para Altice S.A., envolvendo substancialmente as operações da PT Portugal em Portugal e na Hungria. Com a alienação, a Companhia manteve participações societárias nas seguintes subsidiárias do Grupo PT:

- (i) 100% das ações da PT Participações SGPS, S.A. (“PT Participações”) detidora das operações na África, através da Africatel Holdings BV (“Africatel”), e em Timor, através da Timor Telecom, S.A. (“Timor Telecom”);
- (ii) 100% das ações da Portugal Telecom International Finance B.V. (“PTIF”);
- (iii) 100% das ações da CVTEL B.V. (“CVTEL”); e

Notas Explicativas

- (iv) 100% das ações da Carrigans Finance S.à r.l (“Carrigans”).

Na África, a Companhia presta serviços de telefonia fixa e móvel e outros serviços de telecomunicações de forma indireta através da Africatel. A Companhia presta serviços na Namíbia, em Moçambique, Cabo Verde e São Tomé, entre outros países, principalmente através das suas empresas subsidiárias Mobile Telecommunications Limited (“MTC”), Listas Telefônicas de Moçambique (“LTM”), Cabo Verde Telecom, S.A. (“CVT”) e Companhia Santomense de Telecomunicações, SARL (“CST”). Adicionalmente, a Africatel possui participação indireta de 25% na Unitel S.A. (“Unitel”), a qual presta serviços de telecomunicações em Angola.

Na Ásia, a Companhia presta serviços fixos, móveis e outros serviços de telecomunicações relacionados essencialmente através da sua subsidiária Timor Telecom.

A autorização para a conclusão da preparação destas Informações Trimestrais ocorreu na Reunião de Diretoria do dia 12 de agosto de 2015, após apreciadas na Reunião do Conselho de Administração do dia 12 de agosto de 2015.

União das bases acionárias da Oi e Pharol

Em 31 de março de 2015, diante das dificuldades verificadas para o atendimento dos requisitos impostos pela SEC para a incorporação de ações da Companhia pela TmarPart, no contexto da operação de união de bases acionárias da Oi, da TmarPart e da Pharol, anunciada em 2 de outubro de 2013 e objeto dos Fatos Relevantes de 20 de fevereiro de 2014 e 8 de setembro de 2014 (“Operação”), a Companhia divulgou um conjunto de operações e medidas alternativas com o intuito de antecipar os principais objetivos da Operação, com a adoção pela Oi das melhores práticas de governança corporativa exigidas nas normas do Novo Mercado da BM&FBovespa e a dispersão do direito de voto na Oi, mantendo-se o objetivo final de oportunamente implementar operação que resulte na migração das ações atualmente detidas pelos acionistas da Oi e, posteriormente, da Pharol, para o Novo Mercado (“Estrutura Alternativa”).

A Estrutura Alternativa consiste nas seguintes etapas: (i) simplificação da estrutura de capital da Companhia, incluindo a incorporação da TmarPart pela Oi (respectivamente, “Simplificação Societária” e “Incorporação”); (ii) aprovação de novo Estatuto Social da Companhia, refletindo a adoção pela Oi de elevados padrões de governança corporativa; (iii) a eleição de novo Conselho de Administração na Oi, com mandato até a Assembleia Geral que aprovar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social a findar em 31 de dezembro de 2017; e (iv) a conversão voluntária de ações preferenciais de emissão da Companhia por ações ordinárias, obedecendo-se, na conversão, a relação de troca 0,9211 ação ordinária para cada ação preferencial de emissão da Oi, já anteriormente divulgada para a incorporação das ações da Oi pela TmarPart e utilizada na precificação das ações de emissão da Oi no aumento de capital realizado em abril de 2014 e integralizado em maio do mesmo ano (“Conversão Voluntária”).

Em 30 de julho de 2015, o Conselho Diretor da ANATEL deferiu o pedido de Anuência Prévia, condicionada à comprovação da regularidade fiscal da Companhia, para a implementação da Estrutura Alternativa. Dessa forma, na mesma data, foi convocada Assembleia Geral Extraordinária de acionistas da Oi (“Assembleia”), que deliberará, principalmente, sobre:

- (1) a Incorporação;
- (2) a aprovação de novo estatuto social da Oi;

Notas Explicativas

(3) a eleição de novo Conselho de Administração na Oi, com mandato até a Assembleia Geral que aprovar as demonstrações financeiras do exercício social a findar em 31 de dezembro de 2017; e

(4) a abertura do prazo para a Conversão Voluntária.

Conforme mencionado em Fato Relevante divulgado pela Companhia em 22 de julho de 2015, as matérias (1), (2) e (3) mencionadas acima deverão ser aprovadas e implementadas simultânea, conjunta e indissociadamente e consistem etapas prévias para a aprovação e início da contagem do prazo para a Conversão Voluntária. Esta, por sua vez, estará sujeita a um percentual mínimo de adesão de acionistas titulares de 2/3 de ações preferenciais ex-tesouraria. A adesão deverá ser manifestada no prazo de 30 dias após a Assembleia Geral, caso aprovada todas as matérias.

Em 22 de julho de 2015, foram celebrados por todos os signatários de acordos de acionistas da TmarPart aditivos aos termos de resilição dos acordos de acionistas da TmarPart, com condição suspensiva. Os aditivos entraram em vigor no dia 31 de julho de 2015, data de publicação do primeiro anúncio de convocação da Assembleia Geral, conforme definido nos termos de resilição.

Aumento de capital da Companhia mediante integralização pela Pharol da totalidade das ações da PT Portugal

Em conformidade com o Fato Relevante divulgado pela Companhia em 20 de fevereiro de 2014 e com os contratos definitivos celebrados em 19 de fevereiro de 2014, que descreviam as etapas necessárias à implementação da Operação, foi deliberado nas reuniões do Conselho de Administração da Companhia realizadas nos dias 28 e 30 de abril de 2014 o aumento do capital social da Companhia no montante de R\$ 13.217.865 mediante oferta pública de distribuição primária de ações ordinárias e preferenciais da Companhia, com a emissão para subscrição pública de 2.142.279.524 ações ordinárias, incluindo 396.589.982 ações ordinárias na forma de “*American Depositary Shares*” (“ADSs”), e 4.284.559.049 ações preferenciais, incluindo 828.881.795 ações preferenciais na forma de ADSs.

Em 5 de maio de 2014, o Banco BTG Pactual S.A., na qualidade de Agente Estabilizador da Oferta Pública, exerceu parcialmente, nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400, a opção de distribuição de 120.265.046 ações ordinárias e 240.530.092 ações preferenciais de emissão da Oi (“Ações Suplementares”), no montante de R\$ 742.035. Dessa forma, na referida data, o capital social da Companhia passou a ser de R\$ 21.431.109.

As ações foram emitidas pelo preço de R\$ 2,17 por ação ordinária e R\$ 2,00 por ação preferencial. As ações ordinárias na forma de ADSs (“ADSs ON”, cada qual representando uma ação ordinária) foram emitidas ao preço de US\$ 0,970 por ADS ON, e as ações preferenciais na forma de ADSs (“ADSs PN”, cada qual representando uma ação preferencial) foram emitidas ao preço de US\$ 0,894 por ADS PN.

Por fim, as ações emitidas foram integralizadas (i) pela Pharol em bens, por meio da contribuição à Companhia da totalidade das ações de emissão da PT Portugal, a qual detinha a totalidade dos (i.a) ativos operacionais da Pharol, exceto as participações direta ou indiretamente detidas na Companhia e na Contax Participações S.A. e (i.b) passivos da Pharol na data da contribuição, conforme considerados no Laudo de Avaliação elaborado pelo Banco Santander (Brasil) S.A. (“Ativos PT”), aprovado em assembleia geral de acionistas da Companhia realizada em 27 de março de 2014; e (ii) à vista, em dinheiro, no ato da subscrição, em moeda corrente nacional. Dessa forma, o aumento de capital da Companhia totalizou o valor bruto de R\$ 13,96 bilhões, incluindo os Ativos PT, que foram avaliados em R\$ 5,71 bilhões.

Notas Explicativas

Reorganização societária do Grupo Oi Internet

Em 2 de fevereiro de 2015, dando continuidade ao processo de reorganização societária e patrimonial das sociedades controladas, direta ou indiretamente, pela Oi, iniciado em 2012, foram realizadas Assembleias Gerais Extraordinárias para deliberação sobre as incorporações da BrT Serviços de Internet S.A. (“BrTI”) e da Telemar Internet Ltda. (“Telemar Internet”) pela Oi Internet S.A. (“Oi Internet”), com a extinção das duas sociedades incorporadas.

A unificação das operações da BrTI e da Telemar Internet na Oi Internet, mediante a consolidação das atividades desenvolvidas por essas sociedades trará consideráveis benefícios de ordem administrativa e econômica, com a redução de custos e geração de ganhos de sinergia.

2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a períodos apresentados nessas Informações Trimestrais, e têm sido aplicadas de maneira consistente pela Companhia e suas controladas.

(a) Base de elaboração

As Informações Trimestrais da Companhia foram preparadas para o período findo em 30 de junho de 2015 e estão de acordo com o IAS - “*International Accounting Standards*” nº 34 e com o pronunciamento técnico emitido pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis nº 21 (R1) que tratam das demonstrações intermediárias.

O CPC 21 (R1) / IAS 34 requer o uso de certas estimativas contábeis por parte da Administração da Companhia. As Informações Trimestrais foram preparadas com base no custo histórico, exceto para determinados ativos e passivos financeiros que são mensurados a valor justo.

Estas Informações Trimestrais não incluem todas as informações e divulgações requeridas nas Demonstrações Financeiras anuais, portanto, devem ser lidas em conjunto com as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, as quais foram preparadas de acordo com o IFRS – “*International Financial Reporting Standards*” e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Não houve mudanças nas práticas contábeis adotadas no período findo em 30 de junho de 2015 em relação às aplicáveis em 31 de dezembro de 2014.

Com a alienação das ações da PT Portugal para a Altice, os resultados correspondentes da PT Portugal anteriormente consolidados e apresentados em cada uma das linhas da demonstração do resultado, do período findo em 30 de junho de 2014, foram reclassificados para uma única linha de operações descontinuadas, conforme requerido pelo CPC 31 / IFRS 5.

Adicionalmente, os ativos e passivos remanescentes das empresas adquiridas no processo de operação de venda da PT Portugal para Altice (Nota 1) passaram a ser consolidadas integralmente pela Companhia em cada uma das linhas do balanço, com exceção dos ativos e passivos das operações na África que são consolidados e apresentados em única linha do balanço como ativos mantidos para venda.

Notas Explicativas

Moeda funcional e de apresentação

A Companhia e suas controladas atuam, principalmente, como operadoras no setor de telecomunicações no Brasil, África e Ásia e em atividades correlacionadas ao respectivo setor. Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das empresas do grupo são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e a moeda de apresentação da Companhia.

Para a definição da moeda funcional, a Administração considerou a moeda que influencia:

- o preço de venda de seus produtos e serviços;
- os custos dos serviços prestados e dos produtos vendidos;
- o fluxo de caixa pelo recebimento de clientes e pagamento a fornecedores;
- juros, investimentos e financiamentos.

Transações e saldos

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional utilizando-se as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do período, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto quando qualificadas como contabilidade de "hedge" ("hedge accounting") e, portanto, diferidos no patrimônio líquido como operações de "hedge" de fluxo de caixa e operações de "hedge" de investimento líquido.

Empresas do grupo com moeda funcional diferente

Os resultados e a posição financeira de todas as entidades do Grupo, nenhuma das quais tem moeda de economia hiperinflacionária, cuja moeda funcional é diferente da moeda de apresentação, são convertidos na moeda de apresentação, como segue:

- os ativos e passivos são convertidos pela taxa de fechamento da data do balanço;
- receitas e despesas da demonstração do resultado são convertidas pelas taxas médias de câmbio;
- todas as diferenças de câmbio resultantes são reconhecidas como um componente separado no patrimônio líquido, na conta "Ajustes de avaliação patrimonial";
- as diferenças de câmbio decorrentes da conversão do investimento líquido em operações no exterior e de empréstimos e outros instrumentos de moeda estrangeira designados como "hedge" desses investimentos são reconhecidas no patrimônio líquido. Quando uma operação no exterior é parcialmente alienada ou vendida, as diferenças de câmbio que foram registradas no patrimônio são reconhecidas na demonstração do resultado como parte de ganho ou perda da venda; e

Notas Explicativas

- ágio e ajustes de valor justo, decorrentes da aquisição de uma entidade no exterior são tratados como ativos e passivos da entidade no exterior e convertidos pela taxa de fechamento.

Consolidação das Informações Trimestrais

Em decorrência dos eventos societários ocorridos na Cabo Verde Telecom em 2015, a Companhia deixou de exercer todos os seus direitos previstos nos acordos de acionistas, nomeadamente a eleição da maioria dos membros do Conselho de Administração. Para efeitos contábeis a Companhia entende que deixaram de ser cumpridos os critérios para a existência de controle da Cabo Verde Telecom, tendo este investimento passado a ser registrado nas demonstrações financeiras consolidadas pelo Método da Equivalência Patrimonial em detrimento da Consolidação Integral.

(b) Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Ao preparar as Informações Trimestrais, a Administração da Companhia se baseia em estimativas e premissas derivadas da experiência histórica e outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, as quais se consideram razoáveis e relevantes. A aplicação das estimativas e premissas frequentemente requer julgamentos relacionados a assuntos que são incertos, com relação aos resultados das operações e ao valor dos ativos e passivos. Os resultados operacionais e posição financeira podem diferir se as experiências e premissas utilizadas na mensuração das estimativas forem diferentes dos resultados reais. As estimativas que possuem risco significativo de causar ajustes materiais sobre os saldos contábeis dos ativos e passivos foram divulgadas nas Demonstrações Financeiras anuais da Companhia, acima mencionadas. No período findo em 30 de junho de 2015, não houve mudança relevante nas estimativas contábeis adotadas pela Companhia e suas controladas.

Notas Explicativas

3. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E ANÁLISE DE RISCOS

3.1. Visão geral

A tabela abaixo demonstra, de forma resumida, nossos principais ativos e passivos financeiros em 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014.

	Mensuração contábil	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		30/06/2015			
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos					
Caixa e contas bancárias	Valor justo	652.783	652.783	1.070.274	1.070.274
Equivalentes de caixa	Valor justo	262.829	262.829	12.425.314	12.425.314
Aplicações financeiras	Valor justo	38.952	38.952	3.140.794	3.140.794
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo	2.800.448	2.800.448	4.071.507	4.071.507
Créditos com partes relacionadas	Custo amortizado	2.339.475	2.339.475		
Contas a receber (i)	Custo amortizado	2.332.075	2.332.075	7.831.073	7.831.073
Dividendos e juros sobre o capital próprio a receber	Custo amortizado	882.818	882.818		
Ativos mantidos para venda					
Ativo financeiro disponível para venda da Unitel	Valor justo	4.637.574	4.637.574	4.637.574	4.637.574
Dividendos a receber da Unitel e demais ativos financeiros	Custo amortizado	1.849.300	1.849.300	1.849.300	1.849.300
Passivos					
Fornecedores (i)	Custo amortizado	1.343.586	1.343.586	4.035.580	4.035.580
Empréstimos e financiamentos					
Empréstimos e financiamentos (ii)	Custo amortizado	21.978.086	21.564.672	49.529.954	48.641.380
Debêntures	Custo amortizado	5.506.067	6.072.020	4.677.284	5.221.330
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo	1.074.324	1.074.324	1.144.434	1.144.434
Dividendos e juros sobre o capital próprio	Custo amortizado	88.799	88.799	113.026	113.026
Autorizações e concessões a pagar (iii)	Custo amortizado			830.692	830.692
Programa de refinanciamento fiscal (iii)	Custo amortizado	490.887	490.887	971.101	971.101
Demais obrigações (Obrigação de compra de participação acionária) (iii)	Custo amortizado	387.815	387.815	387.815	387.815

Notas Explicativas

	Mensuração contábil	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		31/12/2014			
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos					
Caixa e contas bancárias	Valor justo	110.239	110.239	532.285	532.285
Equivalentes de caixa	Valor justo	243.845	243.845	1.916.921	1.916.921
Aplicações financeiras	Valor justo	42.902	42.902	282.700	282.700
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo	2.255.460	2.255.460	3.221.481	3.221.481
Créditos com partes relacionadas	Custo amortizado	3.151.856	3.151.856		
Contas a receber (i)	Custo amortizado	1.978.558	1.978.558	7.455.687	7.455.687
Dividendos e juros sobre o capital próprio a receber	Custo amortizado	854.231	854.231		
Ativos mantidos para venda	Valor justo	2.821.322	2.821.322	33.926.592	33.926.592
Passivos					
Fornecedores (i)	Custo amortizado	1.397.610	1.397.610	4.331.286	4.331.286
Empréstimos e financiamentos					
Empréstimos e financiamentos (ii)	Custo amortizado	16.036.198	15.779.521	28.072.519	27.534.247
Debêntures	Custo amortizado	8.605.234	8.364.946	7.776.876	7.513.867
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo	571.836	571.836	666.922	666.922
Dividendos e juros sobre o capital próprio	Custo amortizado	181.477	181.477	185.138	185.138
Autorizações e concessões a pagar (iii)	Custo amortizado	40.052	40.052	1.361.940	1.361.940
Programa de refinanciamento fiscal (iii)	Custo amortizado	519.917	519.917	990.230	990.230
Demais obrigações (Obrigação de compra de participação acionária) (iii)	Custo amortizado	408.978	408.978	408.978	408.978

(i) Os saldos de contas a receber e fornecedores têm seus vencimentos em curtíssimo prazo, portanto, não são ajustados a valor justo.

(ii) Parte substancial deste saldo são empréstimos e financiamentos com o BNDES, agências de crédito à exportação e outras partes relacionadas, que correspondem a mercados exclusivos e por isso o valor justo é semelhante ao valor contábil.

(iii) As autorizações e concessões a pagar, programa de refinanciamento fiscal e demais obrigações (obrigação de compra de participação acionária) não possuem mercado ativo, e por isso não são percebidos ajustes de valor justo.

3.2. Valor justo dos instrumentos financeiros

A Companhia e suas controladas procederam a uma avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado ou de efetiva realização (valor justo), utilizando informações

Notas Explicativas

disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação. A interpretação dos dados de mercado quanto à escolha de metodologias exige considerável julgamento e estabelecimento de estimativas para se chegar a um valor considerado adequado para cada situação. Consequentemente, as estimativas apresentadas podem não indicar, necessariamente, os montantes que poderão ser obtidos no mercado corrente. A utilização de diferentes hipóteses para apuração do valor justo pode ter efeito material nos valores obtidos.

(a) Instrumentos financeiros derivativos

O método utilizado para o cálculo do valor justo dos instrumentos derivativos foi o dos fluxos de caixa futuros associados a cada instrumento contratado, descontados às taxas de mercado vigentes na data de encerramento do período findo em 30 de junho de 2015.

(b) Instrumentos financeiros não derivativos mensurados ao valor justo

Para títulos negociáveis em mercados ativos, o valor justo equivale ao valor da última cotação de fechamento disponível na data do encerramento do período multiplicado pelo número de títulos em circulação.

Para os demais contratos, a Companhia efetua uma análise das condições de contratação atuais com aquelas vigentes quando os mesmos se originaram. Quando as condições não são semelhantes, o valor justo é calculado através do desconto dos fluxos de caixa futuros pelas taxas de mercado vigentes na data de encerramento do período, e quando são, o valor justo é semelhante ao valor contábil na data de reporte.

(c) Hierarquia do valor justo

O CPC 46 / IFRS 13 define valor justo como o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A norma esclarece que o valor justo deve ser fundamentado nas premissas que os participantes de um mercado utilizam quando atribuem um valor/preço a um ativo ou passivo e estabelece uma hierarquia que prioriza a informação utilizada para desenvolver essas premissas. A hierarquia do valor justo atribui maior peso às informações de mercado disponíveis (ou seja, dados observáveis) e menor peso às informações relacionadas a dados sem transparência (ou seja, dados inobserváveis). Adicionalmente, a norma requer que a empresa considere todos os aspectos de riscos de não desempenho (“*nonperformance risk*”), incluindo o próprio crédito da Companhia, ao mensurar o valor justo de um passivo.

O CPC 40 / IFRS 7 estabelece uma hierarquia de três níveis a ser utilizada ao mensurar e divulgar o valor justo. Um instrumento de categorização na hierarquia do valor justo baseia-se no menor nível de “*input*” significativo para sua mensuração. Abaixo está demonstrada uma descrição dos três níveis de hierarquia:

Nível 1 — Os “*inputs*” são preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data da mensuração;

Nível 2 — Os “*inputs*” são diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1, sendo informações observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente. Os “*inputs*” do Nível 2 incluem preços praticados em um mercado ativo para ativos ou passivos similares, preços praticados em um mercado inativo para ativos ou passivos idênticos; ou “*inputs*” que são observáveis ou que possam corroborar na observação de dados de um mercado por correlação ou de outras formas para substancialmente toda parte do ativo ou passivo.

Notas Explicativas

Nível 3 — Os “inputs” para o ativo ou passivo não são baseados em variáveis observáveis de mercado. Esses “inputs” representam as melhores estimativas da Administração da Companhia, geralmente mensurados utilizando modelos de precificação, fluxo de caixa descontados, ou metodologias similares que demandam um significativo julgamento ou estimativa.

Não ocorreram transferências entre níveis entre 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014.

	Hierarquia do valor justo	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		Valor justo	Valor justo	Valor justo	Valor justo
		30/06/2015	31/12/2014	30/06/2015	31/12/2014
Ativos					
Caixa e contas bancárias	Nível 1	652.783	110.239	1.070.274	532.285
Equivalentes de caixa	Nível 2	262.829	243.845	12.425.314	1.916.921
Aplicações financeiras	Nível 2	38.952	42.902	3.140.794	282.700
Instrumentos financeiros derivativos	Nível 2	2.800.448	2.255.460	4.071.507	3.221.481
Ativos mantidos para venda (i)	Nível 3	4.637.574	4.284.416	4.637.574	4.284.416
Passivos					
Instrumentos financeiros derivativos	Nível 2	1.074.324	571.836	1.144.434	666.922

(i) Refere-se ao valor justo registrado relativo à Unitel, transferido para mantidos para venda conforme Nota 26. O valor justo deste investimento na data de aquisição foi estimado com base na avaliação efetuada pelo Banco Santander (Brasil), o qual recorreu a diversas estimativas e pressupostos, incluindo projeções de fluxos de caixa para um período de quatro anos, a escolha de uma taxa de crescimento para extrapolar as projeções de fluxos de caixa e a definição de taxas de desconto adequadas. A Companhia para avaliação deste investimento monitora e atualiza periodicamente os principais pressupostos e estimativas relevantes, bem como os eventos mencionados no item 3.4.5 (“Riscos relacionados à participação detida na Unitel”), e considera que em 30 de junho de 2015 o valor justo da Unitel representa a melhor estimativa para a realização deste investimento.

3.3. Mensuração dos ativos e passivos financeiros pelo custo amortizado

Na avaliação efetuada para fins de ajuste a valor presente dos ativos e passivos financeiros mensurados pelo método de custo amortizado, não foi constatada a aplicabilidade deste ajuste, destacando-se as seguintes razões:

- Contas a receber: curtíssimo prazo de vencimento das faturas.
- Fornecedores, dividendos e juros sobre o capital próprio: curto prazo para liquidação de todas as obrigações.
- Empréstimos e financiamentos e valores a receber e a pagar com partes relacionadas: todas as transações são atualizadas monetariamente pelos índices contratuais.
- Autorizações e concessões a pagar, programa de refinanciamento fiscal e demais obrigações (Obrigação de compra de participação acionária): todas as obrigações são atualizadas monetariamente pelos índices contratuais.

Notas Explicativas

3.4. Administração do risco financeiro

As atividades da Companhia e suas controladas as expõem a uma variedade de riscos financeiros, tais como: risco de mercado (incluindo risco de alterações na moeda, risco de taxa de juros sobre valor justo, risco de taxa de juros sobre fluxo de caixa e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. A Companhia e suas controladas usam instrumentos financeiros derivativos para proteger-se de certas exposições a estes riscos.

O gerenciamento de risco é realizado pela diretoria de tesouraria da Companhia, de acordo com as políticas aprovadas pela Administração.

As Políticas de “*Hedge*” e Aplicações Financeiras, aprovadas pelo Conselho de Administração, formalizam a gestão de exposição a fatores de risco de mercado, liquidez e crédito gerados pelas operações financeiras das empresas do Grupo Oi.

De acordo com a Política de “*Hedge*”, os riscos de mercado são identificados com base nas características das operações financeiras contratadas e a contratar no ano fiscal em questão. Diversos cenários de cada um dos fatores de risco são então simulados através de modelos estatísticos, servindo de base para mensuração de impactos sobre o resultado financeiro do Grupo. Com base em tal análise, a Diretoria acorda anualmente com o Conselho de Administração, a Diretriz de Risco a ser seguida em cada ano fiscal. A Diretriz de Risco é equivalente ao pior impacto esperado do resultado financeiro sobre o lucro líquido do Grupo, com 95% de confiança. Para o devido gerenciamento de riscos de acordo com a Diretriz de Risco, a área de tesouraria poderá contratar instrumentos de proteção, incluindo operações de derivativos como “*swaps*” e termo de moedas. A Companhia e suas controladas não utilizam derivativos para outros fins.

Com a aprovação das Políticas, foi criado o Comitê de Gestão de Riscos Financeiros, que se reúne mensalmente, e atualmente é composto pelo Diretor Presidente, Diretor de Finanças, Diretor de Planejamento Executivo, Diretor de Desenvolvimento e Gestão de Novos Negócios, Diretor Tributário, Diretor de Controladoria e Diretor de Tesouraria e acompanhado pelo Diretor de Auditoria Interna.

De acordo com as suas naturezas, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante, no melhor julgamento, avaliar o potencial desses riscos.

3.4.1. Risco de mercado

(a) Risco de taxa de câmbio

Ativos financeiros

Os equivalentes de caixa e as aplicações financeiras em moeda estrangeira são mantidos, basicamente, em títulos emitidos por instituições financeiras no exterior, semelhantes aos Certificados de Depósito Bancário (CDBs), negociados no Brasil (“*time deposits*”) e depósitos a prazo em Euros e em Dólares dos Estados Unidos da América (“Dólar” ou “Dólares”).

O risco vinculado a esses ativos surge em razão da possibilidade de existirem flutuações nas taxas de câmbio que possam diminuir os saldos dos mesmos quando convertidos em Reais. Os ativos da Companhia e de suas controladas sujeitos a esse risco representam cerca de 89,30% (31/12/2014 –

Notas Explicativas

11,41%) do total das disponibilidades que compreendem caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras.

Investimento líquido em controladas no exterior

Os riscos relacionados com os investimentos da Companhia em moeda estrangeira surgem, substancialmente, em razão dos investimentos nas controladas da África. A Companhia não tem qualquer instrumento contratado para cobertura de risco associado aos investimentos líquidos em empresas estrangeiras.

Análise de sensibilidade de risco cambial

A Administração estimou o impacto da desvalorização hipotética do Euro e do Dólar em 25% e 50%, servindo como parâmetro para os cenários possível e remoto, respectivamente, como apresentado a seguir:

Descrição	Taxa	
	30/06/2015	Desvalorização
<i>Cenário Provável</i>		
Dólar	3,1026	0%
Euro	3,4603	0%
<i>Cenário Possível</i>		
Dólar	2,32695	25%
Euro	2,59523	25%
<i>Cenário Remoto</i>		
Dólar	1,55130	50%
Euro	1,73015	50%

CONSOLIDADO				
30/06/2015				
Descrição	Risco individual	Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto
Caixa em Dólar	Queda do Dólar	171.919	128.939	85.959
Caixa em Euro	Queda do Euro	14.684.628	11.013.492	7.342.314
Total vinculado a taxas de câmbio		14.856.547	11.142.431	7.428.273

Passivos financeiros

A Companhia e suas controladas possuem empréstimos e financiamentos contratados ou indexados à moeda estrangeira. O risco vinculado a esses passivos surge em razão da possibilidade de existirem flutuações nas taxas de câmbio que possam aumentar os saldos dos mesmos. Os empréstimos e financiamentos da Companhia e de suas controladas sujeitos a esse risco representam cerca de 68,7% (31/12/2014 – 41,7%) do total dos passivos de empréstimos e financiamentos, desconsideradas as operações de proteção cambial contratadas. Para minimizar esse tipo de risco, são contratadas operações de proteção cambial junto a instituições financeiras. Da parcela da dívida consolidada da Oi em moeda estrangeira 100,0% (31/12/2014 – 100,0%) está coberta por operações de proteção nas modalidades “swap” cambial, termo em moeda e aplicações em moeda estrangeira. Adicionalmente, com a conclusão da alienação da PT Portugal, SGPS S.A. em 2 de junho de 2015, grande parte dos recursos recebidos pela Companhia estão referenciados em Euros, o que por si só funciona como um “hedge” natural às dívidas que foram mantidas na estrutura consolidada da Oi pós venda. Os efeitos positivos ou negativos não realizados nas operações de proteção são mensurados a valor justo conforme descrito no item 3.2 (a) acima.

Notas Explicativas

Esses ativos e passivos financeiros estão assim representados no balanço:

	CONTROLADORA			
	30/06/2015		31/12/2014	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos financeiros				
Caixa e contas bancárias	557.653	557.653		
Equivalentes de caixa	32.933	32.933	32.007	32.007
Aplicações financeiras	5.367	5.367	4.885	4.885
Instrumentos financeiros derivativos	2.791.586	2.791.586	2.254.133	2.254.133
Passivos financeiros				
Empréstimos e financiamentos	10.930.993	10.930.993	7.630.336	7.630.336
Instrumentos financeiros derivativos	854.111	854.111	338.193	338.193

	CONSOLIDADO			
	30/06/2015		31/12/2014	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos financeiros				
Caixa e contas bancárias	592.865	592.865	26.759	26.759
Equivalentes de caixa	11.314.255	11.314.255	198.047	198.047
Aplicações financeiras	2.949.427	2.949.427	86.807	86.807
Instrumentos financeiros derivativos	3.875.000	3.875.000	3.025.464	3.025.464
Passivos financeiros				
Empréstimos e financiamentos	37.146.391	37.146.391	14.781.242	14.781.242
Instrumentos financeiros derivativos	919.392	919.392	425.784	425.784

Os valores dos instrumentos financeiros derivativos estão resumidos a seguir:

	Derivativos designados para contabilidade de "Hedge"		
	CONTROLADORA		
	Vencimento (anos)	Valor justo	
		Valores a (pagar)/ a receber	
	30/06/2015	31/12/2014	
Contratos de "swap cross currency" US\$/R\$	3,8 - 8,7	1.616.967	1.137.439
Contratos de "swap cross currency" US\$/Pré	5,3	406.807	649.293
Contratos de "swap cross currency" EUR/R\$	2,4	(19.766)	
Contratos de "Non Deliverable Forward" EUR/R\$ (NDF)	< 1 ano		23.524

	Derivativos designados para contabilidade de "Hedge"		
	CONSOLIDADO		
	Vencimento (anos)	Valor justo	
		Valores a (pagar)/ a receber	
	30/06/2015	31/12/2014	
Contratos de "swap cross currency" US\$/R\$	8,7	2.643.667	1.816.206
Contratos de "swap cross currency" US\$/Pré	5,3	406.807	649.293
Contratos de "swap cross currency" EUR/R\$	2,4	(19.766)	
Contratos de "Non Deliverable Forward" EUR/R\$ (NDF)	< 1 ano		23.524

Notas Explicativas

	Derivativos não designados para contabilidade de “Hedge”		
	CONTROLADORA		
	Vencimento (anos)	Valor justo	
		Valores a (pagar)/ a receber	
	30/06/2015	31/12/2014	
Contratos de “Non Deliverable Forward” US\$/R\$ (NDF)	< 1 ano	(32.491)	95.577
Contratos de “Non Deliverable Forward” EUR /R\$ (NDF)	< 1 ano	(48.711)	10.107
Contratos de Opção (PUT USD /R\$)	3,8 - 5,3	14.669	

	Derivativos não designados para contabilidade de “Hedge”		
	CONSOLIDADO		
	Vencimento (anos)	Valor justo	
		Valores a (pagar)/ a receber	
	30/06/2015	31/12/2014	
Contratos de “swap cross currency” US\$/R\$	0,6	33.124	24.122
Contratos de “swap cross currency” R\$/US\$	0,6	(33.799)	(31.290)
Contratos de “Non Deliverable Forward” US\$/R\$ (NDF)	< 1 ano	(40.383)	107.718
Contratos de “Non Deliverable Forward” EUR /R\$ (NDF)	< 1 ano	(48.711)	10.107
Contrato de Opção (PUT USD /R\$)	3,8 - 5,3	14.669	

As operações de proteção cambial, contratadas junto às instituições financeiras com o objetivo de minimizar o risco cambial são principalmente:

Contratos de “cross currency swap” (“plain vanilla”)

US\$/R\$: Referem-se a operações de “swap” cambial para proteger os pagamentos das dívidas contratadas em Dólar. Nestes contratos, a posição ativa é em Dólar acrescida de taxa pré-fixada ou de LIBOR americana mais taxa pré-fixada e a posição passiva é um percentual do CDI ou taxa pré-fixada em Reais. O principal risco de perdas na ponta ativa destes instrumentos está na variação cambial do Dólar, porém estas possíveis perdas seriam integralmente compensadas pelos fluxos dos vencimentos das dívidas em Dólar.

R\$/US\$: Referem-se a operações de “swap” cambial para reverter contratos de “swap”. Nestes contratos, a posição passiva é em Dólar acrescida de taxa pré-fixada e a posição ativa é um percentual do CDI. O principal risco de perdas na ponta passiva destes instrumentos está na variação cambial do Dólar, porém estas possíveis perdas seriam integralmente compensadas pelos fluxos dos vencimentos dos “swaps” em Dólar revertidos.

Contratos de NDF - “Non Deliverable Forward”

US\$/R\$: Referem-se a operações de compra de Dólar futuro via instrumentos de NDF no intuito de se proteger de uma depreciação do Real frente àquela moeda. A estratégia principal com estas contratações é fixar a variação cambial para o período contratado, mitigando assim variações desfavoráveis contra dívidas em Dólar. No intuito de alongar o período de proteção, existe a possibilidade de rolar tais instrumentos, através da venda de Dólar para o período equivalente ao NDF de curto prazo já existente em carteira, com a simultânea compra de Dólar para posições mais longas.

Notas Explicativas

Euro/R\$: Referem-se a operações de compra de Euro futuro via instrumentos de NDF no intuito de se proteger de uma depreciação do Real frente àquela moeda. A estratégia principal com estas contratações é fixar a variação cambial para o período contratado, mitigando assim variações desfavoráveis contra dívidas em Euros. No intuito de alongar o período de proteção, existe a possibilidade de rolar tais instrumentos, através da venda de Euro para o período equivalente ao NDF de curto prazo já existente em carteira, com a simultânea compra de Euro para posições mais longas.

Contrato de Opções (“Put”)

Refere-se a operações de compra de opção de venda de US\$, referente a parcela de principal da dívida, no intuito de se proteger de uma valorização do Real frente àquela moeda. A estratégia principal com estas contratações é fixar um limite inferior a variação cambial, a um grupo de “swaps”, para o período contratado, mitigando assim variações desfavoráveis na ponta ativa destes derivativos.

Em 30 de junho de 2015 e de 2014, foram registrados em resultado de operações de instrumentos financeiros derivativos os montantes apresentados abaixo (vide Nota 6):

	Períodos de três meses findos em			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2015	30/06/2014	30/06/2015	30/06/2014
Ganho (perda) com “swap” cambial	(525.185)	(232.042)	(681.481)	(336.001)
Operações de termo em moedas	(133.043)	(279.414)	(148.335)	(313.757)
Opções	(8.467)		(8.467)	
Total	(666.695)	(511.456)	(838.283)	(649.758)

	Períodos de seis meses findos em			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2015	30/06/2014	30/06/2015	30/06/2014
Ganho (perda) com “swap” cambial	1.122.823	(494.505)	1.496.928	(731.802)
Operações de termo em moedas	216.522	(545.529)	264.304	(647.608)
Opções	(8.467)		(8.467)	
Total	1.330.878	(1.040.034)	1.752.765	(1.379.410)

E foram registradas em outros resultados abrangentes as movimentações abaixo referentes aos “hedges” cambiais designados para fins de contabilidade de “hedge”:

Quadro da movimentação dos efeitos de contabilidade de “hedge” em outros resultados abrangentes		
	CONTROLADORA	CONSOLIDADO
Saldo em 31/12/2014	165.085	165.085
Resultado dos “hedges” designados	(52.310)	(35.333)
Transferência da porção inefetiva ao resultado	(101)	(4.825)
Amortização dos “hedges” ao resultado pela taxa efetiva	4.071	4.624
Tributos diferidos sobre contabilidade de “hedge”	16.435	12.082
“Hedge” reflexo de controlada	8.453	
Saldo em 30/06/2015	141.633	141.633

Notas Explicativas

(a.1) Análise de sensibilidade de risco cambial

Na data de encerramento do período findo em 30 de junho de 2015, a Administração estimou cenários de desvalorização do Real frente a outras moedas no encerramento do período. Para o cenário provável, foram utilizadas as taxas de câmbio de fechamento de junho de 2015. As taxas prováveis foram então desvalorizadas em 25% e 50%, servindo como parâmetro para os cenários possível e remoto, respectivamente, como apresentado a seguir:

Descrição	Taxa	
	30/06/2015	Desvalorização
<i>Cenário Provável</i>		
Dólar	3,1026	0%
Euro	3,4603	0%
<i>Cenário Possível</i>		
Dólar	3,87825	25%
Euro	4,32538	25%
<i>Cenário Remoto</i>		
Dólar	4,65390	50%
Euro	5,19045	50%

Em 30 de junho de 2015, a Administração estimou o fluxo de pagamentos de juros e principal de suas dívidas vinculadas a taxas de câmbio com base nas taxas de juros vigentes na data de encerramento deste período e nas taxas de câmbio apresentadas acima.

Os efeitos de exposição cambial, nos cenários de sensibilidade estimados pela Companhia, estão demonstrados na tabela a seguir:

CONTROLADORA				
30/06/2015				
Descrição	Risco individual	Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto
Dívidas em Dólar	Alta do Dólar	9.053.711	11.317.139	13.580.567
Derivativos (Posição Líquida - USD)	Queda do Dólar	(14.082.791)	(17.603.489)	(21.124.187)
Caixa em Dólar	Queda do Dólar	(38.300)	(47.875)	(57.450)
Dívidas em Euro	Alta do Euro	2.146.565	2.683.206	3.219.848
Derivativos (Posição Líquida - Euro)	Queda do Euro	(5.560.482)	(6.950.603)	(8.340.723)
Caixa em Euro	Queda do Euro	(557.653)	(697.066)	(836.480)
Total vinculado a taxas de câmbio		(9.038.950)	(11.298.688)	(13.558.425)

CONSOLIDADO				
30/06/2015				
Descrição	Risco individual	Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto
Dívidas em Dólar	Alta do Dólar	17.070.064	21.337.580	25.605.096
Derivativos (Posição Líquida - USD)	Queda do Dólar	(17.610.576)	(22.013.220)	(26.415.864)
Caixa em Dólar	Queda do Dólar	(171.919)	(214.899)	(257.879)
Dívidas em Euro	Alta do Euro	20.531.578	25.664.473	30.797.367
Derivativos (Posição Líquida - Euro)	Queda do Euro	(5.560.482)	(6.950.603)	(8.340.723)
Caixa em Euro	Queda do Euro	(14.684.628)	(18.355.785)	(22.026.942)
Total vinculado a taxas de câmbio		(425.963)	(532.454)	(638.945)

Notas Explicativas

(b) Risco de taxa de juros

Ativos financeiros

Os equivalentes de caixa e as aplicações financeiras em moeda local são mantidos, substancialmente, em fundos de investimento, geridos exclusivamente para Companhia e suas controladas, e aplicações em títulos privados, emitidos por instituições financeiras de primeira linha.

O risco de taxa de juros vinculados aos ativos decorre da possibilidade de ocorrerem queda nessas taxas e, conseqüentemente, na remuneração desses ativos.

Passivos financeiros

A Companhia e suas controladas possuem empréstimos e financiamentos sujeitos a taxa de juros flutuantes com base na TJLP e no CDI, no caso das dívidas expressas em Reais, da LIBOR no caso da dívida expressa em Dólares e EURIBOR, no caso da dívida expressa em Euros.

Em 30 de junho de 2015, aproximadamente 38,2% (31/12/2014 – 60,3%) da dívida consolidada contratada, excluindo o saldo de ajuste proveniente das operações de derivativos, estava sujeita a taxas de juros flutuantes. Após as operações de derivativos, cerca de 57,9% (31/12/2014 – 79,4%) da dívida consolidada estava sujeita a taxas de juros flutuantes. A exposição mais relevante a taxa de juros para o endividamento da Companhia e de suas controladas após operações de “*hedge*” é o CDI. Portanto uma elevação sustentada desta taxa impactaria negativamente os pagamentos futuros de juros e ajustes de “*hedge*”.

Há um monitoramento contínuo das taxas de mercado com o propósito de avaliar a eventual contratação de instrumentos para proteção contra a variação dessas taxas.

Esses ativos e passivos estão assim representados no balanço:

	CONTROLADORA			
	30/06/2015		31/12/2014	
	Valor contábil	Valor de mercado	Valor contábil	Valor de mercado
Ativos financeiros				
Equivalentes de caixa	229.896	229.896	211.838	211.838
Aplicações financeiras	33.585	33.585	38.017	38.017
Créditos com partes relacionadas	2.339.475	2.339.475	3.151.856	3.151.856
Instrumentos financeiros derivativos	8.862	8.862	1.327	1.327
Passivos financeiros				
Empréstimos e financiamentos	17.338.893	17.338.893	12.986.020	12.986.020
Instrumentos financeiros derivativos	220.213	220.213	233.643	233.643

	CONSOLIDADO			
	30/06/2015		31/12/2014	
	Valor contábil	Valor de mercado	Valor contábil	Valor de mercado
Ativos financeiros				
Equivalentes de caixa	1.111.059	1.111.059	1.718.874	1.718.874
Aplicações financeiras	191.367	191.367	195.893	195.893
Instrumentos financeiros derivativos	196.507	196.507	196.017	196.017
Passivos financeiros				
Empréstimos e financiamentos	18.713.862	18.713.862	17.722.928	17.722.928
Instrumentos financeiros derivativos	225.042	225.042	241.138	241.138

Notas Explicativas

Os valores dos instrumentos financeiros derivativos contratados para proteção das taxas de juros flutuantes da dívida estão resumidos a seguir:

	Derivativos designados para contabilidade de “Hedge”		
	CONTROLADORA		
	Vencimento (anos)	Valor justo	
		Valores a (pagar)/ a receber	
	30/06/2015	31/12/2014	
Contratos de “swap” Pré/DI	5,3	(23.707)	(37.626)

	Derivativos designados para contabilidade de “Hedge”		
	CONSOLIDADO		
	Vencimento (anos)	Valor justo	
		Valores a (pagar)/ a receber	
	30/06/2015	31/12/2014	
Contratos de “swap” Pré/DI	5,3	(23.707)	(37.627)
Contratos de “swap” US\$ LIBOR/US\$ Pré	< 1 ano	(535)	(1.413)

	Derivativos não designados para contabilidade de “Hedge”		
	CONTROLADORA		
	Vencimento (anos)	Valor justo	
		Valores a (pagar)/ a receber	
	30/06/2015	31/12/2014	
Contratos de “swap” US LIBOR/US\$ Pré	6,6	(187.644)	(194.690)

	Derivativos não designados para contabilidade de “Hedge”		
	CONSOLIDADO		
	Vencimento (anos)	Valor justo	
		Valores a (pagar)/ a receber	
	30/06/2015	31/12/2014	
Contratos de “swap” US\$ LIBOR/US\$ Pré	0,6 - 6,6	(191.937)	(200.771)
Contratos de “swap” US\$ Pré/US\$ LIBOR	6,6	187.644	194.690

As operações de proteção contratadas junto às instituições financeiras com o objetivo de minimizar o risco de taxa de juros são principalmente:

Contratos de “swap” de taxa de juros

US\$ LIBOR/US\$ Pré: Referem-se a operações de “swap” de taxa de juros para proteger os pagamentos das dívidas contratadas em Dólar com taxas flutuantes. Nestes contratos, a posição ativa é em LIBOR de Dólar e a posição passiva é em taxa pré-fixada. O risco de perdas na ponta ativa destes instrumentos está, portanto, na flutuação da LIBOR de Dólar, porém estas possíveis perdas seriam integralmente compensadas pelos fluxos dos vencimentos das dívidas em Dólar, indexadas a LIBOR.

US\$ Pré/US\$ LIBOR: Refere-se a operação de “swap” de taxa de juros para trocar os pagamentos da dívida contratada em Dólar com taxa pré-fixada para pós fixada. Neste contrato, a posição ativa é pré-fixada de Dólar e a posição passiva é em taxa LIBOR, com o objetivo de baratear o custo da dívida lastro, dentro da estratégia de gestão do passivo oneroso da Companhia.

Notas Explicativas

R\$ Pré/CDI: Referem-se a operações de “swap” de taxa de juros para conversão de uma posição de “swap” cambial passivo pré-fixado em R\$ para passivo em % DI. Esta operação visa trocar o lastro cambial de determinada dívida em US\$ para uma posição flutuante em DI, anulando o efeito da ponta pré-fixada presente na estrutura.

Em 30 de junho de 2015 e de 2014, foram registrados em resultado de operações de instrumentos financeiros derivativos nos montantes apresentados abaixo: (vide Nota 6).

	Períodos de três meses findos em			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2015	30/06/2014	30/06/2015	30/06/2014
Ganho (perda) com “swap” taxa de juros	95.010	(21.323)	(3.061)	23.169
Total	95.010	(21.323)	(3.061)	23.169

	Períodos de seis meses findos em			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2015	30/06/2014	30/06/2015	30/06/2014
Ganho (perda) com “swap” taxa de juros	(72.375)	(42.405)	(30.714)	22.810
Total	(72.375)	(42.405)	(30.714)	22.810

E foram registradas em outros resultados abrangentes as movimentações abaixo referentes aos “hedges” de taxa de juros designados para fins de contabilidade de “hedge”:

Quadro da movimentação dos efeitos de contabilidade de “hedge” em outros resultados abrangentes		
	CONTROLADORA	CONSOLIDADO
Saldo em 31/12/2014	(41.442)	(41.442)
Resultado dos “hedges” designados	15.985	16.439
Transferência da porção inefetiva ao resultado	(133)	(133)
Amortização dos “hedges” ao resultado pela taxa efetiva	2.233	1.399
Tributos diferidos sobre contabilidade de “hedge”	(6.149)	(6.020)
“Hedge” reflexo de controlada	(251)	
Saldo em 30/06/2015	(29.757)	(29.757)

(b.1) Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

A Administração considera que o risco mais relevante de variações nas taxas de juros advém do passivo vinculado à TJLP, à LIBOR USD e, principalmente, ao CDI. O risco está associado à elevação dessas taxas.

Na data de encerramento do período findo em 30 de junho de 2015, a Administração estimou cenários de variação nas taxas CDI, TJLP, e LIBOR USD. Para o cenário provável, foram utilizadas as taxas vigentes na data de encerramento do período. Tais taxas foram estressadas em 25% e 50%, servindo de parâmetro para os cenários possível e remoto, respectivamente. Cabe ressaltar, que, a partir de janeiro de 2015, a TJLP subiu de 5,0% a.a. para 5,5% a.a. e entre 1 de abril até 30 junho de 2015 manteve-se em 6,0%. Antes do encerramento do trimestre, o Conselho Monetário Nacional havia decidido por nova elevação desta taxa, desta vez para 6,5% a.a., em vigor a partir de 1 de julho até 30 de setembro de 2015.

Notas Explicativas

30/06/2015								
Cenários de taxas de juros								
Cenário provável			Cenário possível			Cenário remoto		
CDI	TJLP	USD LIBOR 6M	CDI	TJLP	USD LIBOR 6M	CDI	TJLP	USD LIBOR 6M
13,64%	6,00%	0,44485%	17,05%	7,50%	0,55605%	20,46%	9,00%	0,66727%

Em 30 de junho de 2015, a Administração estimou os fluxos futuros de pagamentos de juros de suas dívidas vinculadas ao CDI, à TJLP, e à LIBOR USD com base nas taxas de juros apresentadas acima. Não foram considerados fluxos de dívidas contratadas entre empresas do Grupo Oi.

A análise de sensibilidade considera fluxos de pagamentos em datas futuras. Assim, o somatório global dos valores em cada cenário não equivale ao valor justo, ou ainda, ao valor presente desses passivos. O valor justo desses passivos, mantendo-se o risco de crédito da Companhia inalterado, não seria impactado em caso de variações nas taxas de juros, tendo em vista que as taxas utilizadas para levar os fluxos a valor futuro seriam as mesmas que trariam os fluxos a valor presente.

Os efeitos de exposição a taxa de juros, nos cenários de sensibilidade estimados pela Companhia, estão demonstrados nas tabelas a seguir:

CONTROLADORA				
30/06/2015				
Operação	Risco individual	Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto
Dívidas em CDI	Alta do CDI	2.037.581	2.474.308	2.907.435
Derivativos (Posição Líquida - CDI)	Alta do CDI	7.205.325	8.879.126	10.534.176
Dívidas em TJLP	Alta da TJLP	228.777	250.389	267.659
Dívidas em US LIBOR	Alta da US LIBOR	126.343	132.449	138.551
Derivativos (Posição Líquida - LIBOR)	Queda da US LIBOR	(1.161.662)	(1.197.376)	(1.233.091)
Total vinculado a taxas de juros		8.436.364	10.538.896	12.614.730

CONSOLIDADO				
30/06/2015				
Operação	Risco individual	Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto
Dívidas em CDI	Alta do CDI	2.729.994	3.307.285	3.878.859
Derivativos (Posição Líquida - CDI)	Alta do CDI	7.877.191	9.690.232	11.482.337
Dívidas em TJLP	Alta da TJLP	1.222.818	1.356.815	1.476.276
Dívidas em US LIBOR	Alta da US LIBOR	242.641	254.347	266.054
Derivativos (Posição Líquida - LIBOR)	Queda da US LIBOR	(128.553)	(134.978)	(141.403)
Total vinculado a taxas de juros		11.944.091	14.473.701	16.962.123

3.4.2. Risco de crédito

A concentração do risco de crédito associado às contas a receber de clientes não é relevante em função da pulverização da carteira. Os créditos de liquidação duvidosa estão adequadamente cobertos por provisão para fazer face à eventuais perdas nas suas realizações.

As operações com instituições financeiras (aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos) são distribuídas em instituições de primeira linha, evitando risco de concentração. O risco de crédito das aplicações financeiras é avaliado através do estabelecimento de limites máximos de aplicação

Notas Explicativas

nas contrapartes, considerando os “ratings” publicados pelas principais agências de risco internacionais para cada uma destas contrapartes. Em 30 de junho de 2015, aproximadamente 99,59% das aplicações financeiras consolidadas estavam em contrapartes de “rating” AAA, AA, A e de risco soberano.

A Companhia possui riscos de crédito relativos a dividendos a receber associados ao investimento na Unitel. Os riscos de créditos associados a esses dividendos a receber da Unitel são detalhados no item 3.4.5 (Riscos relacionados à participação detida na Unitel).

3.4.3. Risco de liquidez

O risco de liquidez surge da possibilidade da Companhia não honrar com as suas obrigações contratadas nas datas previstas e necessidades de caixa devido às restrições de liquidez do mercado. A Administração utiliza seus recursos principalmente para custear gastos de capital para expansão e modernização de rede, investir em novos negócios, pagar dividendos e refinar dívidas.

As condições são atendidas com fluxo de caixa gerado internamente, dívidas de curto e longo prazos e financiamentos externos. Estas origens de recursos somadas à forte posição financeira da Companhia continuarão a permitir o cumprimento dos requisitos de capital estabelecidos.

O Grupo Oi possui duas linhas de crédito rotativo, o que aumenta a liquidez no curto prazo e possibilita maior eficiência da gestão do caixa, sendo consistente com o seu foco estratégico na redução do custo do capital. As linhas de crédito rotativo foram contratadas em novembro de 2011 e em dezembro de 2012 junto a sindicatos compostos por diversos bancos comerciais globais.

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados, quando aplicável:

	CONTROLADORA				
	Menos de um ano	Entre um e três anos	Entre quatro e cinco anos	Acima de cinco anos	Total
Em 30 de junho de 2015					
Empréstimos e financiamentos e instrumentos financeiros derivativos (i)	3.582.852	8.929.123	11.180.848	573.360	24.266.183
Debêntures (i)	744.500	4.044.897	1.929.280		6.718.677
Fornecedores (ii)	204.618				204.618
Programa de refinanciamento fiscal (iv)	26.298	157.785	105.190	201.614	490.887

	CONSOLIDADO				
	Menos de um ano	Entre um e três anos	Entre quatro e cinco anos	Acima de cinco anos	Total
Em 30 de junho de 2015					
Empréstimos e financiamentos e instrumentos financeiros derivativos (i)	10.455.123	23.810.172	14.612.794	8.873.220	57.751.309
Debêntures (i)	744.500	4.070.323	1.976.616	8.177	6.799.616
Fornecedores (ii)	1.166.431				1.166.431
Autorizações e concessões (iii)	2.695	827.676	321		830.692
Programa de refinanciamento fiscal (iv)	52.016	312.141	208.095	398.849	971.101

Notas Explicativas

Os valores incluídos nas tabelas consideram as estimativas dos fluxos de pagamentos contratuais não descontados e não são conciliados com os valores divulgados no balanço patrimonial para empréstimos e financiamentos, instrumentos financeiros derivativos e fornecedores.

- (i) Inclui estimativas de pagamentos de juros futuros, calculados com base nas taxas de juros aplicáveis a cada período e considera que todos os pagamentos de juros e principal seriam realizados nas datas de liquidação previstas contratualmente;
- (ii) Consiste nas estimativas em obrigações de compra de equipamentos de rede de telefonia fixa e móvel no Brasil de acordo com as obrigações contratuais firmadas com nossos fornecedores, incluindo todos os termos significativos e o tempo aproximado da transação; e
- (iii) Consiste em obrigações devidas à ANATEL relacionadas às autorizações de radiofrequências. Inclui juros acumulados e não pagos em cada período.
- (iv) Consiste no programa de parcelamento de tributos que foram aderidos aos programas de refinanciamento fiscal. Inclui juros acumulados e não pagos em cada período.

Gestão de capital

A Companhia administra sua estrutura de capital de acordo com melhores práticas de mercado.

O objetivo da gestão de capital é de assegurar níveis de liquidez e alavancagem financeira que possibilitem o crescimento sustentado do grupo, plano de investimentos estratégicos e retorno aos acionistas.

A Companhia poderá alterar sua estrutura de capital, de acordo com as condições econômico-financeiras de forma a otimizar sua alavancagem financeira e gestão da dívida.

Os indicadores utilizados para mensurar a gestão da estrutura de capital são: Dívida Bruta sobre o EBITDA acumulado nos últimos 12 meses (sigla em inglês que representa o lucro líquido antes dos juros (resultado financeiro), impostos, depreciações e amortizações), Dívida líquida (Dívida bruta menos o caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras) sobre o EBITDA acumulado nos últimos 12 meses, índice de cobertura de juros, conforme abaixo:

Dívida Bruta/EBITDA.....	entre 2x e 4,0x
Dívida Líquida/EBITDA	entre 1,4x e 3x
Índice de cobertura de juros (*).....	maior que 1,75

(*) Mede a capacidade da Companhia em cobrir suas obrigações futuras de juros.

Como resultado da venda da PT Portugal, a Companhia manteve parcela das dívidas da subsidiária portuguesa, ao mesmo tempo em que recebeu o caixa resultante do desinvestimento. Deste modo, temporariamente o “*ratio*” dívida bruta/EBITDA irá superar o valor que, em condições normais seria o alvo deste indicador, no processo de gestão de capital da Companhia (Nota 17). A partir do recebimento deste caixa, a Companhia deu início a um processo de “*Liability Management*” com vistas a definir a melhor estratégia de pré-pagamento de dívidas.

Notas Explicativas

3.4.4. Risco de vencimentos antecipados de empréstimos e financiamentos

A ocorrência de eventos de inadimplimento em alguns dos instrumentos de dívida da Companhia e de suas controladas poderá configurar o vencimento antecipado de outros instrumentos de dívida. A impossibilidade de incorrer em dívidas adicionais pode impedir a capacidade de investir em seu negócio e de fazer dispêndios de capital necessários ou aconselháveis, o que pode reduzir as suas vendas futuras e afetar negativamente sua lucratividade. Além disso, os recursos necessários para cumprir com as obrigações de pagamento dos empréstimos tomados podem reduzir a quantia disponível para dispêndios de capital.

O risco de vencimento antecipado decorrente do não cumprimento dos “covenants” financeiros atrelados às dívidas, detalhado na Nota 17, na seção “Covenants”.

3.4.5. Riscos relacionados às nossas operações na África e na Ásia

É possível que não consigamos alienar a participação da Companhia na Africatel ou aliená-la por um valor que exceda o seu valor contábil apresentado nas Demonstrações Financeiras da Companhia. Uma eventual redução do valor justo de mercado em que o investimento indireto na Unitel está registrado nas Demonstrações Financeiras poderá ter um efeito negativo relevante sobre a situação financeira e os resultados da Companhia.

No dia 16 de setembro de 2014, o Conselho de Administração da Companhia autorizou a realização das medidas necessárias para vender as ações de emissão da Africatel, que representam 75% do capital desta, estando a participação na Africatel registrada nas demonstrações financeiras, em 30 de junho de 2015, como mantida para venda. A Companhia contratou um assessor financeiro para auxiliar na venda da sua participação na Africatel.

Em 30 de junho de 2015, foi registrado nas Informações Trimestrais Consolidadas da Companhia como ativos mantidos para venda R\$ 8.449 milhões relacionados a sua participação nos negócios na África e Timor, incluindo R\$ 1.469 milhões em dividendos acumulados devidos à Companhia pela Unitel e R\$ 4.638 milhões, referentes ao valor justo da participação de 25% da Africatel na Unitel no momento do aumento de capital da Oi e registrados como passivos mantidos para venda no valor de R\$ 1.043 milhões relativos aos passivos dos negócios de África e Timor.

Talvez não seja possível vender a participação da Companhia na Africatel ou aliená-la por um valor que exceda o seu valor contábil. O valor contábil do investimento indireto na Unitel é testado para verificar se há redução do valor recuperável quando eventos ou mudanças nas circunstâncias indicam que o valor desse investimento indireto poderá ser inferior ao seu valor justo de mercado, que é o valor contabilizado. Uma eventual redução do valor recuperável desse investimento poderá ter efeito negativo relevante sobre a situação financeira e os resultados da Companhia.

Não é possível assegurar quando a PT Ventures irá receber o montante relativo aos dividendos declarados e devidos à PT Ventures pela Unitel ou quando a primeira receberá dividendos que poderão vir a ser declarados para o exercício de 2014 e exercícios posteriores.

Desde novembro de 2012, a PT Ventures não recebeu nenhum pagamento relativo aos valores em aberto devidos pela Unitel em relação aos dividendos por ela declarados para os exercícios fiscais findos em 31 de dezembro de 2012, 2011 e 2010. Com base nos dividendos declarados pela Unitel para esses exercícios, a PT Ventures tem direito a receber um total de US\$ 190,0 milhões (R\$ 589 milhões) para o exercício de 2012, US\$ 190,0 milhões (R\$ 589 milhões) para o exercício de 2011, e US\$ 157,5 milhões (R\$ 489 milhões) para o exercício de 2010. Até a data deste relatório,

Notas Explicativas

a PT Ventures só havia recebido US\$ 63,7 milhões (R\$ 198 milhões) da sua parcela dos dividendos declarados pela Unitel, relativos ao exercício de 2010, e não recebeu nenhum montante dos dividendos declarados para os exercícios de 2011 e 2012.

No dia 25 de março de 2014, a Unitel emitiu uma declaração alegando que a PT Ventures não está relacionada no cadastro de acionistas da Unitel e que o seu Conselho de Administração notificou a Pharol sobre a existência de uma irregularidade, que resultou na impossibilidade da Unitel distribuir dividendos à PT Ventures até que esta seja resolvida. Em 3 de junho de 2014, a Agência Nacional para o Investimento Privado de Angola averbou a atualização do nome da PT Ventures (anteriormente denominada Portugal Telecom Internacional, SGPS, S.A.) em seu Certificado de Investimento Estrangeiro, confirmando a razão social atual da PT Ventures e sanando, assim, a irregularidade apontada pelo Conselho de Administração da Unitel.

Em assembleia geral da Unitel, realizada em 4 de novembro de 2014, os demais acionistas apreciaram as Demonstrações Financeiras, bem como o pagamento de dividendos em relação ao ano fiscal de 2013. A PT Ventures solicitou o adiamento da reunião, porque as Demonstrações Financeiras e outras informações relevantes sobre a reunião não foram incluídas na convocação, nem foram disponibilizadas à PT Ventures, apesar de a PT Ventures ter solicitado esses materiais em várias ocasiões. O pedido de adiamento não foi atendido e a PT Ventures não participou desta reunião, que não poderia ter se realizado sem a PT Ventures, uma vez que a cláusula 8.2 do Acordo de Acionistas estabelece que as assembleias gerais somente podem ocorrer em primeira convocação com a presença de todos os acionistas. Além disso, a PT Ventures não recebeu a ata da reunião nem foi informada sobre as decisões tomadas, apesar de ter efetuado diversas solicitações.

No dia 13 de maio de 2015, foi realizada assembleia geral da Unitel para a apreciação das Demonstrações Financeiras e da destinação do resultado relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014. Os demais acionistas da Unitel não permitiram o ingresso e a participação da PT Ventures na referida assembleia, sob a alegação de não reconhecerem a PT Ventures como acionista da Unitel. Apesar de sua solicitação, a PT Ventures também não recebeu cópia da ata da assembleia. A PT Ventures não concorda com as alegações dos demais acionistas da Unitel e com a postura adotada por ocasião da assembleia geral. Dessa forma, em 12 de junho de 2015, a PT Ventures ajuizou, junto a um Tribunal Angolano, ação em face da Unitel para a declaração de nulidade e anulação das deliberações sociais tomadas na assembleia realizada no último dia 13 de maio.

A PT Ventures solicitou, em várias ocasiões, explicações à Unitel em relação ao não pagamento da sua parcela dos dividendos declarados. Até a data deste relatório, a PT Ventures não tinha recebido nenhuma explicação plausível sobre o não pagamento nem indicações confiáveis do momento previsto para o pagamento dos dividendos acumulados. Não é possível assegurar quando o pagamento dos dividendos acumulados será feito à PT Ventures ou se esta conseguirá receber os dividendos eventualmente declarados pela Unitel no futuro. A incapacidade da Companhia em receber tais dividendos poderá ter um efeito negativo relevante sobre o valor justo do seu investimento na Unitel, a sua situação financeira e os seus resultados.

Notas Explicativas

Os outros acionistas da Unitel indicaram à PT Ventures que entendem que a venda pela Pharol de uma participação minoritária na Africatel contraria o acordo de acionistas da Unitel.

O acordo de acionistas da Unitel prevê o direito de preferência para os demais acionistas caso qualquer acionista deseje transferir qualquer ou todas as suas ações da Unitel, com exceção das transferências para certas empresas afiliadas. O acordo também prevê que a violação de uma obrigação material por qualquer acionista permite que os outros acionistas comprem a participação de tal acionista na Unitel pelo seu valor patrimonial líquido.

Os outros acionistas da Unitel afirmaram à PT Ventures que entendem que a venda pela Pharol de uma participação minoritária na Africatel à Samba Luxco em 2007 constituiu uma violação do acordo de acionistas da Unitel. A PT Ventures contesta essa interpretação das disposições pertinentes ao acordo de acionistas da Unitel e entende que as tais disposições se aplicam apenas à transferência de ações da Unitel pela própria PT Ventures.

Até a data deste relatório, a Companhia não tinha sido notificada de qualquer processo em andamento em relação à venda pela Pharol de uma participação minoritária na Africatel à Samba Luxco. Na hipótese dos outros acionistas da Unitel questionarem a venda de tal participação em um fórum apropriado e uma decisão vinculativa para esse efeito seja tomada em um fórum apropriado a favor dos demais acionistas, a Companhia poderá ser obrigada a vender sua participação acionária na Unitel a um preço significativamente inferior ao montante que a Companhia registrou em suas Demonstrações Financeiras com relação ao investimento indireto na Unitel. A venda da participação da PT Ventures na Unitel, nessas circunstâncias, poderá ter um efeito negativo relevante sobre a situação financeira e os resultados da Companhia.

Os outros acionistas da Unitel poderão alegar que, em virtude de a Pharol não ter oferecido a sua participação indireta na Unitel a tais acionistas antes da aquisição da PT Portugal pela Companhia, esses acionistas teriam o direito de adquirir as ações de emissão da Unitel detidas pela PT Ventures pelo valor patrimonial líquido.

Em 25 de março de 2014, a Unitel emitiu um comunicado em que informou que os seus acionistas teriam um direito de preferência em caso de venda da participação indireta da Pharol na Unitel a outra empresa. Posteriormente, os outros acionistas da Unitel entregaram à Pharol uma notificação em que alegam que a aquisição indireta pela Companhia da participação indireta da Pharol na Unitel como parte do aumento de capital da Oi desencadeou esse direito. A Companhia entende que as respectivas disposições do acordo de acionistas da Unitel se aplicam apenas à transferência de ações da Unitel pela própria PT Ventures.

Até a data deste relatório, a Companhia não tinha sido notificada de nenhum processo em andamento em relação à não oferta da participação indireta na Unitel pela Pharol aos demais acionistas antes da aquisição da PT Portugal. Caso os outros acionistas da Unitel aleguem que esta falha de oferecer a participação indireta da Pharol na Unitel aos demais acionistas resultou em uma violação do acordo de acionistas da Unitel e uma decisão vinculativa para esse efeito seja tomada em um fórum apropriado a favor dos demais acionistas, a PT Ventures poderá ser obrigada a vender a sua participação na Unitel por seu valor patrimonial líquido, que é significativamente inferior ao valor registrado pela Companhia nas suas Demonstrações Financeiras em relação ao investimento indireto na Unitel. A venda da participação da PT Ventures na Unitel, nessas circunstâncias, poderá ter um efeito negativo relevante sobre a situação financeira e os resultados da Companhia.

Notas Explicativas

Os outros acionistas da Unitel têm impedido a PT Ventures de exercer o seu direito de nomear o diretor-presidente e uma maioria do Conselho de Administração da Unitel.

Segundo o acordo de acionistas da Unitel, a PT Ventures tem o direito de nomear três dos cinco membros do Conselho de Administração da Unitel, incluindo o seu diretor-presidente. Pelo acordo de acionistas da Unitel, a nomeação do diretor-presidente está sujeita à aprovação dos detentores de 75% das ações da Unitel. No entanto, os demais acionistas da Unitel não votaram nos membros do Conselho de Administração indicados pela PT Ventures nas assembleias gerais da Unitel, e, por conseguinte, a representação da PT Ventures no Conselho de Administração desta ficou reduzida a um único conselheiro desde junho de 2006, e o diretor-presidente da Unitel não é uma indicação da PT Ventures desde junho de 2006.

Em 22 de julho de 2014, o único membro do Conselho de Administração da Unitel indicado pela PT Ventures renunciou ao cargo, não tendo sido possível à PT Ventures indicar o seu substituto desde então. Em novembro de 2014, os demais acionistas da Unitel notificaram a PT Ventures de que os seus direitos enquanto acionista foram suspensos em outubro de 2012, apesar de esses acionistas não terem indicado nenhuma base jurídica justificando tal suspensão. Na assembleia geral da Unitel do dia 15 de dezembro de 2014, foi realizada a eleição dos membros do Conselho de Administração da Unitel. Nessa assembleia, os demais acionistas da Unitel alegaram que a PT Ventures não teria direito a voto devido à suspensão dos seus direitos enquanto acionista da Unitel em outubro de 2012 e recusaram-se a eleger o conselheiro indicado pela PT Ventures para o Conselho de Administração da Unitel.

A PT Ventures ajuizou, junto a um tribunal Angolano, ação de anulação das eleições dos membros do Conselho de Administração da Unitel no dia 15 de dezembro de 2014. Até a data deste relatório, nenhum conselheiro indicado pela PT Ventures participa do Conselho de Administração da Unitel.

A Unitel concedeu empréstimos a uma parte relacionada e celebrou um contrato de gestão com um terceiro sem aprovação da PT Ventures.

Pelo acordo de acionistas da Unitel, os seus acionistas e as afiliadas destes não estão autorizados a celebrar quaisquer contratos com a Unitel a menos que tais contratos sejam aprovados por deliberação de seu Conselho de Administração, com voto favorável de, pelo menos, quatro membros do seu Conselho de Administração. Como resultado da incapacidade da PT Ventures em indicar seus membros para o Conselho de Administração da Unitel, a PT Ventures está impedida de exercer o seu direito de veto implícito sobre transações com partes relacionadas.

Entre maio e outubro de 2012, a Unitel fez desembolsos à Unitel International Holdings B.V. de € 178,9 milhões (R\$ 616 milhões) e US\$ 35,0 milhões (R\$ 112 milhões) sob um "Contrato de Empréstimo" celebrado entre a Unitel e a Unitel International Holdings B.V. (Unitel Holdings), uma entidade que concorre com a Africatel em Cabo Verde e em São Tomé e Príncipe. A Unitel Holdings é controlada pela Sra. Isabel dos Santos, acionista indireta da Unitel, e, de acordo com as informações públicas divulgadas pela NOS, uma das acionistas da ZOPT, SGPS, S.A. (que detém a maioria do capital social votante e total da NOS). O representante da PT Ventures no Conselho de Administração da Unitel votou contra essas operações que foram propostas pela Unitel e a PT Ventures se absteve quando as Demonstrações Financeiras Consolidadas da Unitel, que incluíam essas transações, foram aprovadas em assembleia geral da Unitel.

A Unitel realizou empréstimos adicionais a partes relacionadas em 2013. Não nos foi possível obter informações em relação à existência de operações similares em 2014 e 2015.

Notas Explicativas

Qualquer impedimento da Unitel International Holdings BV para realizar pagamentos nos termos do Contrato de Empréstimo poderá ter um efeito negativo relevante sobre a situação financeira e os resultados da Unitel e, por conseguinte, no valor do investimento da Companhia nessa sociedade.

Adicionalmente, a Unitel tem registrado o pagamento de uma taxa de administração de US\$ 155,7 milhões em 2013 em favor de um terceiro nas Demonstrações Financeiras Individuais em 31 de dezembro de 2013, preparadas de acordo com os princípios contábeis de Angola. Esta taxa de administração não foi apresentada ao Conselho de Administração nem à assembleia geral da Unitel para aprovação e não foi aprovada pela PT Ventures. O pagamento de uma taxa de administração pela Unitel poderá ter um efeito negativo relevante sobre a situação financeira e os resultados da Unitel e, por conseguinte, no valor do investimento indireto da Companhia nessa sociedade.

Não é possível assegurar que será possível evitar que a Unitel tome medidas que exijam a aprovação dos membros do seu Conselho de Administração indicados pela PT Ventures, inclusive a aprovação de operações com partes relacionadas com os demais acionistas da Unitel que entendemos ser prejudiciais à situação financeira e aos resultados da Unitel. O uso dos recursos da Unitel desta forma pode ter um efeito negativo relevante sobre a situação financeira e os resultados da Unitel e, por conseguinte, no valor do investimento da Companhia nessa sociedade.

Os outros acionistas da Unitel tentaram diluir a participação indireta da Companhia na Unitel através de um aumento de capital que tecnicamente impediria a Companhia de participar e convocaram assembleias gerais nas quais indicaram o seu desejo de alterar unilateralmente o estatuto social e o acordo de acionistas da Unitel.

Na assembleia geral da Unitel realizada em 15 de dezembro de 2014, os demais acionistas da Unitel aprovaram o aumento de capital da sociedade e alteraram o valor nominal das suas ações. Embora a PT Ventures tenha solicitado diversas vezes o envio prévio da proposta e de outras informações relevantes no que diz respeito a este e outros itens da agenda da reunião, a PT Ventures nunca recebeu tais documentos e informações.

Os detalhes desse aumento de capital são obscuros, uma vez que não foram incluídos no aviso de convocação da assembleia nem foram detalhados durante esta assembleia. Outros detalhes sobre este aumento de capital foram incluídos na minuta da ata da assembleia enviada à PT Ventures e, aparentemente, apesar de esta ter decidido subscrever uma parcela proporcional desse aumento de capital para evitar a diluição da sua participação na Unitel, o vencimento da integralização do preço de subscrição pode ser antecipado para impedir que a PT Ventures consiga obter as aprovações cambiais necessárias antes da data de vencimento. A PT Ventures ajuizou uma ação junto a um tribunal angolano para a anulação da aprovação do aumento de capital da Unitel nessa assembleia geral.

A pauta da assembleia geral da Unitel também incluiu alterações do seu estatuto social e eventuais alterações ao acordo de acionistas da Unitel, além de assuntos diversos que poderiam ser levantados e discutidos na própria assembleia. No âmbito do item da pauta relativo a assuntos diversos, foram discutidos os investimentos pela Unitel no Zimbábwe e a realização de estudo para a implementação de uma reorganização societária na Unitel. A PT Ventures ajuizou uma ação junto a um tribunal angolano para a anulação da aprovação dos investimentos pela Unitel no Zimbábwe e a realização de estudo para a implementação de uma reorganização societária na Unitel.

Notas Explicativas

Quanto às alterações do estatuto social e do acordo de acionistas da Unitel, a PT Ventures não recebeu os detalhes das propostas, apesar de seus vários pedidos antes, durante e após a realização da reunião. A assembleia de 15 de dezembro de 2014 foi suspensa sem que nenhuma deliberação fosse tomada em relação a esse tema.

Posteriormente, foi convocada uma nova assembleia da Unitel para o dia 13 de maio de 2015, tendo como pauta não apenas o tema das alterações do estatuto social e do acordo de acionistas da Unitel, mas também a apreciação das demonstrações financeiras, da destinação do resultado e do desempenho da administração e da fiscalização da Unitel referentes ao exercício de 2014. A PT Ventures novamente solicitou os detalhes das propostas que seriam submetidas para a deliberação dos acionistas, mas não teve acesso às referidas informações.

Além disso, no dia 13 de maio, os demais acionistas da Unitel não permitiram o ingresso e a participação da PT Ventures na assembleia, sob a alegação de não reconhecerem a PT Ventures como acionista da Unitel. Apesar de sua solicitação, a PT Ventures também não recebeu cópia da ata da assembleia e, por isso, não tem conhecimento do teor das deliberações tomadas na referida assembleia. A PT Ventures não concorda com as alegações dos demais acionistas da Unitel e com a postura adotada por ocasião da assembleia geral. Dessa forma, em 12 de junho de 2015, a PT Ventures ajuizou, junto a um Tribunal Angolano, ação em face da Unitel para a declaração de nulidade e anulação das deliberações sociais tomadas na assembleia realizada no último dia 13 de maio.

Não é possível avaliar o impacto na Unitel ou na Companhia dos assuntos discutidos nas assembleias gerais de 15 de dezembro de 2014 e 13 de maio de 2015 ou das alterações propostas do estatuto social e do acordo de acionistas da Unitel porque não recebemos informações suficientes para analisá-los. Além disso, cumpre destacar que os demais acionistas não têm autoridade legal para alterar o acordo de acionistas da Unitel com base em medidas tomadas em assembleia geral, uma vez que este é um Acordo entre todas as partes. Caso os outros acionistas venham a implementar medidas prejudiciais à Unitel ou ao investimento da Companhia nessa sociedade, tais medidas poderão ter um efeito negativo relevante sobre a situação financeira e os resultados da Unitel e, por conseguinte, no valor do investimento da Companhia.

A concessão da Unitel para operar em Angola expirou e ainda não foi renovada.

A concessão da Unitel para prestar serviços de telecomunicações móveis em Angola expirou em abril de 2012. A Companhia não pode fornecer nenhuma garantia sobre os termos em que o Instituto Angolano das Comunicações concederá uma renovação desta concessão. A não obtenção da renovação desta concessão pode ter um efeito material adverso sobre a capacidade da Unitel para continuar a prestar serviços de telecomunicações móveis em Angola, o que poderia ter um efeito negativo relevante sobre a situação financeira e os resultados da Unitel e no valor do investimento da Companhia nessa sociedade.

Condições políticas, econômicas e jurídicas adversas em países africanos e asiáticos onde a Companhia adquiriu investimentos poderão prejudicar a sua capacidade de receber dividendos de controladas e investimentos na África e na Ásia.

Historicamente, os governos de muitos países africanos e asiáticos onde a Companhia detém investimentos exerceram e continuam a exercer influência significativa sobre as respectivas economias e sistemas jurídicos. Países onde a Companhia detém investimentos poderão editar medidas legais ou regulamentares que restringem a capacidade de suas controladas e investidas de pagar dividendos. Paralelamente, condições políticas ou econômicas adversas nesses países poderão

Notas Explicativas

prejudicar a capacidade da Companhia de receber dividendos de controladas e investidas. Historicamente, a Pharol recebeu dividendos de controladas e investidas africanas e asiáticas, mas qualquer restrição à capacidade da Companhia de receber uma parcela significativa desses dividendos poderá afetar negativamente os seus fluxos de caixa e a sua liquidez.

Além disso, os seus investimentos nessas regiões estão expostos a riscos políticos e econômicos que incluem, entre outros, variações cambiais e nas taxas de juros, inflação e políticas econômicas restritivas, além de riscos regulatórios que incluem, entre outros, processo de renovação de licenças e a evolução do varejo regulamentado e das tarifas no atacado. Adicionalmente, os nossos empreendimentos em mercados africanos e asiáticos enfrentam riscos associados ao aumento da concorrência, inclusive devido à entrada de novos concorrentes e ao rápido desenvolvimento de novas tecnologias.

O desenvolvimento de parcerias nesses mercados gera riscos relacionados à capacidade dos parceiros em explorar os ativos em conjunto. Qualquer incapacidade da Companhia e de seus parceiros para explorar esses ativos poderá ter um efeito negativo na nossa estratégia e todos esses riscos poderão afetar negativamente os resultados da Companhia.

A aquisição da PT Portugal poderá ter desencadeado alegações por parte dos parceiros de “joint ventures” ou conduzir a sua liquidação.

Alguns acordos que regulam as “joint ventures” na África e na Ásia, além da Unitel, contêm disposições que conferem certos direitos, inclusive direitos de compra e de venda, aos nossos parceiros em caso de mudança de controle ou incorporação da Pharol. Caso esses direitos sejam exercidos, a Companhia poderá ser obrigada a deixar uma ou mais “joint ventures” rentáveis e a vender as suas ações aos seus parceiros por um preço significativamente inferior ao valor justo de mercado dessas participações. Alternativamente, a Companhia poderá ser obrigada a utilizar caixa para adquirir participações em uma ou mais “joint ventures” junto aos seus parceiros. Qualquer um desses casos poderá ter um efeito negativo relevante sobre a estratégia de investimento da Companhia para a África e a Ásia, as suas perspectivas de crescimento e/ou a sua liquidez e fluxos de caixa.

Mesmo que nenhuma disposição contratual seja aplicada durante qualquer uma das fases da combinação de negócios, o nosso relacionamento com esses parceiros poderá mudar ou piorar em virtude dessa operação por razões políticas, comerciais ou outras. A Companhia não detém participação controladora na maioria dessas “joint ventures” e qualquer questionamento por parte dos seus parceiros nesses empreendimentos em virtude da combinação de negócios ou por outro motivo poderá conduzir a negociações dispendiosas e demoradas, processos de arbitragem ou judiciais ou, eventualmente, a alienação desses investimentos a preços significativamente inferiores ao valor justo de mercado do investimento da Companhia.

A Companhia é sócia de “joint ventures” e parcerias que poderão não ser bem sucedidas ou expor a Companhia a custos futuros.

A Companhia é sócia de “joint ventures” e parcerias na África e na Ásia. Os acordos de parceria poderão não ter os resultados previstos por diversos motivos, inclusive devido à avaliação incorreta nas necessidades ou da capacidade da Companhia ou à estabilidade financeira dos seus parceiros estratégicos. A participação da Companhia em eventuais prejuízos ou compromissos para contribuir com capital adicional nessas parcerias poderá ter um efeito negativo relevante sobre os resultados e a situação financeira da Companhia.

Notas Explicativas

A nossa capacidade para trabalhar com esses parceiros ou desenvolver novos produtos e soluções poderá ser restringida, prejudicando a nossa competitividade nos mercados onde atuam tais “*joint ventures*” e parcerias. A Companhia poderá se envolver em disputas com os seus parceiros e ter dificuldades para chegar a um acordo que esta considere ser benéfico para tais “*joint ventures*” e parcerias. Adicionalmente, as “*joint ventures*” e as parcerias em países africanos e asiáticos são, habitualmente, regidas pelas leis desses países e os nossos parceiros costumam ser participantes estabelecidos nesses mercados e poderão ter mais influência sobre essas economias que a Companhia. Caso a Companhia sinta dificuldades com os seus parceiros, poderá igualmente ter dificuldades para proteger os seus investimentos nesses países.

Qualquer um desses fatores poderá fazer com que essas “*joint ventures*” e parcerias deixem de ser rentáveis e resultar na perda de e ou da totalidade dos respectivos investimentos da Companhia.

O acionista minoritário da Africatel afirmou que a combinação de negócios desencadeou o direito de obrigar a Companhia a adquirir ações de emissão da Africatel sob o acordo de acionistas. Se a Companhia for obrigada a comprar esta participação na Africatel, terá de utilizar recursos que poderiam ser utilizados de outra forma, no intuito de reduzir o endividamento ou fazer investimentos no seu plano de negócios. Se tal aquisição for financiada através da assunção de dívida adicional da Companhia, haverá um efeito negativo relevante sobre a alavancagem consolidada da Companhia.

A Companhia detém indiretamente 75% do capital da Africatel. A Samba Luxco S.à.r.l., uma afiliada da Helios Investors LLP, detém os 25% restantes. A Africatel detém a participação da Companhia em empresas de telecomunicações na África subsaariana, incluindo a sua participação na Unitel em Angola, na CVT em Cabo Verde, na MTC na Namíbia, e na CST em São Tomé e Príncipe, entre outras. As partes do acordo de acionistas da Africatel são a Pharol, as controladas Africatel GmbH & Co. KG (“Africatel GmbH”) e PT Ventures, e a Samba Luxco.

No dia 16 de setembro de 2014, a controlada Africatel GmbH, controladora direta da Africatel, recebeu uma carta da Samba Luxco, por meio da qual esta afirma que a aquisição da PT Portugal pela Oi é considerada uma mudança de controle da Africatel GmbH nos termos do acordo de acionistas e que essa mudança lhe dá o direito de exercer a opção de venda das ações prevista nesse acordo pelo valor patrimonial de mercado das ações por ela detidas na Africatel. Nessa correspondência, a Samba Luxco alega estar exercendo o suposto direito e, por conseguinte, exige que a Africatel GmbH adquira as suas ações da Africatel.

Na mesma data, a Companhia divulgou Fato Relevante sobre as pretensões da Samba Luxco, o entendimento de que não caberia o exercício da opção de venda e que o seu Conselho de Administração teria autorizado a administração a tomar as medidas necessárias para a alienação da participação da Companhia na Africatel.

Em resposta à carta da Samba Luxco, no dia 26 de setembro de 2014, a Africatel GmbH afirmou à Samba Luxco que, pelos termos do acordo de acionistas da Africatel, não teria ocorrido qualquer ato ou fato que desse lugar ao exercício da opção de venda e que pretende contestar o alegado exercício dessa opção por parte da Samba Luxco.

No dia 12 de novembro de 2014, o Tribunal Arbitral Internacional da Câmara Internacional de Comércio notificou a Africatel GmbH de que a Samba Luxco havia iniciado um processo de arbitragem contra a Africatel GmbH para aplicar o pretense direito de venda ou, em alternativa, certos direitos e demandas. A Africatel GmbH apresentou a sua resposta ao pedido da Samba Luxco

Notas Explicativas

para arbitragem em 15 de dezembro de 2014. O tribunal arbitral foi instalado no dia 12 de março de 2015. A Companhia pretende defender decisivamente a Africatel GmbH neste processo.

Caso a Companhia seja obrigada a adquirir a participação da Samba Luxco na Africatel em decorrência do exercício do alegado direito de venda, nos termos do acordo de acionistas da Africatel, a aquisição dessa participação irá reduzir os recursos da Companhia que poderiam ser utilizados para a redução da dívida em aberto ou para a realização de outras oportunidades de investimento. Caso tal aquisição seja financiada através da assunção de dívida adicional, a alavancagem consolidada da Companhia poderá aumentar consideravelmente e haverá um efeito negativo relevante sobre a sua situação financeira e os seus resultados.

Outros acionistas da Cabo Verde Telecom S.A. (“CVT”) alegaram à PT Ventures que o Acordo de Acionistas da CVT teria sido extinto de pleno direito.

Outros acionistas da CVT alegaram à PT Ventures que o Acordo de Acionistas da CVT teria sido extinto de pleno direito, em virtude da transferência da participação indireta da CVT para a Companhia quando do aumento de capital da Companhia realizado no âmbito da operação anunciada no Fato Relevante de dois de outubro de 2013.

A Companhia não concorda com o entendimento do Estado de Cabo Verde de que o Acordo de Acionistas teria sido extinto, tendo prontamente refutado tal alegação e iniciado desde então discussões sobre o assunto com o outro acionista da CVT. A Companhia entende que a pretendida extinção do Acordo de Acionistas constitui um ato totalmente arbitrário por parte do Estado de Cabo Verde e desprovido de qualquer fundamento jurídico, não podendo produzir efeitos.

Na Assembleia Geral da CVT realizada em 24 de março de 2015, foi aprovada a eleição dos membros titulares dos órgãos sociais da CVT para o triênio 2015-2017, sem a observância das regras previstas no Acordo de Acionistas, com o voto contrário da PT Ventures. A PT Ventures apresentou pedido de arbitragem para a resolução do conflito junto à Câmara de Comércio Internacional (CCI).

Caso o Acordo de Acionistas da CVT seja considerado extinto nos procedimentos arbitrais, o poder de influência da PT Ventures nas decisões da CVT será reduzido. A PT Ventures poderá deixar de ser capaz de impedir a tomada de decisões na CVT que entenda ser prejudicial para a situação financeira e para os resultados operacionais da CVT.

O Estado de Cabo Verde violou suas obrigações assumidas no Acordo Sobre Promoção e Proteção de Investimento celebrado com Portugal.

O Estado de Cabo Verde violou suas obrigações assumidas no Acordo Sobre Promoção e Proteção de Investimento celebrado com Portugal e suprimiu de forma unilateral o exclusivo da CVT na concessão do serviço público de estabelecimento, gestão e exploração das infraestruturas da rede básica de telecomunicações em Cabo Verde.

Por esse motivo, em 18 de março de 2015, nos termos do contrato de concessão, a PT Ventures iniciou uma ação arbitral junto do Centro Internacional para a Resolução de Diferendos Relativos a Investimentos (CIRDI), em Washington, com vista à proteção do seu investimento na CVT.

Apesar dos esforços envidados, a Companhia não é capaz de assegurar que conseguirá obter, seja no âmbito negocial, seja por meio do processo arbitral, tanto a compensação financeira a que faz jus em virtude da retirada unilateral do direito de exclusividade previsto no contrato de concessão como também a própria revisão do contrato de concessão, a fim de restaurar o seu equilíbrio econômico-financeiro.

Notas Explicativas**4. RECEITAS DE VENDAS E/OU SERVIÇOS**

	Período de três meses findos em			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2015	30/06/2014	30/06/2015	30/06/2014
Receita bruta de vendas e/ou serviços	3.443.923	3.451.067	11.090.596	11.342.890
Deduções da receita bruta	(1.884.567)	(1.809.115)	(4.306.810)	(4.263.302)
Tributos	(486.423)	(534.333)	(2.049.159)	(2.237.078)
Outras deduções	(1.398.144)	(1.274.782)	(2.257.651)	(2.026.224)
Receitas de vendas e/ou serviços	1.559.356	1.641.952	6.783.786	7.079.588

	Período de seis meses findos em			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2015	30/06/2014	30/06/2015	30/06/2014
Receita bruta de vendas e/ou serviços	6.909.691	6.894.219	22.250.023	22.502.987
Deduções da receita bruta	(3.760.251)	(3.600.230)	(8.426.302)	(8.546.896)
Tributos	(985.365)	(1.096.727)	(4.160.469)	(4.541.377)
Outras deduções	(2.774.886)	(2.503.503)	(4.265.833)	(4.005.519)
Receitas de vendas e/ou serviços	3.149.440	3.293.989	13.823.721	13.956.091

Notas Explicativas

5. RESULTADOS POR NATUREZA

	Período de três meses findos em			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2015	30/06/2014	30/06/2015	30/06/2014
Receitas de vendas e/ou serviços	1.559.356	1.641.952	6.783.786	7.079.588
Receitas (despesas) operacionais:				
Interconexão	(192.425)	(270.818)	(450.670)	(673.317)
Pessoal	(130.209)	(213.434)	(622.222)	(726.346)
Serviços de terceiros	(381.080)	(390.721)	(1.619.155)	(1.540.931)
Serviço de manutenção da rede	(121.490)	(130.755)	(501.022)	(438.947)
Custo de aparelhos e outros			(47.791)	(178.704)
Publicidade e propaganda	(2.676)	(4.815)	(97.793)	(189.332)
Aluguéis e seguros	(95.153)	(136.911)	(822.743)	(799.241)
Provisões / Reversões (iii)	(119.721)	(71.329)	(268.897)	(211.026)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (iii)	(15.482)	(13.540)	(182.288)	(177.377)
Tributos e outras receitas (despesas) (i)	(380.372)	96.253	(224.455)	(420.932)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas (ii)	(27.390)	(52.041)	(47.756)	78.402
Despesas operacionais excluindo depreciação e amortização	(1.465.998)	(1.188.111)	(4.884.792)	(5.277.751)
Depreciação e amortização (iii)	(229.845)	(210.451)	(1.272.484)	(1.045.199)
Total das despesas operacionais	(1.695.843)	(1.398.562)	(6.157.276)	(6.322.950)
Lucro (Prejuízo) antes do resultado financeiro e dos tributos	(136.487)	243.390	626.510	756.638
Resultado financeiro:				
Receitas financeiras	559.063	244.004	570.383	374.099
Despesas financeiras	(1.030.629)	(899.458)	(1.779.983)	(1.411.727)
Total do resultado financeiro	(471.566)	(655.454)	(1.209.600)	(1.037.628)
Prejuízo antes das tributações	(608.053)	(412.064)	(583.090)	(280.990)
Imposto de renda e contribuição social (iii)	115.364	224.080	141.123	96.379
Prejuízo líquido das operações continuadas	(492.689)	(187.984)	(441.967)	(184.611)
Operações descontinuadas				
Resultado líquido de operações descontinuadas (líquidos de impostos)	1.112.506	(32.875)	1.112.506	(32.875)
Lucro (Prejuízo) líquido do período	619.817	(220.859)	670.539	(217.486)
Lucro (Prejuízo) líquido atribuído aos acionistas controladores	619.817	(220.859)	619.817	(220.859)
Lucro atribuído aos acionistas não controladores			50.722	3.373
Despesas operacionais por função:				
Custos dos bens e/ou serviços vendidos	(498.365)	(698.525)	(3.708.018)	(3.680.056)
Despesas com vendas	(273.015)	(317.882)	(1.223.383)	(1.494.086)
Despesas gerais e administrativas	(438.074)	(321.671)	(997.035)	(920.109)
Outras receitas operacionais	132.198	63.927	362.392	451.414
Outras despesas operacionais	(234.777)	(251.576)	(591.314)	(679.997)
Resultado de equivalência patrimonial	(383.810)	127.165	82	(116)
Total das despesas operacionais	(1.695.843)	(1.398.562)	(6.157.276)	(6.322.950)

Notas Explicativas

	Período de seis meses findos em			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2015	30/06/2014	30/06/2015	30/06/2014
Receitas de vendas e/ou serviços	3.149.440	3.293.989	13.823.721	13.956.091
Receitas (despesas) operacionais:				
Interconexão	(430.357)	(589.458)	(956.473)	(1.429.287)
Pessoal	(271.633)	(379.137)	(1.238.738)	(1.386.183)
Serviços de terceiros	(731.832)	(778.773)	(3.172.589)	(3.032.990)
Serviço de manutenção da rede	(279.991)	(274.365)	(960.610)	(913.799)
Custo de aparelhos e outros			(196.702)	(281.052)
Publicidade e propaganda	(5.721)	(6.248)	(136.950)	(307.475)
Aluguéis e seguros	(199.400)	(291.490)	(1.709.178)	(1.576.098)
Provisões / Reversões (iii)	(225.886)	(138.231)	(492.041)	(357.291)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (iii)	(49.006)	(43.935)	(351.564)	(380.603)
Tributos e outras receitas (despesas) (i)	(333.683)	735.558	(650.867)	(861.625)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas (ii)	(27.390)	(52.041)	(47.756)	1.325.529
Despesas operacionais excluindo depreciação e amortização	(2.554.899)	(1.818.120)	(9.913.468)	(9.200.874)
Depreciação e amortização (iii)	(458.262)	(417.375)	(2.490.872)	(2.189.649)
Total das despesas operacionais	(3.013.161)	(2.235.495)	(12.404.340)	(11.390.523)
Lucro antes do resultado financeiro e dos tributos	136.279	1.058.494	1.419.381	2.565.568
Resultado financeiro:				
Receitas financeiras	740.434	422.675	877.304	653.114
Despesas financeiras	(2.100.324)	(1.801.065)	(3.355.991)	(2.884.585)
Total do resultado financeiro	(1.359.890)	(1.378.390)	(2.478.687)	(2.231.471)
Lucro (Prejuízo) antes das tributações	(1.223.611)	(319.896)	(1.059.306)	334.097
Imposto de renda e contribuição social (iii)	362.050	359.425	203.243	(291.195)
Lucro (Prejuízo) líquido das operações continuadas	(861.561)	39.529	(856.063)	42.902
Operações descontinuadas				
Resultado líquido de operações descontinuadas (líquidos de impostos)	1.080.061	(32.875)	1.080.061	(32.875)
Lucro líquido do período	218.500	6.654	223.998	10.027
Lucro líquido atribuído aos acionistas controladores	218.500	6.654	218.500	6.654
Lucro atribuído aos acionistas não controladores			5.498	3.373
Despesas operacionais por função:				
Custos dos bens e/ou serviços vendidos	(1.175.277)	(1.465.530)	(7.502.780)	(7.441.532)
Despesas com vendas	(551.723)	(630.935)	(2.371.149)	(2.850.571)
Despesas gerais e administrativas	(761.999)	(642.446)	(1.946.430)	(1.815.696)
Outras receitas operacionais	189.999	139.774	547.170	1.962.983
Outras despesas operacionais	(441.203)	(427.376)	(1.131.665)	(1.242.980)
Resultado de equivalência patrimonial	(272.958)	791.018	514	(2.727)
Total das despesas operacionais	(3.013.161)	(2.235.495)	(12.404.340)	(11.390.523)

- (i) Inclui despesa de equivalência patrimonial de R\$ 272.958 na controladora (receita de R\$ 791.018 – 30/06/2014) e receita de R\$ 514 (despesa de R\$ 2.727 – 30/06/2014) no consolidado.
- (ii) As outras receitas (despesas) operacionais, líquidas no período de seis meses findo em 30 de junho de 2015 incluem essencialmente custos associados às rescisões trabalhistas ocorridas nesse período. Em junho de 2014, as outras receitas (despesas) operacionais, líquidas incluem essencialmente o ganho na venda, líquido de despesas de transação, no montante de R\$ 1,3 bilhão registrado no âmbito do acordo firmado em 3 de dezembro de 2013 pela Companhia com a SBA Torres Brasil, para a transferência de ações representativas a 100% do capital

Notas Explicativas

social de uma das suas subsidiárias detentora de 2.007 torres de telecomunicações usadas na prestação de serviços de telefonia móvel.

- (iii) Incluem resultados das operações de África, classificados no balanço como ativos e passivos mantidos para venda.

6. RESULTADO FINANCEIRO

	Período de três meses findos em			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2015	30/06/2014	30/06/2015	30/06/2014
Receitas financeiras				
Juros e variações monetárias sobre outros ativos	122.843	89.390	258.078	186.345
Rendimentos de aplicações financeiras	16.209	66.025	67.715	116.332
Juros e variações monetárias sobre empréstimos a receber de partes relacionadas	84.720	26.923		
Dividendos recebidos (i)				28.985
Variação cambial sobre aplicações financeiras no exterior	3.653	(529)	(179.744)	(14.289)
Outras receitas (ii)	331.638	62.195	424.334	56.726
Total	559.063	244.004	570.383	374.099
Despesas financeiras e outros encargos				
a) Despesas com empréstimos e financiamentos				
Variação monetária e cambial sobre empréstimos a pagar a terceiros	340.481	289.651	626.890	391.624
Operações de instrumentos financeiros derivativos	(571.685)	(532.779)	(841.344)	(626.589)
Juros sobre empréstimos a pagar a terceiros	(264.492)	(173.318)	(679.850)	(463.157)
Juros sobre debêntures	(263.636)	(231.790)	(264.382)	(232.491)
Juros e variações monetárias sobre empréstimos a pagar a partes relacionadas	(78.846)	(68.154)		
Sub-total:	(838.178)	(716.390)	(1.158.686)	(930.613)
b) Outros encargos				
Juros e variações monetárias sobre outros passivos	(65.573)	(67.304)	(283.002)	(197.466)
Atualização monetária de provisões	(3.360)	(60.637)	(62.786)	(105.118)
Imposto sobre operações financeiras e encargos bancários	(94.592)	(23.551)	(154.006)	(59.226)
Juros sobre impostos e contribuições parcelados - refinanciamento fiscal	(13.600)	(13.780)	(29.084)	(26.328)
Outras despesas	(15.326)	(17.796)	(92.419)	(92.976)
Sub-total:	(192.451)	(183.068)	(621.297)	(481.114)
Total	(1.030.629)	(899.458)	(1.779.983)	(1.411.727)
Resultado financeiro	(471.566)	(655.454)	(1.209.600)	(1.037.628)

Notas Explicativas

	Período de seis meses findos em			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2015	30/06/2014	30/06/2015	30/06/2014
Receitas financeiras				
Juros e variações monetárias sobre outros ativos	192.164	184.166	445.177	382.107
Rendimentos de aplicações financeiras	28.159	101.710	112.394	190.584
Juros e variações monetárias sobre empréstimos a receber de partes relacionadas	146.320	55.347		
Dividendos recebidos (i)				29.611
Variação cambial sobre aplicações financeiras no exterior	11.763	(1.512)	(135.226)	(19.908)
Outras receitas (ii)	362.028	82.964	454.959	70.720
Total	740.434	422.675	877.304	653.114
Despesas financeiras e outros encargos				
a) Despesas com empréstimos e financiamentos				
Variação monetária e cambial sobre empréstimos a pagar a terceiros	(1.767.481)	643.320	(2.130.000)	884.195
Operações de instrumentos financeiros derivativos	1.258.503	(1.082.439)	1.722.051	(1.356.600)
Juros sobre empréstimos a pagar a terceiros	(539.812)	(345.650)	(1.291.382)	(927.077)
Juros sobre debêntures	(549.666)	(504.551)	(551.137)	(505.933)
Juros e variações monetárias sobre empréstimos a pagar a partes relacionadas	(162.366)	(140.617)		
Sub-total:	(1.760.822)	(1.429.937)	(2.250.468)	(1.905.415)
b) Outros encargos				
Juros e variações monetárias sobre outros passivos	(113.682)	(137.744)	(510.998)	(403.769)
Atualização monetária de provisões	(20.418)	(112.297)	(115.362)	(203.791)
Imposto sobre operações financeiras e encargos bancários	(136.343)	(43.215)	(252.283)	(105.646)
Juros sobre impostos e contribuições parcelados - refinanciamento fiscal	(27.380)	(27.446)	(52.864)	(52.337)
Outras despesas	(41.679)	(50.426)	(174.016)	(213.627)
Sub-total:	(339.502)	(371.128)	(1.105.523)	(979.170)
Total	(2.100.324)	(1.801.065)	(3.355.991)	(2.884.585)
Resultado financeiro	(1.359.890)	(1.378.390)	(2.478.687)	(2.231.471)

(i) Em maio de 2014, a controlada TMAR recebeu dividendos da Pharol de € 0,10 por ação, perfazendo o montante de € 8.965, os quais haviam sido atribuídos em 30 de abril de 2014.

(ii) Refere-se, substancialmente, ao ganho nas operações de recompra de debêntures.

Notas Explicativas

7. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO

Os tributos sobre a renda abrangem o imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro. A alíquota para imposto de renda é de 25% e a alíquota para contribuição social é de 9%, produzindo uma taxa tributária nominal combinada de 34%.

Os registros relativos à provisão de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro reconhecidos no resultado são os seguintes:

	Período de três meses findos em			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2015	30/06/2014	30/06/2015	30/06/2014
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro				
Tributos correntes	(1.743)	11.671	(126.561)	(2.096)
Tributos diferidos	117.107	212.409	267.684	98.475
Total	115.364	224.080	141.123	96.379

	Período de três meses findos em			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2015	30/06/2014	30/06/2015	30/06/2014
Prejuízo antes das tributações	(608.053)	(412.064)	(583.090)	(280.990)
Resultado das empresas não sujeitas ao cálculo de IRPJ/CSLL			23.536	(39.845)
Total do resultado tributado IRPJ E CSLL	(608.053)	(412.064)	(559.554)	(320.835)
IRPJ + CSLL sobre o resultado tributado	206.738	140.102	190.248	109.084
Equivalência patrimonial	(130.495)	43.236	28	(39)
Efeito tributário dos JSCP	544			
Incentivos fiscais (basicamente, lucro da exploração) (i)	6	12	5.289	8.006
Exclusões (adições) permanentes (ii)	38.571	40.730	(27.953)	(3.806)
Compensação de prejuízos fiscais/base negativa da CSLL				280
Ativo fiscal diferido não constituído (iii)			(21.345)	(18.716)
Efeitos de taxas de imposto diferenciadas (iv)			(5.144)	1.570
Efeito de IRPJ/CSLL na demonstração de resultado	115.364	224.080	141.123	96.379

	Período de seis meses findos em			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2015	30/06/2014	30/06/2015	30/06/2014
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro				
Tributos correntes	(12.512)	(1.177)	(397.604)	(399.731)
Tributos diferidos	374.562	360.602	600.847	108.536
Total	362.050	359.425	203.243	(291.195)

Notas Explicativas

	Período de seis meses findos em			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2015	30/06/2014	30/06/2015	30/06/2014
Lucro (prejuízo) antes das tributações	(1.223.611)	(319.896)	(1.059.306)	334.097
Resultado das empresas não sujeitas ao cálculo de IRPJ/CSLL			(85.839)	(23.815)
Total do resultado tributado	(1.223.611)	(319.896)	(1.145.145)	310.282
IRPJ E CSLL				
IRPJ + CSLL sobre o resultado tributado	416.028	108.765	389.349	(105.496)
Equivalência patrimonial	(92.806)	268.946	175	(927)
Efeito tributário dos JSCP	1.087			
Incentivos fiscais (basicamente, lucro da exploração) (i)	93	12	16.081	27.103
Exclusões (adições) permanentes (ii)	37.648	(18.298)	(145.159)	(161.429)
Compensação de prejuízos fiscais/base negativa da CSLL				445
Ativo fiscal diferido não constituído (iii)			(57.203)	(52.464)
Efeitos de taxas de imposto diferenciadas (iv)				1.573
Efeito de IRPJ/CSLL na demonstração de resultado	362.050	359.425	203.243	(291.195)

- (i) Refere-se ao lucro da exploração reconhecido no resultado da controlada Oi Móvel, pela aplicação da Lei nº 11.638/2007.
- (ii) Os principais itens de efeitos tributários de exclusão (adição) permanentes são: multas indedutíveis, patrocínios e doações indedutíveis, receitas de dividendos prescritos.
- (iii) Referem-se a ajustes aos ativos fiscais diferidos em decorrência de controladas que não constituem crédito tributário sobre prejuízos fiscais e base negativa.
- (iv) Esta rubrica corresponde aos efeitos da diferença entre a taxa de imposto aplicável no Brasil e as taxas de imposto aplicáveis a outras empresas do Grupo, nomeadamente às operações na África.

As Informações Trimestrais findas em 30 de junho de 2015 foram elaboradas considerando as melhores estimativas da Administração e os procedimentos instituídos pela Lei nº 12.973/2014.

A Administração efetuou uma avaliação inicial dos aspectos relevantes às suas operações/atividades, tendo por base as inovações na legislação fiscal trazidas pela Medida Provisória nº 627, de 11 de novembro de 2013 (“MP 627/2013”) e as posteriores alterações promovidas em seu texto original durante a sua tramitação pelo Congresso Nacional, resultando no Projeto de Lei de Conversão nº 02/2014 (“PLV 02/2014”), bem como o disposto na Instrução Normativa nº 1.397, de 16 de setembro de 2013, alterada pela IN nº 1.422 de 19 de dezembro de 2013 (“IN 1397/2013”). A partir desta avaliação, a Administração não apurou impactos relevantes em comparação ao regime em vigor até 31 de dezembro de 2014 (para os não optantes pela antecipação dos efeitos da Lei nº 12.973/2014).

Ressalta-se que, o PLV 02/2014 resultou na publicação, em 14 de maio de 2014, da Lei nº 12.973/2014, a qual, em uma análise preliminar, não altera as conclusões acima expostas. A Companhia não optou por antecipar os efeitos decorrentes da referida lei, passando a sujeitar-se às suas disposições a partir de 1 de janeiro de 2015.

Notas Explicativas

8. CAIXA, EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS

As aplicações financeiras realizadas pela Companhia e suas controladas, nos períodos findos em 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014, são classificadas como mantidas para negociação e são mensuradas pelos respectivos valores justos.

(a) Caixa e equivalentes de caixa

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2015	31/12/2014	30/06/2015	31/12/2014
Caixa e contas bancárias	652.783	110.239	1.070.274	532.285
Equivalentes de caixa	262.829	243.845	12.425.314	1.916.921
Total	915.612	354.084	13.495.588	2.449.206
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2015	31/12/2014	30/06/2015	31/12/2014
“Time Deposits”	32.087	31.426	11.297.294	187.117
Fundos de investimentos exclusivos	191.184	159.412	813.445	1.007.728
Operações compromissadas	37.914	36.184	159.276	66.183
CDB – Certificado de Depósito Bancário	127	15.383	150.913	652.948
Outros	1.517	1.440	4.386	2.945
Equivalentes de caixa	262.829	243.845	12.425.314	1.916.921

(b) Aplicações financeiras

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2015	31/12/2014	30/06/2015	31/12/2014
“Time Deposits”			2.854.069	
Fundos de investimentos exclusivos	19.534	24.437	167.909	171.415
Títulos privados	19.418	18.465	118.816	111.285
Total	38.952	42.902	3.140.794	282.700
Circulante	19.534	24.437	3.021.978	171.415
Não circulante	19.418	18.465	118.816	111.285

(c) Composição das carteiras dos fundos de investimentos exclusivos

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2015	31/12/2014	30/06/2015	31/12/2014
Operações compromissadas	115.882	124.438	406.291	707.304
CDB – Certificado de Depósito Bancário	74.359	33.492	390.575	267.168
“Time Deposits”			1.049	18.406
Outros	943	1.482	15.530	14.850
Títulos classificados em equivalentes de caixa	191.184	159.412	813.445	1.007.728
Títulos públicos	14.167	19.551	167.909	171.415
Outros	5.367	4.886		
Títulos classificados em aplicações financeiras de curto prazo	19.534	24.437	167.909	171.415
Total aplicado em fundos exclusivos	210.718	183.849	981.354	1.179.143

A Companhia e suas controladas possuem aplicações financeiras em fundos de investimentos exclusivos no Brasil e no exterior, que possuem como objetivo remunerar o caixa, tendo como “benchmark”, o CDI no Brasil e a LIBOR no exterior.

Notas Explicativas

9. CONTAS A RECEBER

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2015	31/12/2014	30/06/2015	31/12/2014
Serviços faturados	1.987.166	1.576.128	5.896.865	5.481.028
Serviços a faturar	556.662	620.740	1.376.835	1.450.777
Aparelhos e acessórios vendidos	70.456	62.135	1.078.378	1.032.022
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(282.209)	(280.445)	(521.005)	(513.787)
Total	2.332.075	1.978.558	7.831.073	7.450.040

A composição por idade dos valores a receber é apresentada a seguir:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2015	31/12/2014	30/06/2015	31/12/2014
A vencer	2.024.556	1.779.255	6.394.470	5.878.915
Vencidas até 60 dias	371.217	368.536	1.040.526	1.388.330
Vencidas de 61 a 90 dias	46.348	33.351	176.859	136.200
Vencidas de 91 a 120 dias	27.719	23.723	149.112	113.212
Vencidas de 121 a 150 dias	28.418	20.395	123.852	102.139
Vencidas acima de 150 dias	116.026	33.743	467.259	345.031
Total	2.614.284	2.259.003	8.352.078	7.963.827

As movimentações na provisão para créditos de liquidação duvidosa de clientes são as seguintes:

	CONTROLADORA	CONSOLIDADO
Saldo em 31/12/2014	(280.445)	(513.787)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(49.006)	(324.148)
Contas a receber de clientes baixadas como incobráveis	47.242	316.930
Saldo em 30/06/2015	(282.209)	(521.005)

10. TRIBUTOS CORRENTES E DIFERIDOS SOBRE A RENDA

	ATIVO			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2015	31/12/2014	30/06/2015	31/12/2014
Tributos correntes a recuperar				
IR a recuperar (i)	2.377	18.299	42.791	485.929
CS a recuperar (i)	7.553	6.597	106.343	182.772
IRRF/CS – Impostos retidos na fonte (ii)	220.888	194.785	427.586	428.488
Total circulante	230.818	219.681	576.720	1.097.189
Tributos diferidos a recuperar				
IR sobre créditos fiscais – ágio incorporado (iii)	1.118.644	1.180.524	1.118.644	1.180.524
CS sobre créditos fiscais – ágio incorporado (iii)	402.712	424.989	402.712	424.989
IR sobre diferenças temporárias (iv)	1.318.228	921.367	2.420.040	2.073.875
CS sobre diferenças temporárias (iv)	468.849	326.848	779.360	655.156
IR sobre prejuízos fiscais (iv)	1.162.352	1.136.874	2.591.609	2.353.806
CS sobre base negativa (iv)	370.327	360.169	964.895	876.478
Subtotal – Tributos diferidos a recuperar	4.841.112	4.350.771	8.277.260	7.564.828
Outros tributos diferidos a recuperar (v)	82.474	30.490	252.762	60.944
Total não circulante	4.923.586	4.381.261	8.530.022	7.625.772

Notas Explicativas

	PASSIVO			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2015	31/12/2014	30/06/2015	31/12/2014
Tributos correntes a recolher				
IR a pagar	1.278	12.491	146.391	306.366
CS a pagar	55.343	59.386	112.723	170.916
Total circulante	56.621	71.877	259.114	477.282

- (i) Referem-se principalmente a antecipações de IR e CS, os quais serão compensados com tributos federais a serem apurados futuramente.
- (ii) Referem-se a créditos de IRRF sobre aplicações financeiras, mútuo, órgãos públicos e outros que são utilizados como dedução nas apurações dos períodos e CS retida na fonte sobre serviços prestados a órgãos públicos.
- (iii) A Companhia incorporou montantes de imposto de renda e contribuição social diferidos apurados sob a forma de benefício fiscal originado dos ágios pagos na aquisição da Companhia registrados pelas empresas incorporadas no decorrer do ano de 2009. A realização do crédito fiscal decorre da amortização do saldo de ágio fundamentado na licença de STFC e na mais valia do imobilizado, com aproveitamento fiscal previsto até 2034.
- (iv) Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que seja provável que existirá base tributável positiva para a qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas e prejuízos fiscais possam ser compensados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de encerramento de exercício e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável. A Companhia e suas controladas compensam seus prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social, até o limite de 30% do lucro fiscal apurado, conforme legislação fiscal vigente.

Adicionalmente, para as controladas diretas e indiretas que não apresentaram, em 30 de junho de 2015, históricos de rentabilidade e/ou expectativa de geração de lucros tributáveis, os créditos tributários sobre os prejuízos fiscais de imposto de renda e da base negativa da contribuição social não foram reconhecidos na sua totalidade, bem como, os créditos tributários sobre diferenças temporárias. Os créditos não reconhecidos contabilmente totalizam R\$ 274.794 (31/12/2014 - R\$ 217.655).

A seguir estão apresentados os prazos de expectativa de realização dos ativos de tributos diferidos, provenientes dos créditos tributários sobre os prejuízos fiscais de imposto de renda e da base negativa da contribuição social e diferenças temporárias:

	CONTROLADORA	CONSOLIDADO
2015		206.766
2016	181.629	380.572
2017	191.179	408.751
2018	340.523	526.947
2019	474.487	988.340
De 2020 a 2022	1.820.054	3.459.838
De 2023 a 2024	311.884	784.690
Total	3.319.756	6.755.904

Notas Explicativas

- (v) Referem-se principalmente a antecipações de IR e CS realizadas em anos anteriores, que serão compensadas com tributos federais.

Movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos

	CONTROLADORA			
	Saldo em 31/12/2014	Reconhecido no resultado de IR/CS diferidos	Reconhecido diretamente no Patrimônio líquido	Saldo em 30/06/2015
Impostos diferidos ativos com relação a:				
Diferenças temporárias				
Provisões	1.004.660	53.048		1.057.708
Provisões de tributos com exigibilidade suspensa	33.961	2.193		36.154
Provisões para fundos de pensão e efeitos do CPC 33 (R1) (IAS 19 R)	182.942	(36.235)	(3.559)	143.148
Provisões para créditos de liquidação duvidosa	101.596	1.901		103.497
Participação nos lucros	32.019	(15.756)		16.263
Variações cambiais	324.681	539.502		864.183
Ágio incorporado	1.605.513	(84.157)		1.521.356
Contabilidade de "hedge"	(63.526)		10.286	(53.240)
Outras adições e exclusões temporárias	(368.118)	(45.037)	32.519	(380.636)
Prejuízos fiscais e base negativa de CSLL				
Prejuízos fiscais	1.136.874	25.478		1.162.352
Base negativa de CSLL	360.169	10.158		370.327
Total	4.350.771	451.095	39.246	4.841.112

	CONSOLIDADO			
	Saldo em 31/12/2014	Reconhecido no resultado de IR/CS diferidos	Reconhecido diretamente no Patrimônio líquido	Saldo em 30/06/2015
Impostos diferidos ativos com relação a:				
Diferenças temporárias				
Provisões	1.534.792	75.755		1.610.547
Provisões de tributos com exigibilidade suspensa	133.958	2.423		136.381
Provisões para fundos de pensão e efeitos do CPC 33 (R1) (IAS 19 R)	183.148	(37.184)	(3.559)	142.405
Provisões para créditos de liquidação duvidosa	592.279	53.384		645.663
Participação nos lucros	86.534	(65.216)		21.318
Variações cambiais	556.389	532.053		1.088.442
Ágio incorporado	1.605.513	(84.157)		1.521.356
Contabilidade de "hedge"	(63.695)		6.062	(57.633)
Outras adições e exclusões temporárias	(294.374)	(125.868)	32.519	(387.723)
Prejuízos fiscais e base negativa de CSLL				
Prejuízos fiscais	2.353.806	237.803		2.591.609
Base negativa de CSLL	876.478	88.417		964.895
Total	7.564.828	677.410	35.022	8.277.260

Notas Explicativas

11. OUTROS TRIBUTOS

	ATIVO			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2015	31/12/2014	30/06/2015	31/12/2014
ICMS a recuperar (i)	404.562	414.280	1.399.334	1.512.543
PIS e COFINS	18.503	17.184	157.795	181.772
Outros	14.993	14.811	96.444	101.851
Total	438.058	446.275	1.653.573	1.796.166
Circulante	245.570	247.507	956.691	1.054.255
Não circulante	192.488	198.768	696.882	741.911

	PASSIVO			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2015	31/12/2014	30/06/2015	31/12/2014
ICMS	297.999	278.999	677.094	709.126
ICMS Convênio nº 69/1998	17.796	16.884	76.510	80.287
PIS e COFINS	340.669	385.613	607.449	664.278
FUST/FUNTEL/Radiodifusão	107.947	107.637	831.331	807.576
Outros	87.338	109.993	144.652	281.059
Total	851.749	899.126	2.337.036	2.542.326
Circulante	758.864	810.513	1.434.876	1.667.599
Não circulante	92.885	88.613	902.160	874.727

(i) O ICMS a recuperar é decorrente, em sua maior parte, das antecipações e dos créditos constituídos na aquisição de bens do imobilizado, cuja compensação com as obrigações fiscais desse imposto ocorre em até 48 meses, de acordo com a Lei Complementar nº 102/2000.

12. DEPÓSITOS E BLOQUEIOS JUDICIAIS

Em algumas situações, por exigência legal ou por apresentação de garantias, são efetuados depósitos judiciais para garantir a continuidade dos processos em discussão. Esses depósitos judiciais podem ser exigidos para processos cuja probabilidade de perda foi avaliada pela Companhia, fundamentada na opinião de seus assessores jurídicos, como provável, possível ou remota.

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2015	31/12/2014	30/06/2015	31/12/2014
Cíveis	7.209.500	6.967.000	9.217.773	8.919.658
Tributárias	654.801	639.013	2.565.156	2.466.187
Trabalhistas	1.282.948	1.161.776	2.205.769	2.007.822
Total	9.147.249	8.767.789	13.988.698	13.393.667
Circulante	910.029	881.595	1.231.144	1.133.639
Não circulante	8.237.220	7.886.194	12.757.554	12.260.028

Conforme estabelecido pelas respectivas legislações, os depósitos judiciais são atualizados monetariamente.

Notas Explicativas

13. INVESTIMENTOS

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2015	31/12/2014	30/06/2015	31/12/2014
Investimentos em controladas	16.981.400	19.160.523		
Negócios em conjunto			69.212	74.803
Incentivos fiscais, líquidos das provisões para perdas	10.273	10.273	31.579	31.579
Ágio "Goodwill"	11.618	11.618		
Outros investimentos	3.799	3.799	42.173	42.029
Total	17.007.090	19.186.213	142.964	148.411

Conforme mencionado na Nota 1, no processo de venda da PT Portugal para Altice, a Companhia passou a deter investimento direto nas empresas PT Participações, PTIF, CVTEL e Carrigans.

Resumo das movimentações dos saldos de investimento

	CONTROLADORA	CONSOLIDADO
Saldo em 31/12/2014	19.186.213	148.411
Transferência de ativos mantidos para venda para investimentos	(1.858.415)	
Equivalência patrimonial	(272.958)	514
Equivalência reflexa sobre outros resultados abrangentes em controladas	8.201	
Equivalência patrimonial reconhecida em ativos mantidos para venda	(1.135)	(6.105)
Dividendos de controladas	(54.816)	
Outros		144
Saldo em 30/06/2015	17.007.090	142.964

Os principais dados relativos às participações diretas em controladas são os seguintes:

			CONTROLADORA			
			30/06/2015			
			Quantidade em milhares		Participação - %	
Controladas	Patrimônio líquido	Lucro (prejuízo) líquido do período	Ações		Capital total	Capital votante
			Ordinárias	Preferenciais		
TMAR	18.355.055	(295.300)	154.032.213	189.400.783	100	100
Rio Alto	552.834	110.099	215.538.129		50	100
Oi Holanda	57.631	(82.939)	100		100	100
Oi Serviços Financeiros	5.510	5.509	799		100	100
PTIF	(1.873.185)	(14.673)	0,042		100	100
CVTEL	(34)	(51)	18		100	100
Carrigans	80		0,100		100	100

Notas Explicativas

	CONTROLADORA					
	Equivalência patrimonial				Valor do investimento	
	Períodos de três meses findos em		Períodos de seis meses findos em			
Controladas	30/06/2015	30/06/2014	30/06/2015	30/06/2014	30/06/2015	31/12/2014
TMAR	(244.608)	(1.935)	(295.300)	637.332	18.355.055	18.642.154
Rio Alto	25.268	62.097	55.050	82.918	276.417	269.445
Oi Holanda	(193.401)	33.961	(82.939)	36.012	57.631	140.570
Oi Serviços Financeiros	1.301	4.284	5.509	5.530	5.510	6.740
PTIF	(14.673)		(14.673)		(1.873.185)	
CVTEL	(51)		(51)		(34)	
Carrigans					80	
Resultado não realizado com investidas	47.760	6.742	58.311	6.136	159.926	101.614
Operações na África (i)	(5.406)	32.875	1.135	32.875		
PT Portugal (i)		(9.182)		(9.182)		
BrT Venezuela		(1.677)		(603)		
Total	(383.810)	127.165	(272.958)	791.018	16.981.400	19.160.523

(i) Refere-se a equivalência patrimonial dos investimentos nas operações em Portugal e África, classificadas como ativos mantidos para venda.

Informações financeiras resumidas

Controladas	30/06/2015		
	Ativos	Passivos	Receitas
TMAR	37.021.094	18.666.039	5.334.827
Oi Holanda	21.130.071	21.072.440	
PTIF	14.386.375	16.259.560	
Rio Alto	636.880	84.046	221.603
Oi Serviços Financeiros	72.675	67.165	4.883
CVTEL	105	139	

Controladas	31/12/2014		30/06/2014
	Ativos	Passivos	Receitas
TMAR	36.502.209	17.860.055	5.939.383
Oi Holanda	4.211.322	4.070.752	
Rio Alto	659.246	120.357	
Oi Serviços Financeiros	63.239	56.499	

Notas Explicativas

14. IMOBILIZADO

	CONTROLADORA						
	Obras em andamento	Equipamentos de comutação automática	Equipamentos de transmissão e outros (1)	Infraestrutura	Prédios	Outros ativos	Total
Custo do imobilizado (valor bruto)							
Saldo em 31/12/2014	470.227	5.260.523	17.922.151	3.900.121	1.066.939	1.983.544	30.603.505
Adições	423.191		28.085			6.282	457.558
Baixas		(710)	(5.072)	(21.868)		(1.025)	(28.675)
Transferências	(440.480)	(14.951)	197.456	227.885		30.090	
Saldo em 30/06/2015	452.938	5.244.862	18.142.620	4.106.138	1.066.939	2.018.891	31.032.388
Depreciação acumulada							
Saldo em 31/12/2014		(5.089.334)	(14.967.386)	(2.763.723)	(744.020)	(1.463.721)	(25.028.184)
Despesas de depreciação		(20.700)	(207.025)	(150.554)	(10.977)	(35.238)	(424.494)
Baixas			4.786	21.032		968	26.786
Transferências		9.452	16.983	(19.391)		(7.044)	
Saldo em 30/06/2015		(5.100.582)	(15.152.642)	(2.912.636)	(754.997)	(1.505.035)	(25.425.892)
Imobilizado líquido							
Saldo em 31/12/2014	470.227	171.189	2.954.765	1.136.398	322.919	519.823	5.575.321
Saldo em 30/06/2015	452.938	144.280	2.989.978	1.193.502	311.942	513.856	5.606.496
Taxa anual de depreciação (média)		11%	10%	8%	8%	12%	

(1) Os equipamentos de transmissão e outros incluem equipamentos de transmissão e comunicação de dados.

	CONSOLIDADO						
	Obras em andamento	Equipamentos de comutação automática	Equipamentos de transmissão e outros (1)	Infraestrutura	Prédios	Outros ativos	Total
Custo do imobilizado (valor bruto)							
Saldo em 31/12/2014	2.657.409	18.767.622	47.661.787	25.025.369	3.641.753	4.792.264	102.546.204
Adições	1.606.627		104.037	841	161	18.167	1.729.833
Baixas		(710)	(5.234)	(23.787)		(1.682)	(31.413)
Transferências	(2.289.682)	37.558	1.082.338	974.071		195.715	
Saldo em 30/06/2015	1.974.354	18.804.470	48.842.928	25.976.494	3.641.914	5.004.464	104.244.624
Depreciação acumulada							
Saldo em 31/12/2014		(16.536.253)	(34.693.873)	(19.637.902)	(1.773.042)	(4.235.108)	(76.876.178)
Despesas de depreciação		(171.503)	(1.018.227)	(527.147)	(40.202)	(118.211)	(1.875.290)
Baixas			5.080	22.868		995	28.943
Transferências		(25.392)	70.770	(15.759)		(29.619)	
Saldo em 30/06/2015		(16.733.148)	(35.636.250)	(20.157.940)	(1.813.244)	(4.381.943)	(78.722.525)
Imobilizado líquido							
Saldo em 31/12/2014	2.657.409	2.231.369	12.967.914	5.387.467	1.868.711	557.156	25.670.026
Saldo em 30/06/2015	1.974.354	2.071.322	13.206.678	5.818.554	1.828.670	622.521	25.522.099
Taxa anual de depreciação (média)		11%	10%	8%	8%	12%	

(1) Os equipamentos de transmissão e outros incluem equipamentos de transmissão e comunicação de dados.

Informações adicionais

De acordo com os contratos de concessão da ANATEL, todos os bens integrantes do patrimônio da Companhia, que sejam indispensáveis à prestação de serviços autorizados nos referidos contratos são denominados reversíveis, e integram o custo da concessão. Esses bens são revertidos à ANATEL ao término dos Contratos de Concessão não renovados.

Notas Explicativas

Em 30 de junho de 2015, o saldo residual dos bens reversíveis da controladora é de R\$ 2.854.343 (31/12/2014 – R\$ 2.841.541), composto por bens e instalações em andamento, equipamentos de comutação, transmissão e terminais de uso público, equipamentos de rede externa, equipamentos de energia e equipamentos de sistemas e suporte à operação. No consolidado, o referido saldo monta R\$ 8.306.441 (31/12/2014 - R\$ 8.199.356).

No período findo em 30 de junho de 2015, foram capitalizados encargos financeiros e custos de transação às obras em andamento na taxa média de 10% a.a.

15. INTANGÍVEL

	CONTROLADORA			
	Intangível em formação	Sistemas de processamento de dados	Outros	Total
Custo do intangível (valor bruto)				
Saldo em 31/12/2014	123.250	2.263.582	100.723	2.487.555
Adições	37.031		316	37.347
Baixas				
Transferências	(50.160)	50.133	27	
Saldo em 30/06/2015	110.121	2.313.715	101.066	2.524.902
Amortização acumulada				
Saldo em 31/12/2014		(2.175.576)	(72.148)	(2.247.724)
Despesas de amortização		(32.889)	(879)	(33.768)
Saldo em 30/06/2015		(2.208.465)	(73.027)	(2.281.492)
Intangível líquido				
Saldo em 31/12/2014	123.250	88.006	28.575	239.831
Saldo em 30/06/2015	110.121	105.250	28.039	243.410
Taxa anual de amortização (média)		20%	20%	

	CONSOLIDADO					
	Ágios	Intangível em formação	Sistemas de processamento de dados	Licenças regulatórias	Outros	Total
Custo do intangível (valor bruto)						
Saldo em 31/12/2014	613.719	156.718	7.310.309	4.041.011	1.160.211	13.281.968
Adições		255.165	10.945		25.131	291.241
Baixas						
Transferências		(290.747)	283.206		7.541	
Saldo em 30/06/2015	613.719	121.136	7.604.460	4.041.011	1.192.883	13.573.209
Amortização acumulada						
Saldo em 31/12/2014	(459.645)		(5.874.996)	(2.394.221)	(862.128)	(9.590.990)
Despesas de amortização			(281.630)	(152.653)	(83.106)	(517.389)
Saldo em 30/06/2015	(459.645)		(6.156.626)	(2.546.874)	(945.234)	(10.108.379)
Intangível líquido						
Saldo em 31/12/2014	154.074	156.718	1.435.313	1.646.790	298.083	3.690.978
Saldo em 30/06/2015	154.074	121.136	1.447.834	1.494.137	247.649	3.464.830
Taxa anual de amortização (média)			20%	9%	16%	

Ágios (“Goodwill”)

A Companhia e suas controladas possuem ágios na aquisição de investimentos fundamentados na expectativa de rentabilidade futura (“goodwill”).

Notas Explicativas

Em dezembro de 2014 foram realizadas as análises anuais do valor recuperável, teste de "impairment", baseadas em projeções de fluxo de caixa descontados de dez anos, prazo pelo qual a entidade estimava recuperar os investimentos quando da aquisição dos negócios, aplicando a taxa média de crescimento de 24,2% para TV, 14,5% para Meios de pagamento, 6,0% para provedor de internet RII e 4,7% para Multimídia RII, taxa de desconto de 12,3% e utilização de perpetuidade no último ano. Os resultados dos testes não apuraram perdas, conforme resumido no quadro abaixo:

Unidade Geradora de Caixa (UGC)	Saldo dos ativos	Ágio ("goodwill") alocado à UGC	Base para avaliação do valor recuperável	Valor em uso
TV	46.723	37.690	84.413	912.893
Meios de pagamento	77.591	36.211	113.802	139.781
Provedor de internet RII	27.189	72.828	100.017	287.755
Multimídia RII	169.474	7.345	176.819	650.116
Total	320.977	154.074	475.051	1.990.545

16. FORNECEDORES

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2015	31/12/2014	30/06/2015	31/12/2014
Materiais de infraestrutura, rede e manutenção da planta	309.124	218.879	1.629.173	1.708.777
Serviços	846.012	828.806	1.929.369	1.985.629
Aluguel de postes e direito de passagem	97.359	274.261	416.920	422.423
Outros	91.091	75.664	60.118	219.737
Total	1.343.586	1.397.610	4.035.580	4.336.566

Notas Explicativas

17. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Empréstimos e financiamentos por natureza

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO			
	30/06/2015	31/12/2014	30/06/2015	31/12/2014	Vencimento (Principal e Juros)	TIR %
Bancos de desenvolvimento - BNDES	1.004.157	1.007.146	5.589.894	5.871.576	jun/2015 à jul/2021	
Debêntures públicas	4.639.637	7.760.378	4.688.118	7.807.389	jun/2015 à jul/2021	11,85
Debêntures privadas	877.265	875.369			jun/2015 à mai/2022	15,84
Instituições financeiras	14.301.526	10.910.435	44.469.626	22.644.230		
Cédula de Crédito Bancário - CCB	1.311.823	1.310.573	3.727.799	4.503.810	jun/2015 à jan/2028	12,06
“Senior Notes” - Moeda nacional	1.136.801	1.136.801	1.136.801	1.136.801	jun/2015 à set/2016	11,91
CRI - Certificados de Recebíveis Imobiliários	532.965	482.302	1.654.137	1.496.674	jun/2015 à ago/2022	12,71
ECA - “Export Credit Agency” - Agência de crédito à exportação	817.008	246.260	4.373.901	3.532.048	jun/2015 à mai/2022	10,99
“Senior Notes” - Moeda estrangeira (i)	8.205.505	7.613.340	31.049.980	11.600.563	jun/2015 à fev/2022	10,86
Linha de Crédito Rotativo	2.177.764		2.177.764			3,62
Outros	119.660	121.159	349.244	374.334	jun/2015 à dez/2033	10,77
Mútuo com controladas	6.964.134	4.377.484			jun/2015 à fev/2022	15,84
Subtotal	27.786.719	24.930.812	54.747.638	36.323.195		
Custo de transação incorrido	(302.566)	(289.380)	(540.400)	(473.800)		
Total	27.484.153	24.641.432	54.207.238	35.849.395		
Circulante	1.944.453	1.901.051	6.955.931	4.463.728		
Não circulante	25.539.700	22.740.381	47.251.307	31.385.667		

(i) Em 2014 a Companhia adquiriu obrigações próprias com vencimento em 2022, no valor nominal de US\$ 33 milhões (R\$ 103 milhões - 30/06/2015), as quais a Companhia pretende cancelar ou manter até o vencimento.

Em 2 de junho de 2015 foi efetivada a venda da PT Portugal para a Altice S.A.. Como parte do processo de venda da PT Portugal o endividamento da subsidiária PTIF, classificado anteriormente como passivos associados a ativos mantidos para venda, foi reclassificado para endividamento da Companhia. As dívidas originárias são representadas principalmente pela emissão de EMTN “Notes” com vencimento entre 2016 a 2025.

Custos de transações por natureza

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2015	31/12/2014	30/06/2015	31/12/2014
Instituições financeiras	291.141	258.227	525.427	438.690
BNDES	10.834	640	10.834	4.597
Debêntures públicas	591	30.513	4.139	30.513
Total	302.566	289.380	540.400	473.800
Circulante	65.772	63.711	125.746	107.695
Não circulante	236.794	225.669	414.654	366.105

Composição da dívida por moeda

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2015	31/12/2014	30/06/2015	31/12/2014
Euro	2.137.570	2.412.691	20.449.047	2.412.691
Reais	16.553.160	17.011.096	17.060.847	21.068.153
Dólar Norte Americano	8.793.423	5.217.645	16.697.344	12.368.551
Total	27.484.153	24.641.432	54.207.238	35.849.395

Notas Explicativas

Composição da dívida por indexador

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2015	31/12/2014	30/06/2015	31/12/2014
Taxa pré-fixada	9.376.460	8.765.810	33.524.187	14.146.444
CDI	13.647.058	11.982.478	8.121.240	9.811.490
Libor	2.912.805	225.873	5.675.447	2.762.046
TJLP	779.030	777.669	4.917.175	5.149.392
IPCA	649.140	2.768.443	1.789.513	3.798.431
INPC	119.660	121.159	179.676	181.592
Total	27.484.153	24.641.432	54.207.238	35.849.395

Cronograma de vencimento da dívida de longo prazo e cronograma de apropriação do custo de transação

	Dívida de longo prazo		Custo de transação	
	CONTROLADORA	CONSOLIDADO	CONTROLADORA	CONSOLIDADO
	30/06/2015			
2016	4.538.786	6.722.355	29.436	52.293
2017	3.742.083	8.476.401	52.818	95.602
2018	1.118.534	6.271.643	48.255	86.627
2019	2.336.752	6.029.128	44.514	76.474
2020 e exercícios seguintes	14.040.339	20.166.434	61.771	103.657
Total	25.776.494	47.665.961	236.794	414.654

Descrição das principais captações de empréstimos e financiamentos

Financiamento em moeda nacional

Bancos de Desenvolvimento

A Companhia e suas subsidiárias contratam financiamentos junto ao BNDES com o objetivo de financiar a expansão e melhoria da qualidade de rede fixa e móvel em todo o território nacional e atendimento às obrigações regulatórias.

Adicionalmente, a Companhia e suas controladas possuem vigentes contratos de financiamento com o BNDES e outros bancos de desenvolvimento da região Norte e Nordeste, celebrados nos anos de 2009, 2010, 2012 e 2014 para amparar seus projetos de investimento com os objetivos já mencionados.

Financiamentos em moeda estrangeira

“Senior Notes”

Em junho de 2015 a Companhia emitiu “Senior Notes” no montante de 600 milhões de Euros, com taxa de remuneração de 5,625% a.a. e vencimento em 2021, com o objetivo de refinanciar as dívidas da Oi e de suas subsidiárias. Com base nos recursos captados com a referida emissão a Companhia realizou aquisições no montante total de € 148 milhões de “Notes” anteriormente emitidas com vencimento em fevereiro de 2016 e cupom de 5,625% e com vencimento em março de 2017 e cupom de 5,242%. Além disso, houve a adesão de troca por “Notes” da nova emissão, no montante total de € 173 milhões das “Notes” com vencimento em fevereiro de 2016 e cupom de 5,625% com vencimento em março de 2017 e cupom de 5,242% e com vencimento em dezembro de 2017 e cupom de 5,125%.

Notas Explicativas

Linha de crédito rotativo

Em maio de 2015 foram desembolsados US\$ 300 milhões (R\$ 955,7 milhões), e em abril de 2015 foram desembolsados US\$ 400 milhões (R\$ 1.167,7 milhões) da linha de crédito rotativo (“*Revolver Credit Facility*”) assinada pela Oi junto à instituições financeiras (Citigroup Global Markets Inc., HSBC Securities (USA) Inc. Merrill Lynch, Pierce, Fenner & Smith Incorporated and RBS Securities Inc.) em outubro de 2011, no valor de US\$ 1.000 milhão com o objetivo de prover capital de giro para a Oi e suas subsidiárias ou para outros propósitos em geral.

Linhas de crédito de ECA

A Companhia e a TMAR contratam financiamentos junto a agências de crédito à exportação com o objetivo de financiar parte dos investimentos em equipamentos e serviços que incorporam tecnologia internacional.

A TMAR possui vigente contratos com as principais agências de crédito à exportação, dentre elas: SEK – “*Swedish Export Corporation*”; CDB – “*China Development Bank*”; ONDD – “*Office National Du Ducroire*”; e FEC – “*Finnish Export Credit*”.

Debêntures públicas e privadas

				CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
Emissor	Emissão	Principal	Vencimento	30/06/2015	31/12/2014	30/06/2015	31/12/2014
Oi	10ª	R\$ 1.500 milhões	2019	1.548.937	1.633.137	1.548.937	1.633.137
Oi	9ª (i e ii)	R\$ 114 milhões	2020	140.079	2.386.594	140.079	2.386.594
Oi	8ª	R\$ 2.350 milhões	2018	2.351.299	2.352.258	2.351.299	2.352.258
Oi	7ª	R\$ 530 milhões	2017	590.815	1.047.432	590.815	1.047.432
Oi	5ª (2ª série) (iii)	R\$ 6 milhões	2020	8.507	340.957	8.507	340.957
TMAR	2ª	R\$ 31 milhões	2021			48.481	47.011
Debêntures públicas				4.639.637	7.760.378	4.688.118	7.807.389
Oi	6ª	R\$ 999 milhões	2022	877.265	875.369		
Debêntures privadas				877.265	875.369		

- (i) Recompra e imediato cancelamento da quantidade de 38.219 debêntures da 1ª Série da 9ª Emissão de Debêntures não conversíveis em ações, da espécie quirografária de distribuição pública, pelo PU de aquisição de R\$ 10.151,30.
- (ii) Recompra e imediato cancelamento da quantidade de 150.427 debêntures da 2ª Série da 9ª Emissão de Debêntures não conversíveis em ações, da espécie quirografária de distribuição pública, pelo PU de aquisição de R\$ 10.907,48.
- (iii) Recompra e imediato cancelamento da quantidade de 24.002 debêntures da 2ª Série da 5ª Emissão de Debêntures não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em duas séries, para distribuição pública, pelo PU de aquisição de R\$ 13.228,50.

As debêntures emitidas pela Companhia e suas controladas, não possuem cláusulas de repactuação.

Notas Explicativas

Garantias

Os financiamentos do BNDES possuem garantias em recebíveis da Companhia e de suas controladas TMAR e Oi Móvel. A Companhia presta aval a suas controladas TMAR e Oi Móvel para tais financiamentos no montante de R\$ 4.586 milhões.

Em 5 de maio de 2014 os EMTN “Notes” e contratos de financiamento vigentes da subsidiária PTIF passaram a contar com a garantia da Oi.

“Covenants”

A Companhia e suas controladas TMAR e Oi Móvel possuem obrigações no cumprimento de índices financeiros (“covenants”) nos contratos de financiamento junto ao BNDES, outras instituições financeiras e em suas emissões de Debêntures e Títulos. Os índices financeiros nos contratos com o BNDES são apurados semestralmente, em junho e dezembro. Os demais são apurados trimestralmente e anualmente.

A venda da PT Portugal levou a um aumento temporário da alavancagem financeira da Companhia, uma vez que a Oi manteve algumas dívidas da PT Portugal em seu balanço. Portanto, a Oi negociou “waivers” com os seus credores (os que levariam a um vencimento antecipado imediato) aumentando o seu limite de alavancagem para 6,0x durante todos os trimestres de 2014, voltando ao limite anterior de 4x para o primeiro trimestre de 2016.

Especificamente nos contratos com o BNDES das controladas, os índices financeiros são apurados com base nas informações contábeis/financeiras consolidadas da Companhia.

Em resultado da alienação da PT Portugal, existem esclarecimentos junto ao BNDES relativos à flexibilização dos respectivos efeitos no cálculo dos índices financeiros previstos nos contratos de financiamento, os quais não estão ainda concluídos à data de divulgação destas informações contábeis intermediárias. O eventual não cumprimento desses índices financeiros na data base de 30 de junho de 2015 não possibilita a declaração de vencimento antecipado pelo credor, no entanto este teria o direito contratual de solicitar o bloqueio de valores equivalentes em até três vezes o valor da próxima amortização dos respectivos financiamentos.

No fechamento das Informações Trimestrais findas em 30 de junho de 2015 não houve qualquer evento de vencimento antecipado de dívidas devido ao não cumprimento de quaisquer dos índices financeiros.

Linhas de crédito contratadas e não utilizadas

Em dezembro de 2014, a Companhia assinou um contrato de financiamento junto ao Banco do Nordeste do Brasil (BNB) no valor de R\$ 370,6 milhões com o objetivo de financiar parte dos investimentos na região do nordeste do Brasil durante os próximos dois anos. Não houve desembolso dessa linha até o momento.

Notas Explicativas

18. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2015	31/12/2014	30/06/2015	31/12/2014
Ativos				
Contratos de "swap" - cambial	2.687.055	2.113.061	3.768.301	2.871.904
Contratos de "swap" - taxa de juros	8.862	1.327	196.507	196.017
Contratos de NDF - "Non Deliverable Forward"	89.862	141.072	92.030	153.560
Contratos de Opção	14.669		14.669	
Total	2.800.448	2.255.460	4.071.507	3.221.481
Circulante	89.862	141.096	390.576	340.558
Não circulante	2.710.586	2.114.364	3.680.931	2.880.923
Passivos				
Contratos de "swap" - cambial	683.047	326.329	738.268	413.573
Contratos de "swap" - taxa de juros	220.213	233.643	225.042	241.138
Contratos de NDF - "Non Deliverable Forward"	171.064	11.864	181.124	12.211
Total	1.074.324	571.836	1.144.434	666.922
Circulante	967.300	444.106	1.037.410	523.951
Não circulante	107.024	127.730	107.024	142.971

19. AUTORIZAÇÕES E CONCESSÕES A PAGAR

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2015	31/12/2014	30/06/2015	31/12/2014
SMP			820.732	1.238.209
Concessões do STFC		40.052	9.960	123.731
Total		40.052	830.692	1.361.940
Circulante		40.052	821.976	675.965
Não circulante			8.716	685.975

Correspondem aos valores a pagar à ANATEL pelas outorgas de radiofrequência e autorizações de prestação de SMP e concessões de serviços STFC, obtidas através de leilões.

A seguir está apresentado o cronograma de pagamento:

	CONSOLIDADO
2015	2.695
2016	821.646
2017	3.015
2018	3.015
2019	321
Total	830.692

Notas Explicativas

20. PROGRAMA DE REFINANCIAMENTO FISCAL

O saldo do Programa de refinanciamento fiscal está composto como segue:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2015	31/12/2014	30/06/2015	31/12/2014
Parcelamento da Lei nº 11.941/2009 e Lei nº 12.865/2013	486.551	515.581	966.586	983.904
REFIS II - PAES	4.336	4.336	4.515	6.326
Total	490.887	519.917	971.101	990.230
Circulante	54.464	52.590	96.211	94.041
Não circulante	436.423	467.327	874.890	896.189

Os valores do parcelamento instituído pela Lei nº 11.941/2009, segregados em principal, multas e juros incluindo-se, aí, os débitos indicados por ocasião das reaberturas do prazo para adesão levadas a efeito pelas Leis nºs 12.865/2013 e 12.996/2014, são compostos como segue:

	CONSOLIDADO				
	30/06/2015				31/12/2014
	Principal	Multas	Juros	Total	Total
COFINS	229.090	15.727	286.927	531.744	563.846
Imposto de renda	56.904	3.901	57.665	118.470	119.447
PIS	68.085	1.521	36.536	106.142	102.598
INSS – SAT	160	2.930	8.803	11.893	13.852
Contribuição social	15.040	1.665	14.014	30.719	30.985
CPMF	19.258	2.192	25.968	47.418	39.717
Outros	46.634	5.514	72.567	124.715	119.785
Total	435.171	33.450	502.480	971.101	990.230

A seguir está apresentado o cronograma de pagamento:

	CONTROLADORA	CONSOLIDADO
2015	26.298	52.016
2016	52.595	104.047
2017	52.595	104.047
2018	52.595	104.047
2019	52.595	104.047
2020 a 2022	157.785	312.142
2023 a 2025	96.424	190.755
Total	490.887	971.101

Notas Explicativas

21. PROVISÕES

Composição do saldo

Natureza	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2015	31/12/2014	30/06/2015	31/12/2014
Trabalhista				
Horas extras	257.345	258.072	482.292	471.506
Indenizações	63.472	71.460	145.061	152.113
Adicionais diversos	51.235	56.054	126.329	131.963
Estabilidade / Reintegração	69.526	73.958	122.921	126.070
Complemento de aposentadoria	54.203	54.080	83.590	83.417
Diferenças salariais	30.899	31.719	51.418	52.852
Honorários advocatícios/periciais	16.330	17.891	28.006	29.382
Verbas rescisórias	6.409	6.810	19.255	20.235
Multas trabalhistas	4.156	3.981	16.137	15.562
FGTS	5.508	5.822	9.042	9.359
Vínculo empregatício	215	249	5.943	5.717
Subsidiariedade	598	850	1.253	1.581
Demais ações	25.979	31.990	47.168	55.267
Total	585.875	612.936	1.138.415	1.155.024
Tributária				
ICMS	47.343	92.292	355.354	363.025
ISS	551	536	67.064	71.666
INSS (responsabilidade solidária, honorários e verbas indenizatórias)	373	3.634	28.740	31.735
ILL			6.738	20.691
Demais ações	2.904	2.360	48.974	45.504
Total	51.171	98.822	506.870	532.621
Cível				
Societário	1.465.817	1.549.525	1.465.817	1.549.525
Estimativas ANATEL	225.669	222.308	612.578	597.437
Multas ANATEL	111.243	106.592	513.807	506.726
Juizado Especial	215.837	148.122	367.247	282.209
Demais ações	197.659	203.767	504.353	508.226
Total	2.216.225	2.230.314	3.463.802	3.444.123
Total das provisões	2.853.271	2.942.072	5.109.087	5.131.768
Circulante	647.349	637.244	1.084.149	1.058.521
Não circulante	2.205.922	2.304.828	4.024.938	4.073.247

Conforme estabelecido pelas respectivas legislações, as provisões para perdas em processos judiciais são mensalmente atualizadas monetariamente.

Notas Explicativas

Detalhamento do passivo contingente, por natureza

A composição das contingências cujo grau de risco foi considerado possível e, portanto, não registradas contabilmente, é a seguinte:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2015	31/12/2014	30/06/2015	31/12/2014
Trabalhista	598.812	540.345	1.232.057	1.082.677
Tributária	5.252.464	5.505.144	21.858.089	21.059.009
Cível	376.088	358.735	1.225.938	1.146.745
Total	6.227.364	6.404.224	24.316.084	23.288.431

Resumo das movimentações dos saldos de provisões:

	CONTROLADORA			
	Trabalhista	Tributária	Cível	Total
Saldo em 31/12/2014	612.936	98.822	2.230.314	2.942.072
Atualização monetária	8.046	(10.220)	22.592	20.418
Adições / (Reversões)	73	496	257.479	258.048
Baixas por pagamentos / encerramentos	(35.180)	(37.927)	(294.160)	(367.267)
Saldo em 30/06/2015	585.875	51.171	2.216.225	2.853.271

	CONSOLIDADO			
	Trabalhista	Tributária	Cível	Total
Saldo em 31/12/2014	1.155.024	532.621	3.444.123	5.131.768
Atualização monetária	66.520	3.648	45.194	115.362
Adições / (Reversões)	24.626	14.471	485.105	524.202
Baixas por pagamentos / encerramentos	(107.755)	(43.870)	(510.620)	(662.245)
Saldo em 30/06/2015	1.138.415	506.870	3.463.802	5.109.087

No seguimento da alienação da PT Portugal, Jana General Trading LLC (“Jana”) logrou obter decisão cautelar contra a Companhia, que acarretou a apreensão de € 69 milhões por conta de um suposto contrato de mediação dessa transação. A Companhia apresentou defesa tendo o juízo competente entendido não existir qualquer responsabilidade da Oi neste processo. A Companhia apresentou requerimento judicial para que se libere de imediato o montante bloqueado e, entende não existir perda decorrente deste processo.

Garantias

A Companhia possui contratos de carta de fiança bancária e seguros garantia com diversas instituições financeiras e seguradoras para garantir compromissos em processos judiciais, obrigações contratuais e licitações junto à ANATEL. O valor atualizado de fianças, seguro garantia contratadas e vigentes na data do encerramento do período findo em 30 de junho de 2015 corresponde a R\$ 5.572.492 (31/12/2014 - R\$ 5.816.071) na controladora e R\$ 16.661.127 (31/12/2014 - R\$ 16.488.245) no consolidado. Os encargos de comissão desses contratos refletem as taxas praticadas no mercado.

Notas Explicativas

22. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(a) Capital social

O capital social subscrito e integralizado é de R\$ 21.438.374 (31/12/2014 - R\$ 21.438.220), composto pelas seguintes ações sem valor nominal:

	Quantidade (em milhares de ações)	
	30/06/2015	31/12/2014
Capital total em ações		
Ações ordinárias	286.155	286.155
Ações preferenciais	572.317	572.317
Total	858.472	858.472
Ações em tesouraria		
Ações ordinárias	55.860	8.425
Ações preferenciais	102.151	7.281
Total	158.011	15.706
Ações em circulação		
Ações ordinárias	230.295	277.730
Ações preferenciais	470.166	565.036
Total em circulação	700.461	842.766

A Companhia está autorizada a aumentar o capital social, mediante deliberação do Conselho de Administração, em ações ordinárias e preferenciais, até que o valor do seu capital social alcance R\$ 34.038.701.741,49, observado o limite legal de 2/3 (dois terços) do capital social de ações sem direito a voto no caso de emissão de novas ações preferenciais sem esse direito.

Por deliberação da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração, o capital da Companhia poderá ser aumentado pela capitalização de lucros acumulados ou de reservas anteriores a isto destinados pela Assembleia Geral. Nestas condições, a capitalização poderá ser feita sem modificação do número de ações.

O capital social é representado por ações ordinárias e preferenciais, sem valor nominal, não havendo obrigatoriedade, nos aumentos de capital, de se guardar proporção entre elas.

Por deliberação da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração, pode ser excluído o direito de preferência para emissão de ações, bônus de subscrição ou debêntures conversíveis em ações, nas hipóteses previstas no art. 172 da Lei das Sociedades por Ações.

Em 25 de fevereiro de 2015 o Conselho de Administração aprovou um aumento do capital social de R\$ 154 sem emissão de novas ações com capitalização de reserva de investimento.

(b) Ações em tesouraria

As ações em tesouraria na data de 30 de junho de 2015 são originadas de eventos societários ocorridos no decorrer do primeiro trimestre de 2015, do segundo trimestre de 2014 e do primeiro semestre de 2012, a seguir descritos:

- (i) Em 27 de fevereiro de 2012 a AGE – Assembleia Geral Extraordinária da Oi S.A. aprovou o Protocolo e Justificação da Incorporação da Coari na Companhia e, conseqüentemente, o cancelamento da totalidade das ações em tesouraria existentes na Companhia naquela data;

Notas Explicativas

- (ii) Em 27 de fevereiro de 2012 a AGE da Oi S.A. aprovou o Protocolo e Justificação da Incorporação da TNL na Companhia e as ações então detidas pela TNL da Companhia, em decorrência da incorporação da Coari na Companhia, foram canceladas com a exceção de 24.647.867 ações ordinárias que foram mantidas em tesouraria;
- (iii) A partir de 9 de abril de 2012 foram realizados pagamentos do valor do reembolso das ações de acionistas dissidentes.
- (iv) Em decorrência do aumento de capital da Companhia homologado pelo Conselho de Administração em 30 de abril e 5 de maio de 2014, e devido a subscrição efetuado pela Pharol em ativos da PT Portugal, o montante de R\$ 263.028 foi reclassificado contabilmente para ações em tesouraria (Nota 3.1 - item iv).
- (v) Nos termos do contrato de permuta celebrado com a Pharol, em 8 de setembro de 2014 (Nota 27), aprovados em AGE da Pharol, pela CVM e AGE da Oi, a Companhia realizou, em 30 de março de 2015, permuta de ações pela qual a Pharol entregou à PTIF ações de emissão da Oi correspondentes a 474.348.720 OIBR3 e 948.697.440 OIBR4 (47.434.872 e 94.869.744, respectivamente após o grupamento de ações); e a Companhia, em contrapartida, entregou títulos de emissão da Rio Forte à Pharol, no valor total principal de R\$ 3.163 milhões (€ 897 milhões).

(c) Reservas de capital

As reservas de capital são constituídas em conformidade com as seguintes práticas:

Reserva especial de ágio na incorporação: representa o valor líquido da contrapartida do valor do crédito tributário, conforme disposições da Instrução CVM nº 319/1999.

Reserva especial de incorporação – acervo líquido: representa o acervo líquido incorporado pela Companhia na Reorganização Societária aprovada em 27 de fevereiro de 2012.

Reserva de doações e subvenções para investimentos: constituída em razão de doações e subvenções recebidas antes do início do exercício social de 2008 e cuja contrapartida representa um ativo recebido pela Companhia.

Reserva de correção monetária especial da Lei nº 8.200/1991: constituída em razão dos ajustes de correção monetária especial do ativo permanente e cuja finalidade foi a compensação de distorções nos índices de correção monetária anteriores a 1991.

Juros sobre obras em andamento: formadas pela contrapartida de juros sobre obras em andamento incorridos até 31 de dezembro de 1998.

Outras reservas de capital: formadas pelos recursos aplicados em incentivos fiscais de imposto de renda, antes do início do exercício social de 2008.

(d) Reservas de lucros

As reservas de lucros são constituídas de acordo com as seguintes práticas:

Notas Explicativas

Reserva legal: destinação de 5% do lucro anual até o limite de 20% do capital social realizado. A destinação é optativa quando a reserva legal, somada às reservas de capital, supera em 30% o capital social. A reserva somente é utilizada para aumento do capital social ou para absorção de prejuízos.

Reserva para investimentos: formada pelos saldos de lucros do exercício, ajustados nos termos do art. 202 da Lei nº 6.404/1976 e destinados após o pagamento dos dividendos. Os saldos de lucros dos exercícios que contribuem para a formação desta reserva foram integralmente destinados como lucros retidos pelas respectivas assembleias gerais de acionistas, face ao orçamento de investimentos da Companhia e de acordo com o art. 196 da Lei das Sociedades por Ações.

Em 25 de fevereiro de 2015, o Conselho de Administração aprovou a capitalização do saldo da reserva de investimentos no valor total de R\$ 1.933.354, da seguinte forma: (i) R\$ 154 para o aumento do capital social e (ii) R\$ 1.933.200 para constituição de reservas de capital, sem emissão de novas ações.

(e) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Os dividendos são calculados ao final do exercício social, de acordo com o estatuto da Companhia e em consonância com a Lei das Sociedades por Ações. Os dividendos mínimos obrigatórios são calculados de acordo com o art. 202 da Lei nº 6.404/1976 e os preferenciais ou prioritários de conformidade com o estabelecido no estatuto da Companhia.

As ações preferenciais não têm direito a voto, exceto nas hipóteses dos parágrafos 1º a 3º do art. 12 do estatuto social, sendo a elas assegurada prioridade no recebimento de dividendo mínimo e não cumulativo de 6% a.a., calculado sobre o valor resultante da divisão do capital social pelo número total de ações ou de 3% a.a., calculado sobre o valor resultante da divisão do patrimônio líquido contábil pelo número total de ações, o que for maior.

Por deliberação do Conselho de Administração a Companhia pode pagar ou creditar, a título de dividendos, juros sobre o capital próprio nos termos do art. 9º, parágrafo 7º, da Lei nº 9.249/1995. Os juros pagos ou creditados serão compensados com o valor do dividendo anual mínimo obrigatório, de acordo com o art. 43 do estatuto social.

Na AGO - Assembleia Geral Ordinária da Companhia realizada em 29 de abril de 2015, foi aprovada a destinação do prejuízo do exercício de 2014 no montante de R\$ 4.407.711 da seguinte forma: (i) absorção da reserva legal no valor de R\$ 383.527 e o valor de R\$ 4.024.184 para prejuízos acumulados.

(f) Custo de emissões de ações

Nessa rubrica foram reconhecidos os custos de emissão das ações, líquido de impostos no montante de R\$ 159.274, relacionados às transações societárias: (1) aumento do capital social, em conformidade com o plano de combinação de negócios entre a Companhia e a Pharol e (2) Reorganização Societária de 27 de fevereiro de 2012. Esses custos diretamente atribuíveis aos eventos mencionados são representados basicamente por gastos com elaboração de prospectos e relatórios, serviços profissionais de terceiros, taxas e comissões, custos de transferência e custos de registro.

Notas Explicativas

(g) Outros resultados abrangentes

Nessa rubrica são reconhecidos outros resultados abrangentes que incluem ganhos e perdas de contabilidade de “*hedge*”, ganhos e perdas atuariais, variações cambiais decorrentes de investimento líquido em controladas no exterior, incluindo variações cambiais sobre empréstimos de mútuo que fazem parte do investimento líquido em controladas no exterior, ajustes de reclassificação e os efeitos tributários relativos a esses componentes, não reconhecidos nas demonstrações do resultado.

O formulário de Informações Trimestrais arquivado no sistema Empresas.Net da CVM apresenta no balanço patrimonial apenas a rubrica de “Ajuste de avaliação patrimonial” e “Outros resultados abrangentes” - patrimônio líquido (e não apresenta a rubrica “Custo de emissão de ações”, “Obrigações em instrumentos patrimoniais” e “Variação de porcentagem de participação”) e a demonstração das mutações do patrimônio líquido apenas a rubrica “Outros resultados abrangentes” (não apresentando a rubrica “Custo de emissão de ações”, “Obrigações em instrumentos patrimoniais”, tampouco a rubrica “Variação de porcentagem de participação”).

Consequentemente, os efeitos discutidos no item acima, são apresentados de forma agregada nas respectivas rubricas existentes, e acima mencionadas, conforme demonstrado abaixo:

	Outros resultados abrangentes	Custo de emissão de ações	Obrigações em instrumentos patrimoniais	Variação de porcentagem de participação	Total
Saldo em 31/12/2014	45.126	(309.592)	(2.894.619)	3.916	(3.155.169)
Perda de contabilidade de “ <i>hedge</i> ”	(19.968)				(19.968)
Ganho de contabilidade de “ <i>hedge</i> ” reflexa	8.203				8.203
Ganho atuarial	6.913				6.913
Ganho atuarial reflexa transferido para prejuízos acumulados	714.654				714.654
Variação cambial sobre investimento no exterior	451.004				451.004
Variação cambial sobre investimento no exterior reflexa	365.495				365.495
Obrigações em instrumentos patrimoniais			(268.921)		(268.921)
Permuta de ações em tesouraria			3.163.540		3.163.540
Outros resultados abrangentes	144.735				144.735
Resultado abrangente transferido para resultado do período	(1.709.347)				(1.709.347)
Saldo em 30/06/2015	6.815	(309.592)		3.916	(298.861)

(h) Lucro (Prejuízo) por ação básico e diluído

Os acionistas ordinaristas e preferencialistas possuem direitos diferentes em relação a dividendos, direito a voto e em caso de liquidação, conforme determina o estatuto social da Companhia. Desta forma, o lucro (prejuízo) por ação básico e diluído foi calculado com base no lucro do período disponível para os mesmos.

Notas Explicativas

Básico

O lucro (prejuízo) básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro (prejuízo) atribuível aos acionistas controladores da Companhia, disponível aos portadores de ações ordinárias e preferenciais, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação durante o período.

Diluído

O lucro (prejuízo) diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação, para presumir a conversão de todas as ações potenciais diluídas. A Companhia não possui atualmente ações potenciais diluidoras.

A seguir são apresentados os cálculos do lucro (prejuízo) por ação básico e diluído:

	Período de três meses findos em 30/06/2015	Período de seis meses findos em 30/06/2015	Período de três meses findos em 30/06/2014	Período de seis meses findos em 30/06/2014
Lucro líquido das operações continuadas	(492.689)	(861.561)	(187.984)	39.529
Resultado líquido das operações descontinuadas (líquido de impostos)	1.112.506	1.080.061	(32.875)	(32.875)
Lucro (Prejuízo) atribuível aos acionistas controladores da Companhia	619.817	218.500	(220.859)	6.654
Lucro (Prejuízo) alocado às ações ordinárias – básicas e diluídas	473.247	71.930	(69.269)	2.141
Lucro alocado às ações preferenciais – básicas e diluídas	146.570	146.570	(151.590)	4.513
Média ponderada das ações em circulação (Em milhares de ações)				
Ações ordinárias – básicas e diluídas	230.295	254.013	202.312	126.894
Ações preferenciais – básicas e diluídas	470.166	517.601	414.200	263.363
Lucro (Prejuízo) por ação (Em Reais):				
Ações ordinárias – básicas e diluídas	0,88	0,28	(0,36)	0,02
Ações preferenciais – básicas e diluídas	0,88	0,28	(0,36)	0,02
Lucro por ação – operações continuadas:				
Ações ordinárias – básicas e diluídas	(0,70)	(1,12)	(0,30)	0,10
Ações preferenciais – básicas e diluídas	(0,70)	(1,12)	(0,30)	0,10
Lucro (Prejuízo) por ação – operações descontinuadas:				
Ações ordinárias – básicas e diluídas	1,59	1,40	(0,05)	(0,08)
Ações preferenciais – básicas e diluídas	1,59	1,40	(0,05)	(0,08)

Ajuste retrospectivo

Conforme requerido pelo CPC 41/IAS 33, a Companhia ajustou retrospectivamente o cálculo do lucro básico e diluído por ação considerando a nova composição acionária decorrente do grupamento de ações comentado no item (a) acima.

Notas Explicativas

23. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Em 30 de junho de 2015, as responsabilidades consolidadas com benefícios de aposentadoria registradas no balanço estão demonstradas a seguir:

	30/06/2015	31/12/2014
Ativos atuariais	42.868	47.496
Circulante	4.257	1.744
Não circulante	38.611	45.752
Passivos atuariais	355.791	476.535
Circulante	22.956	129.662
Não circulante	332.835	346.873

(a) Fundos de pensão

A Companhia e suas controladas patrocinam planos de benefícios de aposentadoria (“Fundos de Pensão”) aos seus empregados, desde que estes optem pelos referidos planos, e aos participantes assistidos. Segue abaixo quadro demonstrativo dos planos de benefícios existentes em 30 de junho de 2015.

Planos de benefícios	Empresas patrocinadoras	Gestor
TCSPREV	Oi, Oi Móvel, BrT Multimídia, Oi Internet e BrTI	FATL
BrTPREV	Oi, Oi Móvel, BrT Multimídia, Oi Internet e BrTI	FATL
TelemarPrev	Oi, TMAR, Oi Móvel e Telemar Internet	FATL
PAMEC	Oi	Oi
PBS-A	TMAR e Oi	Sistel
PBS-Telemar	TMAR	FATL
PBS-TNCP	Oi Móvel	Sistel
CELPREV	Oi Móvel	Sistel

Sistel – Fundação Sistel de Seguridade Social

FATL – Fundação Atlântico de Seguridade Social

A Telemar Participações S.A., controladora da Companhia, é uma das patrocinadoras do plano de benefícios TelemarPrev.

A Companhia, para efeitos de fundos de pensão citada nesta nota, também poderá estar denominada como “Patrocinadora”.

Os planos patrocinados são avaliados por atuários independentes na data de encerramento do exercício social. Para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, as avaliações atuariais foram realizadas pela Mercer Human Resource Consulting Ltda. Os estatutos sociais prevêem a aprovação da política de previdência complementar, sendo que a solidariedade atribuída aos planos de benefícios definidos vincula-se aos atos firmados junto às fundações, com a anuência da PREVIC – Superintendência Nacional de Previdência Complementar, no que cabe aos planos específicos. A PREVIC é o órgão oficial que aprova e fiscaliza os referidos planos.

Nos planos patrocinados de benefício definido não há mais possibilidade de novas adesões por serem planos fechados. As contribuições de participantes e da patrocinadora estão definidas no Plano de Custeio.

Notas Explicativas

Para os planos patrocinados, de benefício definido, que apresentem situação atuarial deficitária são constituídos os passivos atuariais. Para os planos que apresentam situação atuarial superavitária são constituídos ativos nos casos de autorização explícita para compensação com contribuições patronais futuras.

As obrigações no balanço em 30 de junho de 2015 foram registradas com base nos estudos atuariais com referência a 31 de dezembro de 2014, elaborados com base no “Método da Unidade de Crédito Projetada”, ajustadas por custos com benefícios de aposentadoria e pagamentos de benefícios no período e pelas perdas atuariais apuradas em 30 de junho de 2015 relacionadas com a diferença entre a rentabilidade real e estimada dos fundos e com o impacto da revisão das taxas de desconto utilizadas para desconto das obrigações atuariais. As principais premissas atuariais consideradas nos estudos atuariais de 31 de dezembro de 2014 e em 30 de junho de 2015 após a revisão das taxas de desconto são como segue:

	CONSOLIDADO			
	BrTPREV	TCSPREV	PBS-Telemar	TelemarPrev
PRINCIPAIS PREMISSAS ATUARIAIS UTILIZADAS				
Taxa nominal de desconto da obrigação atuarial	11,83%	11,83%	11,83%	11,83%
Taxa estimada de inflação	5,50%	5,50%	5,50%	5,50%
Índice de aumento salarial nominal estimado	5,50%	5,50%	5,50%	5,50%
Índice estimado de aumento nominal dos benefícios	5,50%	5,50%	5,50%	5,50%
Taxa de rendimento nominal total esperada sobre os ativos do plano	11,83%	11,83%	11,83%	11,83%
Tábua biométrica de mortalidade geral	AT2000	AT2000	AT2000	AT2000
Tábua biométrica de entrada em invalidez	Zimmermann Nichzues	Zimmermann Nichzues	Zimmermann Nichzues	Zimmermann Nichzues
Tábua biométrica de mortalidade de inválidos	Winklevoss	Winklevoss	Winklevoss	Winklevoss
Taxa de rotatividade	7,3%	8,2%	Nula	0% a 12%

	CONSOLIDADO			
	PBS-A	PAMEC	PBS-TNCP	CELPREV
PRINCIPAIS PREMISSAS ATUARIAIS UTILIZADAS				
Taxa nominal de desconto da obrigação atuarial	11,83%	11,83%	11,83%	11,83%
Taxa estimada de inflação	5,50%	5,50%	5,50%	5,50%
Índice de aumento salarial nominal estimado	N/A	N/A	N/A	N/A
Índice estimado de aumento nominal dos benefícios	N/A	N/A	N/A	N/A
Taxa de crescimento nominal dos custos médicos	N/A	8,67%	N/A	N/A
Taxa de rendimento nominal total esperada sobre os ativos do plano	11,83%	11,83%	11,83%	11,83%
Tábua biométrica de mortalidade geral	AT2000	AT2000	AT2000	AT2000
Tábua biométrica de entrada em invalidez	Zimmermann Nichzues	Zimmermann Nichzues	Zimmermann Nichzues	Zimmermann Nichzues
Tábua biométrica de mortalidade de inválidos	Winklevoss	Winklevoss	Winklevoss	Winklevoss
Idade de início dos benefícios	N/A	N/A	57 anos	55 anos
Taxa de rotatividade	N/A	N/A	Nula	Nula

Abaixo seguem as principais movimentações ocorridas nas obrigações atuariais com planos de pensão e aposentadoria em 30 de junho de 2015:

	CONTROLADORA	CONSOLIDADO
Saldo em 31 de dezembro de 2014	476.190	476.535
Custos com planos de aposentadoria, líquidos	18.543	18.581
Pagamentos, contribuições e reembolsos	(139.325)	(139.325)
Saldo em 30 de junho de 2015	355.408	355.791

Notas Explicativas

Abaixo seguem as principais movimentações ocorridas nos ativos atuariais relativos aos planos de pensão e aposentadoria em 30 de junho de 2015:

	CONTROLADORA	CONSOLIDADO
Saldo em 31 de dezembro de 2014	43.772	47.496
Rendimentos com planos de aposentadoria, líquidos	2.590	2.810
Ganhos (perdas) atuariais, líquidos	(3.738)	(3.738)
Pagamentos, contribuições e reembolsos	(3.368)	(3.700)
Saldo em 30 de junho de 2015	39.256	42.868

24. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

A Administração da Companhia utiliza as informações por segmentos de negócios para a tomada de decisões. A Companhia identificou apenas um segmento operacional que corresponde aos negócios de Telecomunicações no Brasil.

Além dos negócios de Telecomunicações no Brasil, a Companhia tem outros negócios que não cumprem individualmente ou em conjunto nenhum dos indicadores quantitativos que obriguem à divulgação como segmento de negócio reportável. Estes negócios respeitam essencialmente às seguintes empresas: Mobile Telecommunications Limited na Namíbia, Companhia Santomense de Telecomunicações, Listas Telefónicas de Moçambique, ELTA – Empresa de Listas Telefónicas de Angola e Timor Telecom, as quais prestam serviços de telecomunicações fixas e móveis e de listas telefónicas e foram consolidadas a partir de maio de 2014.

A geração de receita é avaliada pela Administração na visão segmentada por cliente nas seguintes categorias:

- Serviços Residenciais, com foco na venda de serviços de telefonia fixa, incluindo serviços de voz, serviços de comunicação de dados (banda larga) e TV por assinatura;
- Mobilidade Pessoal com foco na venda de serviços de telefonia móvel para clientes Pós-pago e Pré-pago e clientes de banda larga móvel; e
- Empresarial/Corporativo que incluem soluções empresariais para nossos clientes corporativos de pequeno, médio e grande porte.

Notas Explicativas

Telecomunicações no Brasil

Na preparação da informação financeira deste segmento reportável, as transações entre as empresas que o compõem são eliminadas. A informação financeira deste segmento reportável para 30 de junho de 2015 e 2014 é como segue:

	Período de três meses findos em	
	30/06/2015	30/06/2014
Residencial	2.459.916	2.519.336
Mobilidade pessoal	2.017.639	2.231.074
Empresarial / Corporativo	2.001.289	2.095.933
Outros serviços e negócios	75.966	88.573
Receita de vendas e/ou serviços	6.554.810	6.934.916
Despesas operacionais		
Depreciação e amortização	(1.219.397)	(1.010.394)
Interconexão	(426.991)	(670.872)
Pessoal	(596.037)	(707.503)
Serviços de terceiros	(1.574.043)	(1.525.350)
Serviços de manutenção de rede	(490.084)	(436.157)
Custo de aparelhos e outros	(35.979)	(173.066)
Publicidade e propaganda	(90.954)	(184.139)
Aluguéis e seguros	(811.248)	(793.230)
Provisões / Reversões	(268.897)	(211.026)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(178.623)	(173.223)
Tributos e outras despesas	(265.704)	(431.117)
Outras receitas operacionais, líquidas	(47.756)	78.402
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E TRIBUTOS	549.097	697.241
RESULTADO FINANCEIRO		
Receitas financeiras	433.581	373.017
Despesas financeiras	(1.654.813)	(1.410.667)
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS	(672.135)	(340.409)
Imposto de renda e contribuição social	157.954	119.550
PREJUÍZO LÍQUIDO DAS OPERAÇÕES CONTINUADAS	(514.181)	(220.859)

Notas Explicativas

	Período de seis meses findos em	
	30/06/2015	30/06/2014
Residencial	4.950.796	5.071.796
Mobilidade pessoal	4.276.447	4.397.380
Empresarial / Corporativo	4.022.201	4.187.181
Outros serviços e negócios	146.146	155.062
Receita de vendas e/ou serviços	13.395.590	13.811.419
Despesas operacionais		
Depreciação e amortização	(2.392.679)	(2.154.844)
Interconexão	(930.610)	(1.426.842)
Pessoal	(1.187.725)	(1.367.340)
Serviços de terceiros	(3.106.426)	(3.017.409)
Serviços de manutenção de rede	(941.560)	(911.009)
Custo de aparelhos e outros	(173.637)	(275.414)
Publicidade e propaganda	(124.173)	(302.282)
Aluguéis e seguros	(1.687.219)	(1.570.087)
Provisões / Reversões	(492.041)	(357.291)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(324.148)	(376.449)
Tributos e outras despesas	(683.414)	(871.810)
Outras receitas operacionais, líquidas	(47.756)	1.325.529
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E TRIBUTOS	1.304.202	2.506.171
RESULTADO FINANCEIRO		
Receitas financeiras	731.488	652.032
Despesas financeiras	(3.222.861)	(2.883.525)
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS	(1.187.171)	274.678
Imposto de renda e contribuição social	297.578	(268.024)
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DAS OPERAÇÕES CONTINUADAS	(889.593)	6.654

Reconciliação das receitas e do resultado líquido e informação por mercado geográfico

Nos períodos findos em 30 de junho de 2015 e 2014, a reconciliação entre receitas do segmento de Telecomunicações no Brasil e o total das receitas consolidadas é como segue:

	Período de três meses findos em	
	30/06/2015	30/06/2014
Receita de vendas e/ou serviços		
Receitas relativas ao segmento reportado	6.554.810	6.934.916
Receitas relativas a outros negócios (i)	228.976	144.672
Receita de vendas e/ou serviços consolidado	6.783.786	7.079.588

	Período de seis meses findos em	
	30/06/2015	30/06/2014
Receita de vendas e/ou serviços		
Receitas relativas ao segmento reportado	13.395.590	13.811.419
Receitas relativas a outros negócios (i)	428.131	144.672
Receita de vendas e/ou serviços consolidado	13.823.721	13.956.091

(i) Em 2014 os negócios de África e Timor foram consolidados após 1 de maio.

Notas Explicativas

Nos períodos findos em 30 de junho de 2015 e 2014, a reconciliação entre o resultado antes do resultado financeiro e tributos do segmento de Telecomunicações no Brasil e o resultado antes do resultado financeiro e tributos consolidado é como segue:

	Período de três meses findos em	
	30/06/2015	30/06/2014
Resultado antes do resultado financeiro e tributos		
Telecomunicações no Brasil	549.097	697.241
Outros negócios (i)	77.413	59.398
Resultado antes do resultado financeiro e tributos consolidado	626.510	756.639

	Período de seis meses findos em	
	30/06/2015	30/06/2014
Resultado antes do resultado financeiro e tributos		
Telecomunicações no Brasil	1.304.202	2.506.171
Outros negócios (i)	115.179	59.397
Resultado antes do resultado financeiro e tributos consolidado	1.419.381	2.565.568

(ii) Em 2014 os negócios de África e Timor foram consolidados após 1 de maio.

O total do ativo, do passivo e dos ativos tangíveis e intangíveis por mercado geográfico em 30 de junho de 2015, são como segue:

	30/06/2015				
	Total do ativo	Total do passivo	Ativos tangíveis	Ativos intangíveis	Investimento em ativos tangíveis e intangíveis
Brasil	84.861.646	73.800.970	25.522.099	3.464.830	1.812.295
Outros, principalmente África	8.448.512	1.043.416	451.161	1.034.338	68.089

Notas Explicativas

25. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Transações com partes relacionadas consolidadas

	CONTROLADORA	
	30/06/2015	31/12/2014
Ativo		
Títulos de emissão de partes relacionadas (“ Senior Notes”)	5.367	4.886
Oi Holanda	5.367	4.886
Contas a receber	1.089.656	701.840
BrT Call Center	33.535	20.057
BrTI		9.032
Oi Internet	18.412	2.469
BrT Multimídia	34.698	28.205
Oi Móvel	816.706	468.145
TMAR	186.305	168.606
Telemar Internet		4.119
PT Portugal		1.207
Créditos com partes relacionadas (circulante e não circulante)	2.339.475	3.151.856
TMAR	2.209.834	670.530
BrT Call Center		37.160
Oi Móvel	129.641	112
PTIF		2.444.054
Dividendos e juros sobre o capital próprio a receber	882.818	854.231
TMAR	848.041	848.041
Rio Alto	21.847	
Oi Serviços Financeiros	12.930	6.190
Outros	282.646	218.509
TMAR	73.985	65.148
BrT Call Center	36.650	37.242
BrTI		266
Oi Internet	297	
BrT Multimídia	35.977	30.500
Oi Móvel	135.737	85.353

Notas Explicativas

	CONTROLADORA	
	30/06/2015	31/12/2014
Passivo		
Fornecedores	578.308	502.909
BrT Call Center	138.881	202.840
Oi Internet	8.290	532
BrT Multimídia	101.448	90.014
Oi Móvel	206.626	138.034
TMAR	102.185	53.185
Telemar Internet		203
Paggo Administradora	20.878	14.196
PT Portugal		538
PT Inovação e Sistemas		3.367
Empréstimos e financiamentos	6.964.134	4.377.484
Oi Móvel	983	194.088
Oi Holanda	6.697.330	4.012.062
Telemar Internet		171.334
Oi Internet	265.821	
Debêntures	877.265	875.369
TMAR	877.265	875.369
Demais obrigações	113.948	103.474
BrT Call Center	411	411
BrTI		24.915
Oi Internet	25.147	210
BrT Multimídia	71.336	61.347
Oi Móvel	16.797	16.470
TMAR	257	121

	Período de três meses findos em	
	CONTROLADORA	
	30/06/2015	30/06/2014
Receitas		
Receita dos serviços prestados	126.305	116.020
BrTI		415
Oi Internet	1.804	1.046
BrT Multimídia	3.094	2.743
Oi Móvel	97.028	72.740
TMAR	22.529	27.196
Telemar Internet		273
TNL PCS		11.032
PT Portugal	1.850	575
Outras receitas operacionais	11.939	11.738
BrT Call Center	2.173	1.973
Oi Internet		1
BrT Multimídia	330	451
Oi Móvel	9.401	9.313
TMAR	29	
Serede	6	
Receitas financeiras	84.720	26.923
BrT Call Center	2.245	181
Oi Móvel	18.030	12.276
BrTI		47
BrT Multimídia		2
TMAR	53.674	14.417
PTIF	10.771	

Notas Explicativas

	Período de seis meses findos em	
	CONTROLADORA	
	30/06/2015	30/06/2014
Receitas		
Receita dos serviços prestados	255.742	241.451
BrTI	208	1.007
Oi Internet	3.331	1.952
BrT Multimídia	6.166	6.503
Oi Móvel	195.598	162.745
TMAR	45.579	53.141
Telemar Internet	260	641
TNL PCS		14.887
PT Portugal	4.600	575
Outras receitas operacionais	23.915	23.535
BrT Call Center	4.388	4.009
Oi Internet		1
BrT Multimídia	660	900
Oi Móvel	18.802	18.625
TMAR	59	
Serede	6	
Receitas financeiras	146.320	55.347
BrT Call Center	5.896	639
Oi Móvel	28.518	17.592
BrTI		91
BrT Multimídia		4
TNL PCS		3.738
TMAR	81.509	33.283
PTIF	30.397	

	Período de três meses findos em	
	CONTROLADORA	
	30/06/2015	30/06/2014
Custos e despesas operacionais	(268.130)	(213.944)
BrT Multimídia	(1.475)	(6.523)
Oi Móvel	(105.882)	(91.862)
TMAR	(16.262)	(18.232)
Paggo Administradora	(2.548)	(2.873)
BrT Call Center	(140.855)	(93.895)
Oi Internet	(324)	(118)
PT Portugal	(784)	(441)
Despesas financeiras	(78.846)	(68.154)
Oi Móvel	(2.405)	(16.272)
Oi Internet	(9.378)	
TMAR	(27.124)	(24.677)
Oi Holanda	(39.939)	(27.205)

Notas Explicativas

	Período de seis meses findos em	
	CONTROLADORA	
	30/06/2015	30/06/2014
Custos e despesas operacionais	(561.138)	(543.656)
BrT Multimídia	(11.449)	(16.331)
Oi Móvel	(238.646)	(254.499)
TMAR	(33.390)	(36.784)
TNL PCS		(8.323)
Paggo Administradora	(6.682)	(3.307)
BrT Call Center	(268.413)	(223.517)
Oi Internet	(645)	(454)
PT Portugal	(1.822)	(441)
PT Inovação e Sistemas	(91)	
Despesas financeiras	(162.366)	(140.617)
Oi Móvel	(14.589)	(34.334)
TMAR	(52.715)	(48.521)
Oi Holanda	(78.083)	(57.762)
Oi Internet	(15.145)	
Telemar Internet	(1.834)	

Linhas de créditos

As linhas de crédito concedidas pela Companhia para suas controladas têm por finalidade fornecer capital de giro para as atividades operacionais, onde o prazo de vencimento pode ser repactuado com base nos fluxos de caixa projetados dessas empresas, à taxa correspondente a 115% do CDI (31/12/2014 – 115% do CDI).

Aluguel de infraestrutura de transmissão

As transações realizadas com a TMAR e Oi Móvel, referem-se a prestação de serviços e cessão de meios abrangendo, principalmente, interconexão e EILD.

As transações realizadas com a Telemar Internet, controlada da TMAR, referem-se a prestação de serviços de aluguel de portas Dial.

Garantias

A Companhia é avalista das controladas TMAR e Oi Móvel em financiamentos obtidos junto ao BNDES, debêntures públicas e demais empréstimos. A Companhia registrou no período findo em 30 de junho de 2015, a título de comissão pelo aval, receitas no montante de R\$ 34.253 (30/06/2014 - R\$ 34.315). Adicionalmente, na operação do CRI, foram concedidos avais pela TMAR à Companhia ao custo de 0,5% a.a. calculados sobre o saldo devedor. No período findo em 30 de junho de 2015, as despesas relativas a esses avais totalizaram R\$ 136 (30/06/2014 – R\$ 192).

Notas Explicativas

Transações com partes relacionadas não consolidadas

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2015	31/12/2014	30/06/2015	31/12/2014
Contas a receber e outros ativos				1.586.372
Unitel				1.375.162
Multitel				24.282
PT-ACS				15.114
Fundação PT				7.387
Sportinvest Multimédia				105.492
Siresp				40
Fibroglobal				48.134
Yunit				7.454
Contax				3.307

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2015	31/12/2014	30/06/2015	31/12/2014
Contas a pagar e outros passivos	4.174	1.807	34.287	61.603
Unitel				1.484
Multitel				1.217
PT-ACS				599
Fundação PT				2
Sportinvest Multimédia				291
Siresp				6
Fibroglobal				9.564
Yunit				669
Contax	771	9	29.064	41.832
TODO	3.146	1.578	4.433	5.587
Ability			7	7
Veotex	257	220	783	345

	Período de três meses findos em			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2015	30/06/2014	30/06/2015	30/06/2014
Receita				
Receita dos serviços prestados		192	8.762	55.465
PT Portugal				28.522
Unitel				6.814
Contax		192	8.617	9.385
TODO			145	121
Multitel				795
Sportinvest Multimédia				73
Siresp				9.061
Fibroglobal				694

Notas Explicativas

	Período de seis meses findos em			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2015	30/06/2014	30/06/2015	30/06/2014
Receita				
Receita dos serviços prestados		2.396	16.445	91.374
PT Portugal		2.011		59.936
Unitel				7.397
Contax		385	16.169	12.984
TODO			276	434
Multitel				795
Sportinvest Multimédia				73
Siresp				9.061
Fibroglobal				694

	Período de três meses findos em			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2015	30/06/2014	30/06/2015	30/06/2014
Custos/Despesas				
Custos e despesas operacionais	(4.872)	(4.941)	(9.654)	(25.327)
PT Portugal		(205)		(13.016)
PT Comunicações				(782)
Veotex	(372)	(493)	(2.530)	(2.457)
TODO	(4.500)	(4.243)	(7.124)	(7.568)
PT-ACS				(1.504)

	Período de seis meses findos em			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2015	30/06/2014	30/06/2015	30/06/2014
Custos/Despesas				
Custos e despesas operacionais	(9.932)	(9.963)	(19.412)	(49.070)
PT Portugal		(664)		(25.066)
PT Inovação e Sistemas		(58)		(1.442)
PT Comunicações				(782)
Veotex	(839)	(905)	(4.953)	(5.051)
TODO	(9.093)	(8.336)	(14.459)	(15.225)
PT-ACS				(1.504)

Serviços prestados pela Contax

A Companhia e as controladas TMAR e Oi Móvel contratam serviços de “call center” e de cobrança da Contax que é controlada por acionistas que fazem parte do bloco de controle da Companhia. A Contax presta serviços de atendimento ao cliente de telefonia fixa, telemarketing ativo para a captação de novos clientes móveis, suporte aos clientes pré e pós-pagos de telefonia móvel, suporte técnico aos assinantes Velox (ADSL) e serviços de cobrança. No período findo em 30 de junho de 2015 o total das despesas dos serviços prestados pela Contax foi de R\$ 15.865 (30/06/2014 – R\$ 34.828) na controladora e de R\$ 713.820 (30/06/2014 – R\$ 764.205) no consolidado.

Notas Explicativas

Contratos de financiamentos com o BNDES

Foram firmados contratos de financiamentos com o BNDES, acionista controlador do BNDESPAR, que detinha 5,099% (31/12/2014 – 5,099%) do capital votante da TmarPart, empresa “holding” do Grupo e, por consequência, é uma empresa ligada da Companhia.

O saldo devido relativo aos financiamentos do BNDES, na data de encerramento do período findo em 30 de junho de 2015 era de R\$ 1.004 milhões (31/12/2014 – R\$ 1.007 milhões), na controladora e R\$ 5.590 milhões (31/12/2014 – R\$ 5.872 milhões) no consolidado e foram registradas despesas financeiras de R\$ 39 milhões (30/06/2014 – R\$ 33 milhões) na controladora e R\$ 241 milhões (30/06/2014 – R\$ 234 milhões) no consolidado.

Remuneração do pessoal chave da Administração

A remuneração dos administradores, responsáveis pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia, que incluem os membros do Conselho de Administração e diretores estatutários, foi de R\$ 12.587 (30/06/2014 – R\$ 7.637) na controladora e R\$ 12.691 (30/06/2014 – R\$ 7.715) no consolidado.

A Companhia no primeiro semestre de 2015 implementou um programa de Incentivos de Longo Prazo para alguns dos seus diretores com duração de três anos. O benefício atribuído aos participantes será pago em caixa e concedido anualmente mediante o atendimento de metas financeiras e operacionais anuais e o seu montante é determinado em função da cotação da ação da Oi. Em 30 de junho de 2015 não foi registrada qualquer responsabilidade com este plano.

26. ATIVOS MANTIDOS PARA VENDA E OPERAÇÕES DESCONTINUADAS

Alienação das Ações da PT Portugal para a Altice

Em 9 de dezembro de 2014, a Companhia e a Altice PT celebraram o contrato de compra e venda da integralidade das ações da PT Portugal à Altice PT, envolvendo substancialmente as operações conduzidas pela PT Portugal em Portugal e na Hungria.

Em 22 de janeiro de 2015, os acionistas da Pharol aprovaram que a Oi alienasse a integralidade das ações da PT Portugal à Altice PT, nos termos e condições do contrato de compra e venda de ações. Dessa forma, a condição suspensiva prevista no referido contrato para a sua eficácia foi implementada.

No dia 2 de junho de 2015, foi efetivada a alienação pela Oi à Altice da integralidade da participação societária detida pela Oi na PT Portugal. Pela aquisição da PT Portugal, a Altice Portugal desembolsou o valor total de 5.789 milhões de Euros, dos quais 4.920 milhões de Euros foram recebidos, em caixa, pela Oi e 869 milhões de Euros foram destinados a imediatamente quitar dívidas da PT Portugal em Euros. Existe ainda a previsão de um pagamento diferido (“*earn-out*”) de 500 milhões de Euros relacionado à geração futura de receita da PT Portugal.

Classificação das operações de venda do investimento como operações descontinuadas

Em 5 de maio de 2014, a Companhia adquiriu a PT Portugal, e desde então, consolidava integralmente seus resultados, ativos e passivos. Em dezembro de 2014, com a aprovação da alienação dos investimentos na PT Portugal para Altice, a Companhia classificou as operações em

Notas Explicativas

Portugal como ativos mantidos para a venda e passivos associados a ativos mantidos para venda e operações descontinuadas.

Com a venda das ações da PT Portugal para a Altice os resultados com a venda do investimento são apresentadas como operações descontinuadas em única linha na demonstração do resultado, como segue:

	30/06/2015
Resultado na venda da PT Portugal e despesas relacionadas com a venda do investimento (i)	(613.545)
Resultado abrangente transferido para a demonstração do resultado (ii)	1.709.347
Resultado das operações descontinuadas (iii)	(15.741)
Resultado líquido das operações descontinuadas	1.080.061

- (i) O resultado na venda da PT Portugal inclui: (1) o custo do investimento baixado que considera o valor do ágio (“goodwill”), decorrente da combinação de negócios entre a Companhia e a PT deduzido de provisão para perda de R\$ 4,2 bilhões, reconhecida em dezembro de 2014 e despesas de venda totalizando R\$ 1,3 bilhões; e (2) a receita de R\$ 0,7 bilhão proveniente do recebimento em caixa diretamente pela Companhia. O preço final está sujeito a eventuais ajustes pós fechamento a serem apurados nos próximos meses em função de alterações nas posições de caixa, dívida e capital de giro na data de fechamento.
- (ii) Refere-se a parcela acumulada de variações cambiais reconhecidas em outros resultados abrangentes, transferidas do patrimônio líquido para o resultado do exercício pela venda do investimento.
- (iii) Refere-se ao resultado da PT Portugal reconhecido como equivalência patrimonial de 1 janeiro de 2015 a 31 de maio de 2015.

Aprovação de medidas preparatórias à venda da Africatel

Em reunião do Conselho de Administração, realizada no dia 16 de setembro de 2014, a administração da Oi foi autorizada a tomar as medidas necessárias para a alienação da participação da Companhia na Africatel, representativa de 75% do capital social da Africatel, e/ou seus ativos. A Oi irá liderar o processo de venda, não obstante acredite ser no melhor interesse de ambos os acionistas da Africatel para a maximização do valor dos seus investimentos que tal venda seja realizada de uma forma coordenada com a Samba Luxco, uma coligada da Helios Investors L.P., que detém os 25% restantes do capital social da Africatel. A Oi está empenhada em trabalhar com seus parceiros locais e cada uma das companhias operacionais em que a Africatel investiu de modo a garantir uma transição coordenada de sua participação nessas companhias.

Não obstante o disposto acima, a nossa subsidiária indireta Africatel GmbH & Co. KG, detentora direta do investimento da Oi no capital da Africatel, recebeu, no dia 16 de setembro de 2014, uma correspondência da Samba Luxco, por meio da qual esta exerceu um suposto direito de venda das ações por ela detidas na Africatel (“Put”), segundo o acordo de acionistas dessa empresa. Segundo a correspondência, a Put decorreria da transferência indireta das ações da Africatel, antes detidas indiretamente pela Pharol, para a Companhia em integralização do aumento de capital concluído em maio de 2014.

Conforme divulgado na Nota 3 “Riscos relacionados à participação detida na Unitel”, a Companhia julga que não houve qualquer ato ou fato que, nos termos do Acordo de Acionistas da Africatel, dê lugar ao exercício da Put. Nesse sentido, sem prejuízo do valor que a Companhia deposita na

Notas Explicativas

manutenção de uma relação de respeito mútuo com a Samba Luxco, a Africatel GmbH pretende disputar tal exercício da Put pela Samba Luxco nas atuais circunstâncias, nos termos do Acordo de Acionistas da Africatel. Assim, em novembro de 2014, a Samba Luxco iniciou procedimento de arbitragem em face da Africatel GmbH e da Pharol para a resolução de tal matéria.

A Oi pretende focar seus esforços na venda da Africatel e/ou de seus ativos e acredita que, caso este objetivo seja alcançado de maneira bem sucedida, a arbitragem já iniciada perderá seu objeto.

Classificação dos ativos e passivos das operações em África como mantidos para venda

Com a aprovação de medidas preparatórias à venda da Africatel, em 2014, a Companhia classificou as operações na África como ativos mantidos para a venda e passivos associados a ativos mantidos para venda, em conformidade com o CPC 31/IFRS 5.

O grupo de ativos e de passivos das operações em África estão demonstrados ao menor valor entre o valor contábil e o valor justo menos as despesas de vendas.

As operações na África são consolidadas na demonstração do resultado desde 5 de maio de 2014.

Os principais componentes de ativos mantidos para venda e passivos associados a ativos mantidos para venda das operações na África, estão demonstrados abaixo:

	Operações da África	
	30/06/2015	31/12/2014
Ativos mantidos para venda	8.448.512	7.642.738
Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras	192.888	170.056
Contas a receber	187.397	195.690
Dividendos a receber (i)	1.469.015	1.261.826
Ativo financeiro disponível para venda (ii)	4.637.574	4.284.416
Outros ativos	230.392	164.121
Investimentos	245.747	63.267
Imobilizado	451.161	506.347
Intangível	362.275	376.441
Ágio (“goodwill”)	672.063	620.574
Passivos diretamente associados a ativos mantidos para venda	1.043.416	851.273
Empréstimos e financiamentos	15.286	83.843
Fornecedores	164.406	97.600
Provisões para planos de pensão	893	997
Outros passivos	862.831	668.833
Participação de não controladores	1.459.645	1.509.197
Total dos ativos mantidos para venda e passivos associados a ativos mantidos para venda - Consolidado	5.945.451	5.282.268
Eliminações intragrupo	(82.902)	
Total de ativos mantidos para venda – Controladora	5.862.549	5.282.268
Investimentos na África	5.862.549	5.282.268

(i) Refere-se substancialmente a dividendos a receber da Unitel;

Notas Explicativas

- (ii) Refere-se ao valor justo do investimento na Unitel (Nota 3).

27. OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Títulos da Rio Forte

Em 30 de junho de 2014, a Companhia tomou conhecimento, através de comunicado divulgado pela Pharol, da aplicação de recursos da Portugal Telecom International Finance BV (“PTIF”) e da PT Portugal, sociedades contribuídas pela Pharol à Oi no aumento de capital, em papel comercial da Rio Forte Investments S.A. (respectivamente, “Títulos” e “Rio Forte”), sociedade integrante do grupo português Espírito Santo (“GES”), na época em que a PTIF e a PT Portugal eram controladas pela Pharol.

De acordo com o referido comunicado, os Títulos haviam sido emitidos no valor total de 897 milhões de Euros, com uma remuneração média anual de 3,6% e vencimento em 15 e 17 de julho de 2014 (847 e 50 milhões de Euros, respectivamente), sendo que, desde 28 de abril de 2014 não haviam sido realizadas quaisquer aplicações e/ou renovações desse tipo de investimentos.

Tanto a PT Portugal como a PTIF (em conjunto, “Subsidiárias da Oi”) se tornaram controladas da Companhia em razão da conferência da totalidade das ações de emissão da PT Portugal à Companhia, por parte da Pharol, em virtude da integralização, em 5 de maio de 2014, do aumento de capital da Companhia aprovado em 28 e 30 de abril de 2014.

Em julho de 2014, ocorreu o vencimento dos Títulos e, posteriormente, o encerramento do período de cura para pagamento dos Títulos, sem que a Rio Forte tenha pagado o valor devido. Em 17 de outubro de 2014, a Rio Forte teve seu pedido de gestão controlada rejeitado pelo Tribunal do Comércio de Luxemburgo, tendo sua falência sido declarada em 8 de dezembro de 2014.

Acordos celebrados entre a Companhia, TmarPart e a Pharol relativamente às aplicações financeiras realizadas em papéis de emissão da Rio Forte

Em 8 de setembro de 2014, após a obtenção das devidas aprovações societárias, a Companhia, as Subsidiárias da Oi, a TmarPart e a Pharol celebraram os contratos definitivos relacionados aos investimentos feitos nos Títulos. Os contratos previam (i) a realização de uma permuta (“Permuta”) na qual as Subsidiárias da Oi transfeririam os Títulos à Pharol em troca de ações preferenciais e ordinárias de emissão da Companhia e de titularidade da Pharol, bem como (ii) a outorga pelas Subsidiárias da Oi de uma opção de compra de ações de emissão da Companhia em favor da Pharol (“Opção”).

Em 26 de março de 2015, a fim de cumprir as condições apresentadas pelo Colegiado da CVM para a concessão das dispensas necessárias à implementação das operações de Permuta e Opção, conforme decisão proferida em 4 de março de 2015, foi realizada Assembleia Geral da Companhia, na qual restaram aprovados os termos e condições dos contratos de Permuta e de Opção.

No dia 31 de março de 2015, a Companhia anunciou, através de Fato Relevante, a consumação da Permuta, pela qual a Pharol entregou às Subsidiárias da Oi ações livres de emissão da Oi correspondentes a 47.434.872 OIBR3 e 94.869.744 OIBR4 (“Ações Permutadas”); e a Oi, em contrapartida, por meio da PTIF, entregou os Títulos à Pharol, no valor total principal de € 897 milhões, sem torna.

Notas Explicativas

Com a implementação da Permuta, a Pharol passou a ser a titular dos Títulos e a única responsável pela negociação com a Rio Forte e pelas decisões relacionadas aos Títulos, cabendo à Companhia somente prestar o suporte documental à Pharol para a tomada das medidas necessárias à cobrança dos créditos representados pelos Títulos.

Como resultado da consumação da Permuta, a participação direta da Pharol na Oi passou de 104.580.393 ações ordinárias e 172.025.273 ações preferenciais, representativas de 37,66% do capital votante (ex-tesouraria) e 32,82% do capital social total da Oi (ex-tesouraria) para 57.145.521 ações ordinárias e 77.155.529 ações preferenciais, representativas de 24,81% do capital votante (ex-tesouraria) e 19,17% do capital social total da Oi (ex-tesouraria). As ações da Oi recebidas pela PTIF como resultado da Permuta permanecerão mantidas em tesouraria.

Principais termos do Contrato de Opção de Compra de Ações e Outras Avenças (“Contrato de Opção”)

Nos termos do Contrato de Opção celebrado em 8 de setembro de 2014 entre a Pharol, a PTIF, a PT Portugal, a Oi e a TmarPart e aditado em 31 de março de 2015, a opção de compra para aquisição de ações da Oi outorgada à Pharol se tornou exercível com a consumação da Permuta, a partir de 31 de março de 2015, a qualquer tempo, pelo prazo de seis anos.

Nos termos do Contrato de Opção, a Opção envolverá 47.434.872 ações ordinárias e 94.869.744 ações preferenciais de emissão da Oi (“Ações Objeto da Opção”) e poderá ser exercida, total ou parcialmente, a qualquer tempo, de acordo com os seguintes termos e condições:

(i) Prazo: 6 (seis) anos, observado que o direito da Pharol de exercer a Opção sobre as Ações Objeto da Opção será reduzido pelos percentuais indicados abaixo:

<u>Data de Redução</u>	<u>% das Ações Objeto da Opção que anualmente deixam de estar sujeitas à Opção</u>
A partir do dia 31.03.2016	10%
A partir do dia 31.03.2017	18%
A partir do dia 31.03.2018	18%
A partir do dia 31.03.2019	18%
A partir do dia 31.03.2020	18%
A partir do dia 31.03.2021	18%

(ii) Preço de Exercício: R\$ 1,8529 por ação preferencial e R\$ 2,0104 por ação ordinária de emissão da Companhia, corrigidos pela variação da taxa do CDI acrescida de 1,5% ao ano, calculada “*pro rata temporis*”, desde a realização da Permuta até a data do efetivo pagamento do preço de exercício, seja parcial ou total, da Opção. O preço de exercício da Opção deverá ser pago à vista, em dinheiro, na data da transferência das Ações Objeto da Opção.

A Oi não está obrigada a manter as Ações Permutadas em tesouraria. Caso a PTIF e/ou qualquer das subsidiárias da Oi não possuam, em tesouraria, Ações Objeto da Opção livres em número suficiente para entregar à Pharol, a Opção poderá ser liquidada financeiramente, mediante o pagamento pelas Subsidiárias da Oi do valor correspondente à diferença entre o preço de mercado então das Ações Objeto da Opção e o respectivo preço de exercício correspondente a estas ações.

Enquanto vigorar a Opção, a Pharol não poderá comprar ações de emissão da Oi, direta ou indiretamente, por qualquer forma que não através do exercício da Opção. A Pharol não poderá ceder ou transferir a Opção, nem tampouco outorgar quaisquer direitos decorrentes da Opção, inclusive garantias, sem o consentimento da Oi. Caso a Pharol emita, direta ou indiretamente,

Notas Explicativas

derivativos que estejam lastreados ou referenciados em ações de emissão da Oi, deverá imediatamente utilizar a totalidade dos recursos financeiros auferidos, direta ou indiretamente, em tais operações na aquisição de Ações Objeto da Opção.

A Oi poderá declarar extinta a Opção caso (i) seja alterado voluntariamente o Estatuto Social da Pharol para suprimir ou alterar a previsão que limita o direito a voto a 10% da totalidade dos votos correspondentes ao capital social da Pharol; (ii) a Pharol passe a exercer, direta ou indiretamente, atividades concorrentes com as atividades mantidas pela Oi ou suas controladas nos países em que estas atuem; (iii) a Pharol viole determinadas obrigações contraídas pelo Contrato de Opção.

Em 31 de março de 2015, o Contrato de Opção foi aditado para prever (i) a possibilidade de a Pharol ceder ou transferir a Opção, independentemente de consentimento prévio da Oi, desde que tal cessão ou transferência abranja no mínimo $\frac{1}{4}$ das Ações Objeto da Opção, podendo a Pharol utilizar livremente os recursos decorrentes de tais operações, (ii) a possibilidade de a Pharol, mediante o prévio e expreso consentimento da Oi, criar ou outorgar quaisquer direitos decorrentes da Opção ou, ainda, outorgar garantias sobre a Opção, e (iii) a concessão de direito de preferência à Oi para a aquisição da Opção, caso a Pharol deseje vender, ceder, transferir, conferir ao capital de outra sociedade, transmitir ou, de qualquer forma, alienar ou dispor da Opção.

O referido aditamento foi firmado sob condição suspensiva e só terá eficácia e passará a produzir efeitos após ter sido obtida autorização da CVM para a efetivação da alteração do Contrato de Opção, caso necessário, bem como após a assembleia geral de acionistas da Oi, com a concessão do direito de voto aos acionistas preferenciais no referido conclave, ter aprovado os termos do presente Aditivo.

No dia 30 de junho de 2015, a Opção apresentava um valor justo estimado de R\$ 56 milhões calculados pela Companhia com base no modelo de “*Black-Scholes*” e pressupostos teóricos de volatilidade da ação, pela técnica de avaliação de Abordagem de Receita prevista no item B10 e B11 do CPC 46/IFRS 13 - Mensuração a Valor Justo.

b) Assinatura de contrato com o Banco BTG Pactual S.A. com relação a uma proposta para aquisição de participação na TIM

No dia 26 de agosto de 2014, a Oi assinou contrato com o Banco BTG Pactual S.A. (“BTG Pactual”) para atuar como comissário a fim de desenvolver alternativas com o objetivo de viabilizar uma proposta para a aquisição da participação detida indiretamente pela Telecom Italia SpA na TIM Participações S.A.

Como já informado ao mercado, o BTG Pactual manteve conversas com terceiros com relação a uma possível operação, sendo o contato com outros participantes de mercado que possam ter interesse na operação um dos papéis do BTG Pactual na qualidade de comissário da Companhia para a operação.

Ainda não há qualquer definição ou acordo com relação a uma estrutura para a operação, e não foram assinados quaisquer instrumentos ou propostas visando a uma operação.

Notas Explicativas

c) Finalização de leilão para a alienação de ações

Em 30 de junho de 2015, foi realizado o último leilão para a alienação das ações formadas pelo agrupamento de frações de ações resultantes do grupamento de ações aprovado pelos acionistas na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 18 de novembro de 2014.

Como resultado dos três leilões realizados, foram alienadas 1.069.131 ações ordinárias e 1.162.652 ações preferenciais de emissão da Companhia ("Ações"), que representam a totalidade das ações formadas pelo agrupamento das frações.

Os valores líquidos apurados com a alienação das Ações de R\$13.632 foram creditados, no dia 10 de julho de 2015, em nome dos titulares das frações, proporcionalmente às frações por eles detidas.

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes**Divulgações adicionais a demonstração do fluxo de caixa****Transações não caixa**

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2015	30/06/2014	30/06/2015	30/06/2014
Varição entre investimento econômico e financeiro (ativo imobilizado e intangível)	201.114	104.278	140.690	175.046
Compensação de depósitos judiciais contra provisões	142.777	156.229	170.637	181.226

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Ao

Conselho de Administração e Acionistas da

Oi S.A.

Rio de Janeiro - RJ

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Oi S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2015, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração dessas informações contábeis intermediárias de acordo com o CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e o IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Ênfase

Investimento na Unitel S.A.

O valor do investimento na Unitel S.A., de R\$ 4.581 milhões em 30 de junho de 2015 (R\$ 4.157 milhões em 31 de dezembro de 2014), o qual inclui os dividendos a receber desta entidade no montante de R\$ 1.102 milhões (R\$ 944 milhões em 31 de dezembro de 2014), foi determinado pela Administração com base em avaliação econômica e financeira efetuada de forma a refletir a melhor estimativa do seu valor justo. Chamamos a atenção para as incertezas divulgadas nas Notas Explicativas nº 3 e nº 26 às informações contábeis intermediárias uma vez que o valor de realização do referido investimento depende da concretização dos pressupostos assumidos na mencionada avaliação e quanto as condições de venda da participação na Unitel S.A. Nossa conclusão não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as Demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referente ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2015, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações contábeis intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 12 de agosto de 2015.

KPMG Auditores Independentes

CRC SP-014428/O-6 F-RJ

José Luiz de Souza Gurgel

Contador CRC RJ-087339/O-4